



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PEDRO HENRIQUE SANTOS BARROS DE ARAÚJO

**VIOLÊNCIA HOMICIDA EM ALAGOAS:
USOS DO TERRITÓRIO E DESIGUALDADE RACIAL**

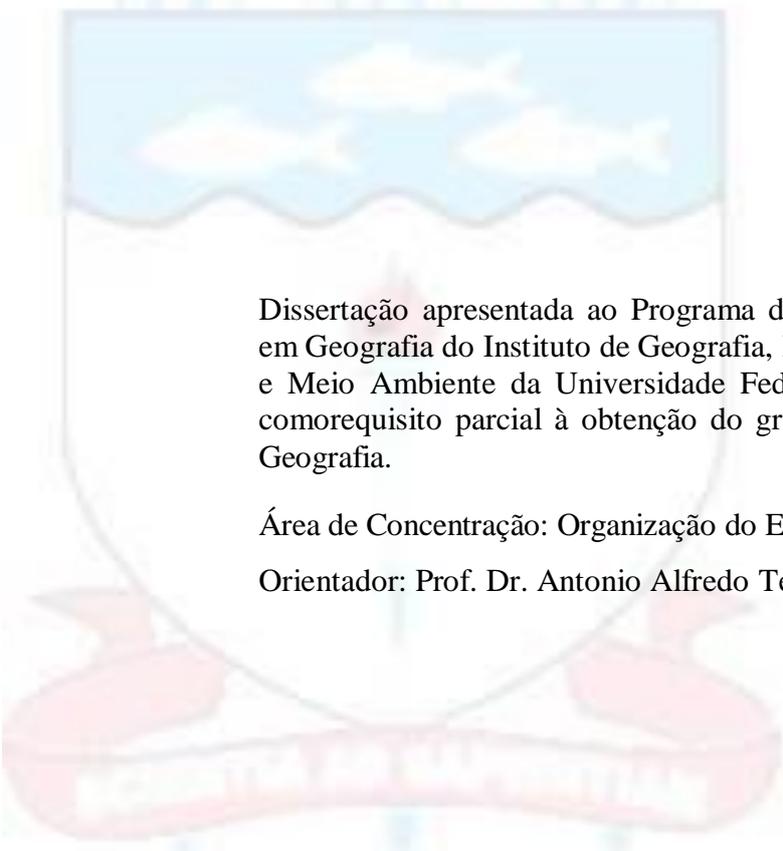
Maceió – AL

2024

PEDRO HENRIQUE SANTOS BARROS DE ARAÚJO



**VIOLÊNCIA HOMICIDA EM ALAGOAS:
USOS DO TERRITÓRIO E DESIGUALDADE RACIAL**



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, com requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço Geográfico

Orientador: Prof. Dr. Antonio Alfredo Teles de Carvalho

Maceió –AL

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale

A663v Araújo, Pedro Henrique Santos Barros de.
Violência homicida em Alagoas: usos do território e desigualdade racial /
Pedro Henrique Santos Barros de Araújo – 2024.
104 f. : il.

Orientador: Antonio Alfredo Teles de Carvalho.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas,
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 97-104.

1. Violência urbana – Alagoas. 2. Violência homicida. 3. Território
ocupado. 4. Formação socioespacial. 5. Desigualdade racial. I. Título.

CDU: 911.3:316.482.5

AGRADECIMENTOS:

Aqueles com quem mais convivo sabem da minha inabilidade em demonstrar sentimentos e às vezes até gratidão pela companhia, conselhos e favores que fazem parte da constituição de qualquer amizade. Essa inaptidão em externar, garanto, não advém da ausência desses sentimentos. Na proximidade da conclusão de uma das etapas mais marcantes da minha vida, vejo tal momento como oportuno para uma tentativa em expressar minha gratidão aqueles que me ajudaram a chegar até aqui, aos quais a ausência, invariavelmente, significaria o não cumprimento desta etapa da vida acadêmica.

Primeiramente, gostaria de agradecer à banca que avaliará este trabalho. Sou grato pelo aceite ao convite e por ter ajudado grandemente com a construção desta dissertação por meio dos apontamentos feitos na qualificação, constituída pelos mesmos membros. À Professora Dra. **Jane Roberta de Assis Barbosa** e ao Professor Dr. **Cícero Péricles de Carvalho**, meus sinceros agradecimentos.

Como aluno da rede pública de ensino, sei da importância e dos desafios que representam a universidade pública no Brasil. Por esse motivo, sou ciente da importância de cada um dos funcionários que fazem parte dessas instituições. Em tempos em que o neoliberalismo se assanha e trabalha incessantemente para pôr em xeque a necessidade do ensino público de qualidade, é a resistência e persistência dessas pessoas que mantêm a universidade de pé, desde os funcionários terceirizados aos técnicos. Nesse sentido gostaria de agradecer às pessoas responsáveis por manter a limpeza e a manutenção dos espaços utilizados dentro da universidade, assim como agradecer a dedicação dos técnicos em auxiliar os alunos em todas as etapas. Em especial, vão meus sinceros agradecimentos a **Washington Gaia** pela paciência e presteza com que sempre me atendeu.

Aos amigos que me sustentaram por esses anos, onde, por muitas vezes, não me vi chegando até esse momento, serei eternamente grato. À **Samara Felix**, meu agradecimento por todo o companheirismo nesses mais de 10 anos de amizade. Aos meus cúmplices de graduação e agora de vida: **Cléber Melo**, **Paulo Virgílio** e **Danilo Gabriel**. Creio que não seja necessário aqui atestar todo o carinho e consideração que é por nós compartilhado. Aos companheiros que estiveram presentes durante esta etapa: sou grato ao meu amigo **Anderson Bomfim**, por aturar meu mau humor e por ele não ser afetado, obrigado por todas as conversas e risadas compartilhadas ao longo dos anos; a minha amiga **Gabriela Cavalcante**, agradeço pela amizade, carinho e apoio fornecidos ao longo dos anos; a **Renan Rosas**, obrigado por toda a paciência e dedicação a essa amizade que por muitas vezes saiu dos trilhos pela minha incapacidade em processar, do

fundo da minha lugubridade, sua personalidade vibrante; agradeço também à *Yasmim Tenório* por todo o afeto e cuidado a mim demonstrados desde do dia em que nos conhecemos; sou grato pela amizade de *José Wilton Pacheco* e por toda a alegria que ele sempre proporciona apenas com a sua presença; Agradeço também pela amizade e pelos ensinamentos trazidos pela dupla *Ingrid Marcelino* e *Alberthy Machado*; à *Ana Clara Patricio*, por toda a motivação, intensidade e luz que me trouxe através de sua amizade, meus sinceros agradecimentos. Aos meus amigos do antigo NEJC *Clevisson José, Denis Carlos, Dhiego Medeiros, Luã Karll e Pedro Nunes*, agradeço pelos ensinamentos, conhecimentos compartilhados e pela amizade que prossegue firme e continuo a superar a prova do tempo.

Meus agradecimentos a todo o corpo docente do IGDEMA. Em especial à *Nivaeide Falcão, José Vicente Ferreira, Sinval Autran* e à dupla *Melchior Carlos e Kleython Monteiro*, agradeço pelas aulas, ensinamentos, risadas, momentos de descontração, pela torcida e apoio a mim oferecidos.

À minha família por todo o amparo concedido desde a tomada de decisão pela vida acadêmica. Aos meus avós *Maria José Barros de Araújo* e *Pedro Barros de Araújo* por terem me criado como um filho e me ensinado tudo que sei sobre como ser uma boa pessoa. Aos meus pais *Paulo Henrique Barros de Araújo* e *Alexsandra dos Santos* por sempre apoiarem minhas decisões e sempre se mostrarem presentes quando mais precisei. Também agradeço ao restante de minha família, primos e primas, tios e tias, e às minhas irmãs. Sem eles não teria o esteio que me proporcionou o privilégio de estudar. Sou grato.

Por fim, gostaria de agradecer a pessoa que tornou tudo isso possível através do seu trabalho, o qual eu tenho o orgulho de poder dizer que também, em diminuta medida, faço parte. Ao meu professor e amigo *Antonio Alfredo Teles de Carvalho*, eu agradeço por todos os conselhos, pela orientação, acompanhamento e amizade ao longo de todos esses anos.

RESUMO

A violência homicida é uma temática central do cenário político e social do país. A partir do início do século XXI, o centro gravitacional desse espectro se deslocou da região sudeste para a região norte e principalmente para o nordeste brasileiro. Dentro desse contexto, o estado de Alagoas se destacou por vários anos seguidos ocupando o topo dos rankings estatísticos referentes as taxas de homicídios. Todavia, embora o cenário atual tenha passado por uma mudança significativa, onde os patamares de violência homicida, mesmo que ainda altos, não colocam mais o estado entre os mais perigosos da região, outra estatística vem à tona e chama a atenção. A probabilidade de uma pessoa negra ser vítima de homicídio no estado de Alagoas é dezenas de vezes superior as chances de uma pessoa não negra ser vítima do mesmo crime. Essa condição, a qual o estado ocupa há vários anos o topo dentre todas as unidades da federação, levanta uma série de questões. Dessa forma, a presente dissertação buscou compreender, à luz de uma análise geográfica, os processos socioterritoriais que levaram a essa condição atualmente observada. Com esse fim, a pesquisa partiu de um levantamento bibliográfico que objetivou o aprofundamento teórico do referido tema, seguido de uma pesquisa documental em órgãos e entidades que trabalham com dados sobre a violência homicida. Através dos dados obtidos foi possível a elaboração de taxas, gráficos e mapas que auxiliaram na compreensão da problemática. Através da análise de fatores preponderantes da violência homicida nas escalas nacionais e globais, em consonância com a apreensão da formação socioespacial do estado, foi possível compreender que as disparidades raciais são reflexos de um estado socioterritorialmente frágil, revérbero de um longo ciclo de dependência do latifúndio e da monocultura, que por sua vez acabaram por legar à parcela negra da população, a exclusão socioespacial, uma marca da raiz da violência homicida.

Palavras chave: Alagoas; violência homicida; território usado; formação socioespacial.

ABSTRACT

Homicidal violence in Brazil is a central theme in the country's political and social scenario. From the beginning of the 21st century, the gravitational center moved from the southeast region to the north region and mainly to the Brazilian northeast. Within this context, the state of Alagoas stood out for several years in a row, occupying the top of the rankings regarding homicide rates. However, although the current scenario has undergone a significant change, where levels of homicidal violence, even though still high, no longer place the state among the most dangerous in the region, another statistic comes to light and draws attention. The probability of a black person being a victim of homicide in the state of Alagoas is many times greater than the chance of a not black person being a victim of the same crime. This condition, in which the state has occupied the top position among all units of the federation for several years, raises a series of questions. Thus, this master's thesis sought to understand, in the light of geography, the socio-territorial processes that led to this currently observed condition. To this end, the research was based on a bibliographic survey that aimed at the theoretical deepening of the referred theme, followed by a documentary research in agencies and entities that work with data on homicidal violence. Through the data obtained, it was possible to elaborate rates, graphs and maps that helped in the understanding of the problem. Through the analysis of the preponderant factors of homicidal violence on national and in a state scale, in line with the understanding of the socio-spatial formation of the state, it was possible to understand that racial disparities are reflections of a socio-territorially fragile state, reverb of a long cycle of dependence on large estates and monoculture, which in turn ended up bequeathing socio-spatial exclusion to the black portion of the population, the root of homicidal violence.

Keywords: Alagoas; homicidal violence; territory used; socio-spatial formation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número total de Homicídios no Brasil (1979-2021)

Gráfico 2: Evolução da população Brasileira e do número absoluto de homicídios

Gráfico 3: Taxa de homicídios por 100.000 habitantes, Brasil e Grandes Regiões

Gráfico 4: Homicídios previstos (2004/2012) e registrados (1993/2012). População Total

Gráfico 5: Número de Certificados de Registros (CR) ativos de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CAC) no SIGMA/Exército Brasileiro no Brasil (2005-2022)

Gráfico 6: Evolução das taxas de homicídios (1980 – 2010): Brasil x Nordeste x Alagoas

Gráfico 7: Evolução das taxas de homicídios dos Estados do Nordeste (1980 – 2010)

Gráfico 8: Evolução das taxas de urbanização dos Estados do Nordeste (1970 – 2010)

Gráfico 9: Domicílios com acesso à internet, por classe (2015–2021) Total de domicílios (%)

Gráfico 10: Taxa de homicídios em Alagoas (2000-2021)

Gráfico 11: Taxa de homicídios de negros e não negros no Brasil (2004 a 2014)

Gráfico 12: Taxa de homicídios de negros e não negros em Alagoas (2000 a 2021)

Gráfico 13: Risco Relativo de Homicídios por Raça/Cor em Alagoas (2000-2021)

Gráfico 14: Evolução do número de engenhos no território alagoano (1639 – 1905)

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Facções Prisionais nas UF's Brasil (2017)

Mapa 2: Taxa de Urbanização municipal do estado de Alagoas (2010)

Mapa 3: Densidade demográfica municipal do estado de Alagoas (2022)

Mapa 4: Mesorregiões Geográficas do estado de Alagoas

Mapa 5: Malha viária do estado de Alagoas (2013)

Mapa 6: Distribuição das taxas médias de homicídio por 100 mil/habitantes -municípios da região Nordeste (2010-2014)

Mapa 7: Distribuição dos Centros Integrados de Segurança Pública (CISP) no estado de Alagoas

Mapa 8: Divisão política das cidades da província de Alagoas (1872)

Mapa 9: Distribuição das usinas no território alagoano (1922)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução da população urbana e rural do Brasil

Quadro 2: Taxas Regionais de Urbanização

Quadro 3: Número observado de homicídios e cenário contrafactual (caso não tivesse havido o ED), média entre 2011 e 2013

Quadro 4: Evolução da população de jovens entre 15 e 29 anos no estado de Alagoas (1970 – 2022)

Quadro 5: Evolução da população de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil e grandes regiões (1970 – 2022)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABSP - Anuário Brasileiro de Segurança Pública

ARSAL - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas

BMS – Brasil Mais Seguro

CAC - Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador

CID – Código Internacional de Doenças

CISP - Centros Integrados de Segurança Pública

COMSEMA - Conselho Comunitário Municipal de Segurança de Maceió

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CV - Comando Vermelho

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

IAA – Instituto do Açúcar e Alcool

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica aplicada

MVI - Mortes Violentas Intencionais

PCC - Primeiro Comando da Capital

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SENAPPEN - Secretaria Nacional de Políticas Penais

SIM/MS - Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde

SIGMA - Sistema de Gerenciamento Militar de Armas

SINARM - Sistema Nacional de Armas

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

UF – Unidade da Federação

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Os usos do território como fundamento à análise da violência homicida racial no estado de Alagoas	17
1.2 Aportes teóricos-conceituais.....	23
1.2.1 Violência	24
1.2.2 Raça e racismo.....	26
2. Conjuntura da violência homicida no Brasil	31
2.1 Fatores e variações da violência homicida no Brasil	32
2.1.1 Urbanização.....	34
2.1.2 Globalização.....	39
2.1.3 Facções e o narcotráfico	41
2.1.4 Encarceramento em Massa	45
2.1.5 Estatuto do desarmamento e CACs	46
2.1.6 Transição demográfica	51
3. Formação territorial e violência homicida em Alagoas	54
3.1 Modelos de colonização e a gênese do território alagoano.....	55
3.1.1 Usos do território e colonização.....	56
3.1.2 Formação socioespacial: primeiros passos	59
3.2 Cana-de-açúcar e estado: agentes da formação sociespacial alagoana.....	60
3.3 Violência homicida em Alagoas	70
3.3.1 Urbanização em Alagoas	72
3.3.2 Transição demográfica em Alagoas.....	74
3.3.3 Globalização e os pares dialéticos em Alagoas.....	75
3.3.4 Papel das facções na violência homicida em Alagoas.....	82
3.4 Violência homicida contra pessoas negras em Alagoas.....	84
3.4.1 Efetividade das políticas públicas de enfrentamento à violência homicida	90
Considerações finais	94
Referências	97

Introdução

No cenário da violência homicida mundial, o Brasil ocupa posição de destaque, e dentro dessa realidade o estado de Alagoas se mostra como um dos lugares onde essa prática se mostra mais aparente e persistente. A explosão das taxas de homicídios no estado a partir dos anos 2000, aliada a permanência em níveis altos por quase duas décadas, revelam uma condição que, ao mesmo tempo que é única, corresponde aos impulsos externos, podendo ser compreendida dentro de uma conjuntura maior, aliada ao estudo das suas peculiaridades.

Inserido nesse quadro, a violência homicida tem se mostrado, ao longo da história dos registros estatísticos, especialmente perversa com as faixas mais vulneráveis da população, e dentre estas se destaca a população negra. Essa parcela da sociedade experimentou em Alagoas todo o ônus da ascensão da violência homicida, sendo de longe, o principal alvo desta prática, ao passo que se viu vedada de gozar da aparente melhoria dos indicadores oficiais.

Ante o verdadeiro fosso registrado a partir dos homicídios cometidos contra a população negra do estado em comparação com o restante da sociedade, fica clara a necessidade de uma investigação geográfica pautada na análise do espaço, considerando-se em especial a sua formação. Dessa forma, a presente pesquisa busca compreender as disparidades raciais da violência homicida que acontece no estado de Alagoas.

A construção da presente dissertação partiu de um levantamento bibliográfico realizado inicialmente, na Biblioteca Central da Universidade Federal de Alagoas, em um segundo momento, em sítios eletrônicos de periódicos, Programas de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Portal de Periódicos CAPES/MEC e Google Acadêmico. Nessas plataformas buscou-se matérias que versassem sobre a formação socioespacial alagoana, assim como sobre a violência homicida e o racismo, tanto no âmbito estadual quanto nacional. Também foram despendidos recursos próprios para a compra de materiais considerados fundamentais à pesquisa. Essa primeira etapa foi basilar para o aprimoramento acerca das categorias de análise norteadoras da pesquisa, bem como na organização e realização da etapa seguinte.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa documental, visando o levantamento de fontes estatísticas em órgãos como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), secretarias de governo do estado de Alagoas, Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (ARSAL), etc. As informações levantadas, especialmente as estatísticas foram vitais para apreender a realidade investigada.

Os dados referentes ao quantitativo de homicídios no estado de Alagoas foram coletados principalmente do Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), utilizando a mesma metodologia adotada pelos pesquisadores do IPEA na

elaboração do Atlas da Violência, onde para o período de 1979 a 1995 foram considerados os códigos CIDs 9: E960-E978 (Homicídios e lesões provocadas intencionalmente outras pessoas) e E990-E999 (Intervenções legais). Do ano e 1996 em diante, foram utilizados os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35 (intervenção legal) óbitos por residência. Também foram consultados dados da SSP-AL; bem como informações contidas em documentos e relatórios a exemplo do Atlas da Violência e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. O principal índice utilizado para mensurar a violência homicida afere a quantidade de homicídios a cada 100 mil habitantes através do cálculo: $A/B \times 100.000$, onde A representa a quantidade absoluta de homicídios registrados no período de um ano em uma determinada unidade territorial e B representa a sua população.

Os dados populacionais foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Foram utilizados para a análise longitudinal, dados referentes às estimativas e também retroprojeções realizadas pela autarquia. As estimativas foram usadas para os anos anteriores a 1999 e as retroprojeções foram empregadas a partir dos anos 2000.

Existem duas fontes principais em se tratando das estatísticas de violência homicida: o Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), plataforma de divulgação do Sistema Único de Saúde (SUS), e as secretarias de segurança pública dos governos estaduais. Na esteira dessas duas fontes, existem duas publicações de destaque que realizam a compilação e análise dos dados disponibilizados por esses órgãos: o Atlas da Violência do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP), elaborado pelo FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). É importante apontar que o FBSP e o IPEA trabalham em conjunto na elaboração do Atlas da Violência.

Para o pesquisador, os números fornecidos pelas secretarias detêm a vantagem de serem divulgados de maneira mais ágil, enquanto os números do SIM/MS são de mais fácil obtenção. Porém, geralmente contam com um atraso que atualmente se encontra defasado em um ano¹. O SIM/MS também detém uma maior longitude de dados, fornecendo números a partir de 1979.

Quanto a confiabilidade dos dados, o FBSP estabelece que o Anuário, dentre outras finalidades, tem como propósito contribuir com a melhora na divulgação, qualidade e na transparência dos dados divulgados pelas secretarias estaduais. Para tanto, o Fórum atribui uma

¹ Verificado pela última vez em 12/09/2023.

classificação própria às secretarias estaduais de segurança pública, utilizando de método próprio, baseando-se nos dados por elas fornecidos². Já o SIM/MS tem a aparente vantagem de ser unificado tanto na divulgação dos dados, quanto na metodologia, uma vez que segue a tipificação das CIDS, CID - 09 de 1979 a 1995 e CID - 10 a partir de 1996.

Ao longo dos anos, é possível constatar uma certa dessemelhança nas estatísticas divulgadas pelo Atlas da Violência e pelo Anuário Brasileiro da Segurança Pública, portanto, uma leve dissonância entre SIM/MS e secretarias estaduais. No entanto, tal incompatibilidade não significa, necessariamente, uma incongruência. Segundo Cerqueira (2019), apesar das divergências em números absolutos, a lacuna entre as duas fontes não exerce influência suficiente a ponto de mascarar tendências, ficando geralmente dentro do intervalo de 5% para mais ou para menos na relação do menor para o maior número.³

Dada a disparidade metodológica entre as secretarias e o SIM/MS, o Atlas e o Anuário adotam nomenclaturas distintas em se tratando das mortes violentas. Ou seja, “Homicídios” para o estudo liderado pelos técnicos do IPEA, e Mortes Violentas Intencionais (MVI) para o relatório produzido pelo FBSP. Sobre as MVI, diz o ABSP (2021, p. 359) “corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora [...]”, enquanto a categoria “Homicídio” utilizada pelo Atlas corresponde a “[...] soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.” (CERQUEIRA, 2021, p.11). Ainda sobre essa diferenciação:

Para o sistema de segurança pública e justiça criminal importa saber se houve ou não um crime e tipifica-lo de acordo com a categoria penal correta, ao passo que para a saúde importam as informações de cunho epidemiológico relacionadas ao perfil da vítima e em que contexto morreu (CERQUEIRA, 2019, p. 21).

Em nossa análise, optaremos por utilizar a base de dados do SIM/MS, por alguns fatores, dentre eles a maior abrangência temporal, além da facilidade em obter e qualificar os dados conforme o recorte pretendido, o que será de grande utilidade. Poderíamos ainda, optar por complementar o ano faltante (2022) com dados das secretarias compilados pelo FBSP, todavia acreditamos ser a melhor decisão limitarmos a análise aos dados do sistema do SUS, garantindo dessa forma, o uso de dados mais coesos. Sobre a utilização da taxa de homicídios, concordamos que:

² Vide o apêndice metodológico disponível no 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: “Metodologia do estudo sobre qualidade dos dados de homicídios 2021”.

³ Como pode ser observado nas tabelas da página 20 do Anuário Brasileiro de segurança pública de 2021 e página 19 do Atlas da Violência do mesmo ano, em 2011 a diferença entre as duas fontes chegou a 11,8%, contudo, vale lembrar que nos anos de 2011 e 2012 o cálculo de MVI fora realizado de maneira retroativa pelo FBSP, uma vez que o Fórum começou a utilizar o indicador a partir do ano de 2013.

Ao contrário do que o senso comum muitas vezes nos faz crer, a mensuração da violência entre diferentes unidades de análise, ainda mais quando possuem tamanhos ou populações muito diferentes entre si, exige que os números absolutos dos fenômenos que estão sendo observados sejam ponderados por um denominador padronizado. No caso de mortes violentas, esse denominador é a população de cada unidade considerada, já que estamos diante de um fenômeno que envolve o indivíduo. Já no caso de furtos de veículo, por exemplo, o denominador padrão é a frota de veículos de cada unidade considerada. Ou seja, a utilização de denominadores padronizados permite a comparação de grupos, em geral com 100 mil fenômenos observados. Isso não significa o não reconhecimento de situações de violência extrema em locais e regiões específicas. Mas, ponderadas com a população residente, tais situações podem não ter a capacidade de influenciar a tendência como um todo (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023, p. 25).

A comparação longitudinal entre as taxas de homicídios, principalmente a níveis estaduais e municipais, consiste numa ferramenta fundamental para a interpretação da violência homicida. Além de propiciar a comparação proporcional direta entre diferentes escalas territoriais e populacionais, o uso da taxa por 100 mil habitantes permite, por conseguinte, que uma mesma unidade territorial seja analisada ao longo do tempo.

Diante disso, surge um dos maiores obstáculos enfrentados pela presente pesquisa: a carência de estimativas populacionais atualizadas. Tendo em vista a grande disparidade entre as estimativas e projeções, e o que foi divulgado nos resultados iniciais do censo demográfico realizado no ano de 2022 pelo IBGE. Ao se deparar com o mesmo problema, os pesquisadores do FBSP pontuam:

Outro fator que torna mais complexa a análise dos dados é o impacto dos dados do novo Censo do IBGE, referente a 2022 e divulgados recentemente. O Censo 2022 constatou que a população brasileira cresceu menos do que estimado anteriormente e impôs uma revisão de todas as taxas utilizadas no período entre os Censos de 2010 e 2022 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023, p. 36).

O uso das estimativas atualmente disponíveis no cálculo das taxas de homicídios, gera claras distorções em todas as escalas. Dessa maneira, para o período não coberto por dados confiáveis, serão utilizados apenas os números absolutos de homicídios, que embora não sejam a melhor alternativa para uma análise mais profunda, proporcionarão um quadro mais estável.

Conforme Lakatos; Marconi (2003, p. 83) “[...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar os objetivos – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões [...]” Em sintonia com essa premissa partimos da escolha das categorias centrais para balizar a investigação.

O trabalho inicia com a proposta de estabelecer o fio condutor teórico da pesquisa, discutindo os conceitos chave para a investigação proposta. O capítulo 1 denominado “Os usos do território como fundamento à análise da violência homicida racial no estado de Alagoas” se propõe a elencar os conceitos geográficos que oferecerão o suporte à discussão no seio da

disciplina. Dessa maneira, será exposto o método de análise do espaço proposto pelo Geógrafo brasileiro Milton Santos, com o foco nos conceitos de *Espaço Geográfico* (SANTOS, 1997; 2006), seu sinônimo, o *Território Usado* (SANTOS, 2001, 2005 e SANTOS e SILVEIRA, 2006), os pares dialéticos: *Rarefação e Densidade; Fluidez e Viscosidade; Rapidez e Lentidão; Espaços que Mandam e Obedecem; Opacidade e Luminosidade* (SANTOS; SILVEIRA, 2006) e, por fim, trataremos da categoria de *Formação Socioespacial* (SANTOS, 1977).

Em seguida no item 1.2 de título: Violência homicida, serão trabalhadas outras concepções vitais para o desenvolvimento da pesquisa. O subitem 1.2.1 terá a violência como foco, a partir das contribuições de Melgaço (2010); Nascimento (2017); Oliveira (2017); Santos (2008) e Ianni (2004), onde buscou-se definir o recorte quanto ao conceito. Já o item 1.2.2 está voltado ao entendimento do racismo, tanto em sua perspectiva histórica, num contexto mundial, quanto na perspectiva brasileira, com ênfase no racismo estrutural. Para isso, partimos de duas fontes principais Almeida (2021); Souza (2021) em se tratando de racismo e racismo estrutural, contando com o auxílio de Nascimento (2016); Nunes (2017) e Ribeiro (2021).

O capítulo 2 “A violência homicida racial no território alagoano” inicia com o item 2.1 “Fatores e variações da violência homicida no Brasil” que tem como propósito entender a conjuntura da violência homicida no país. Para tanto, foram elencados alguns fatores-chaves considerados vitais à compreensão do quadro recente da violência homicida. O subitem 2.1.1 discute os impactos da urbanização na violência homicida, a transição desigual das populações para áreas urbanas, analisando a violência urbana calcando-se no espaço. Já no subitem 2.1.2 buscou-se estabelecer uma conversa entre a violência e a globalização, tratando dos impactos de um mundo globalizado, bem como as pressões internas e externas contra o trabalhador e as camadas mais pobres da população. O subitem 2.1.3 discorre sobre a atuação das facções e o narcotráfico no território brasileiro, fazendo referências sobre o crescimento do fluxo de entorpecentes em território nacional, citando os principais *players* desse mercado, tecendo considerações a respeito da importância do contexto local das organizações criminosas e a influência dessas e das grandes facções nas taxas de homicídios. O item 2.1.4 trata das políticas de encarceramento em massa, seus desdobramentos e seu enfoque punitivista em relação à população negra do país. O subitem 2.1.5 discute o Estatuto do Desarmamento como política pública de contenção do avanço dos homicídios, sendo abordada a sua efetividade estimada, assim como a recente política nacional de armas de fogo e a disseminação dos CACs. Por fim, no subitem 2.1.6 discute-se a transição demográfica e seus impactos na violência homicida, levando em consideração estudos que apontam os jovens como principais alvos dessa prática.

O capítulo 3, Formação territorial e violência homicida em Alagoas, como demonstra o título, discorre a respeito do processo de formação socioespacial do território que hoje conhecemos como Alagoas. Para tanto, buscando uma maior aderência à realidade, primeiramente, através do item 3.1, é realizada uma discussão preliminar correspondente ao início do empreendimento português no Brasil, e o estabelecimento do modelo colonizador empregado em terras brasileiras juntamente com uma análise das intencionalidades e usos do território então empregados. Dessa maneira o subitem 3.1.1 foca precisamente na conjuntura e na intencionalidade com o território como determinantes do modelo de colonização adotado. Em seguida o subitem 3.1.2 se dedica a análise dos primeiros usos do território pelos colonizadores. O item 3.2 prossegue com o objetivo de explorar o papel dos principais agentes no processo de formação socioespacial do território, tendo como principal agente formador do território alagoano, a cana-de-açúcar e toda a infraestrutura derivada da sua cultura. É enfatizada também a ação do estado como agente ativo na definição dos rumos do território.

Na sequência inicia-se o item 3.3, denominado “Violência homicida no território alagoano”, onde é analisada a conjuntura que permeia o estado e permite a manutenção de um cenário epidêmico de violência. Assim como realizado anteriormente, são discutidos alguns fatores que contribuem à elucidação do quadro posto. O subitem 3.3.1 dedica-se a traçar o panorama da urbanização num contexto regional e local. No subitem 3.3.2 trata-se da transição demográfica no estado e sua possível influência nas mudanças das estatísticas de homicídios no século XXI. O subitem 3.3.3 versa sobre a penetração do fenômeno da globalização no território alagoano, assim como desenvolve uma análise desse, através dos pares dialéticos propostos por Santos e Silveira (2006). Por fim, o subitem 3.3.4 discute a conjuntura local das facções, tentando estabelecer as suas reais influências no contexto alagoano da violência homicida, assim como sua natureza e início.

O item 3.4 que tem por título “Violência homicida contra pessoas negras em Alagoas”, analisa o cenário de disparidade entre as populações negras e não negras no quadro da violência homicida no estado de Alagoas, estabelecendo conexões com as construções feitas anteriormente. O subitem 3.4.1, por sua vez, dedica-se a uma contextualização das principais políticas públicas com direcionamento específico à prevenção de homicídios, discutido o real efeito que essas apresentam.

Dessa forma, acreditamos ter alcançado o que nos propomos e poder contribuir não somente com o debate em torno de uma mazela social que persegue a nossa sociedade, mas também com caminhos que levem à sua superação, apoiados nas muitas possibilidades que a ciência geográfica nos proporciona.

1. Os usos do território como fundamento à análise da violência homicida racial no estado de Alagoas

Este capítulo inicial está voltado à fundamentação das bases teóricas que oferecem um suporte necessário à construção da análise proposta. Para tanto, inicialmente trataremos do objeto da ciência geográfica: o espaço geográfico, buscando a sua operacionalização através do território usado, conforme propõe o geógrafo brasileiro Milton Santos.

O conceito de violência terá sua discussão aprofundada no item 1.2.1 do presente capítulo, porém, com o propósito de facilitar o entendimento do atual item, adiantamos aqui — dentre as diversas possibilidades, posto o caráter plurívoco do conceito — o recorte pretendido: a violência homicida. Considera-se, dessa forma, que a violência homicida é uma expressão extrema, o culminar de um processo fomentado por práticas *socioespaciais* imbuídas no território, por meio do processo de *formação socioespacial*⁴, onde passado e presente interagem dialeticamente.

Ao assumir o compromisso de estudar a temática proposta, faz-se necessário reafirmar a pertinência de uma abordagem geográfica, tendo em vista que a violência, e seus desdobramentos (a exemplo da violência homicida direcionada à população negra) tende a ser vista como uma temática restrita às análises das ciências sociais, como a sociologia, a antropologia, a economia etc. Todavia — por se tratar, notadamente, de um fenômeno social e, por conseguinte, estar inserida na dinâmica socioespacial, dado que toda e qualquer sociedade (e fenômenos nela contidos) carece de um meio material (espaço) para que possa se realizar — entendemos que a violência pode e deve ser analisada à luz da geografia, uma vez que:

A riqueza da geografia como província do saber reside, justamente no fato de que podemos pensar, a um só tempo os objetos (a materialidade) e as ações (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história. As demais ciências humanas não dominam esse rico veio epistemológico (SANTOS et al. 2001, p. 2).

Nesse sentido, será evitado, na presente dissertação, o foco excessivo em análises voltadas apenas ao aspecto espacial do fenômeno, que busquem apenas descobrir o caráter locacional das ocorrências. Embora, como enfatizado por Melgaço (2010), a partir do pensamento de Santos et al. (2001), tal abordagem seja muito importante para a compreensão dos fenômenos através da geografia, saber onde acontece é apenas uma parte de todo o processo a ser escrutinado. Seguindo a mesma linha, George (1972) assevera que um mapa pode ser considerado geográfico quando exprime, em seu conteúdo, relações para além da mera espacialização de uma série de dados. Por outro lado, tal cuidado não significa a ausência de cartografias pertinentes, essas, porém, serão apenas ferramentas que auxiliarão na compreensão do fenômeno.

⁴ A esse respeito, aprofundar a leitura de Santos (1977)

No intento de compreender um fenômeno através da geografia, entendemos como algo vital a retomada de seu objeto, o *espaço geográfico*, como o centro e ponto de partida de qualquer análise. Dessa forma diminui-se o risco de construir — dada a sua *indissociabilidade*⁵ — análises apegadas somente à materialidade ou apenas ao aspecto social do fenômeno. O debate acerca da definição do espaço geográfico, assim como o próprio objeto da geografia, conta com vasta contribuição de diversos autores, o que torna o aprofundamento desse tema na presente dissertação algo prescindível. Todavia, algo que avaliamos como essencial é apresentar a definição que será trabalhada, assim como esclarecer as motivações para tal escolha.

Alguns elementos da definição adotada foram exibidos anteriormente, nos parágrafos acima, através do que chamamos de objetos e ações, assim como o que fora estabelecido como a indissociabilidade do espaço. Portanto, entende-se por espaço geográfico “o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1997, p. 51). Constatar a indissociabilidade entre a materialidade do espaço e as ações da sociedade permite a construção de análises que buscam abranger a totalidade dos acontecimentos. À vista disso, recorreremos ao trabalho desenvolvido por Melgaço (2010), onde o mesmo evidencia que espaço e sociedade são um híbrido indissociável, componentes do espaço geográfico.

O próprio recurso à definição de espaço geográfico em termos da “relação”, mesmo que indissociável, entre espaço e sociedade, ou sociedade e natureza, já seria, por si só, uma redução. A dialética do espaço ressalta o caráter híbrido do conceito e o ideal seria dispor de um único termo que abrangesse esses dois aspectos: algo como “espaçosociedade” (MELGAÇO, 2010, p.37).

Dentre os diversos avanços estabelecidos pela obra de Milton Santos, destacamos a relevância da ressignificação, em conjunto com o convite à operacionalização, do próprio espaço geográfico. Tal operacionalização se dá através da categoria território, mais especificamente os seus usos, uma vez que são os usos que elevarão o território à condição de categoria de análise social (SANTOS, 2005), dado que “o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 247). Ainda nessa linha, o autor ressalta:

O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta

⁵ Sobre a indissociabilidade do espaço, vide Melgaço (2010, p.38 a p.47) e Santos (2006, p.65 a p.66)

totalmente empiricizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 20).

Empregar os usos do território como fundamento à análise da violência homicida racial nos permite englobar, de um lado, a conformação dos objetos geográficos ao longo do processo de formação socioespacial do território de Alagoas e, por outro lado, compreender as ações que acompanharam e deram sentido a esses objetos durante todo o processo, buscando interpretar as condicionantes que levaram a atual configuração do território (SANTOS e SILVEIRA, 2006). Quanto a essa questão, Santos (2006, p. 64) ressalta que “O enfoque do espaço geográfico, como o resultado da conjugação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, permite transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente”. logo entendemos ser possível lançar luz às raízes da violência homicida racial através do emprego de tais ferramentas.

Concorda-se com Patrício (2014) para quem a violência se trata de um fenômeno social, considerando-a como produto e produtora do território. A dialética do território trazida por Patrício é também exposta por Melgaço (2010, p. 39), quando o autor explica que “Essa qualidade do espaço não só condicionado, mas também condição das ações humanas, advém do fato dele ser uma acumulação de tempos passados, mas que ainda se fazem presentes.” Tal acumulação de tempos do qual o espaço é composto desagua na noção de *Rugosidade*, onde Milton Santos (2006) estabelece o conceito como as formas herdadas do passado, componentes da atual paisagem, testemunhas de arranjos socioespaciais pretéritos. Ainda sobre rugosidade, ao apontar as principais diferenças entre o conceito e a noção de *reverse salientes* apresentada por Hughes (1980), o autor esclarece que “As rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças físicoterritoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas.” (SANTOS, 2006, p. 25)

Em outras palavras, ao debruçar-se sobre um fenômeno expresso no território do presente, faz-se necessário compreender sua conformação para afastar o risco de uma análise enviesada. Dessa maneira, ao buscar entender a violência praticada hoje, precisa-se — ao apreender-se a violência homicida como uma prática socioespacial — compreender o processo de formação do território em questão, uma vez que “a resposta deve ser buscada tanto de um ponto de vista histórico quanto sob a ótica do presente, ou ainda levando-se em conta as possibilidades do futuro” (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 260).

Diante do que foi posto, o cenário ideal para a presente pesquisa compreenderia a construção de uma *periodização*⁶ dedicada ao estado de Alagoas, todavia tal empreitada

⁶ Sobre a periodização através do método geográfico, vide Santos e Silveira (2006, p. 23)

resultaria num trabalho suficientemente extenso para preencher, por si só, toda uma dissertação de mestrado. Ao contrário do que se pode pressupor à primeira vista, realizar a periodização de apenas uma unidade da federação em detrimento de uma região ou até mesmo de todo o país, dada a natureza do espaço geográfico, representa uma tarefa mais desafiadora pois, segundo Santos:

Tal periodização é tanto mais simples quanto maior a escala do estudo (os modos de produção existem à escala mundial), e tanto mais complexa e capaz de subdivisões quando mais reduzida é a escala. Quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do mais pequeno (SANTOS, 2014a, p. 13).

A dificuldade em realizar uma periodização histórica do processo de formação do território do estado de alagoas nos leva a recorrer ao processo de formação socioespacial como ferramenta principal para alcançar esse objetivo. Tal processo é chave na construção de uma periodização do território, porém arriscaremos aqui utilizar a categoria de maneira avulsa com uma maior atenção ao objeto e aos agentes, onde as maiores diferenças esperadas serão a ausência de períodos definidos, em conjunto com um escopo mais permissivo quanto ao nível de detalhamento das variáveis. Nesse ponto de vista “[...] a redistribuição do processo social não é indiferente às formas herdadas, e o processo de reconstrução paralela da sociedade e do território pode ser entendido a partir da categoria de formação socioespacial [...]” (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 21). Dessa maneira, se torna possível tecer o processo de formação socioespacial do estado através de autores que já se empenharam a construir estudos sobre o assunto dentro e fora da geografia. Para além do que foi exposto acima, a proposta de método erigida por Milton Santos apresenta uma série de pares dialéticos que, ao longo do desenvolvimento da dissertação, irão contribuir para análise aqui proposta.

As zonas de *rarefação e densidade*, ajudam a compreender a dispersão de determinado dado por sobre o território, tendo em vista não apenas o caráter quantitativo, mas também levando em consideração o processo evolutivo que resultou nessa condição “As densidades que se dão fisicamente aos nossos olhos encobrem processos evolutivos que as explicam melhor do que as cifras com as quais são representadas” (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 260), da mesma maneira que busca entender as densidades, essa abordagem desvela as rarefações presentes numa perspectiva que se compromete a ir além da mera espacialização.

Nesse sentido, é possível relacionar ao par anterior os conceitos de *fluididez e viscosidade*, na medida em que a densidade de vias pro sobre determinada porção do território não o torna *efetivamente* fluido, mas sim fluido de um ponto de vista *virtual*, tendo em vista que a quantidade e disposição desses equipamentos não necessariamente se realiza em termos de uso,

uso este que não pode apenas ser visto do ponto de vista quantitativo, mas sim qualitativo (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 262). Assim como os conceitos de densidade e rarefação, é necessário retomar a análise de outros aspectos.

Uma simples análise estatística contentar-se-á com o enunciado dos respectivos números, isto é, dos dados totais que circulam. O entendimento do fenômeno, porém exige considerar de um lado a presença de veículos, a representatividade de veículos privados e públicos e, relativamente a estes, seus horários e tarifas; e, de outro, a amplitude e a profundidade da população, a história do povoamento, a distribuição social e geográfica das pessoas etc. (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 262)

À primeira vista o par composto por *espaços da rapidez e da lentidão* pode se assemelhar com os pares anteriores, entretanto, trata-se de conceitos distintos. Espaços da rapidez são dotados de uma *fluidez efetiva* advinda de uma *densidade* de sistemas de transporte que atendam determinadas condições, porém esses espaços também contam com uma gama de relações sociais e econômicas que os qualificam (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 263). Diretamente ligado aos conceitos de *espaços da rapidez e da lentidão* estão as noções de *espaços que mandam e espaços que obedecem*.

A ideia de espaços da rapidez e espaços da lentidão também pode ser cotejada com a noção de espaços do mandar e do fazer e de espaços do mandar e do obedecer, admitindo-se que o fazer sem mandar e o obedecer podem produzir a necessidade da existência de vias sem, obrigatoriamente, ostentar a mesma presença que nos espaços do mandar (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 263).

Ainda sobre *os espaços que mandam e espaços que obedecem*, os espaços que mandam seriam aqueles que acumulam o poder decisório, de regulação e ordenamento, porém, aqui é retomada a importância da apreensão do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, o que pressupõe que, por mais que instituições públicas e privadas exerçam tal poder, este não pode se realizar no vácuo, necessitando de base material qualificada a atender as demandas inerentes a esses espaços que mandam, assim como espaços dotados de sistemas de engenharias qualificados não podem, por si só exercer poder algum (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 265).

1.2 Aportes teóricos-conceituais

Antes de adentrarmos em nosso objeto de análise propriamente dito, é imperativo que seja estabelecida nossa abordagem conceitual. Violência, racismo e racismo estrutural. Julgamos que clarificar quais conceitos, assim como suas definições e ou abordagens, representa um passo fundamental rumo ao entendimento da problemática. Por se tratar de uma seara complexa, polêmica e controversa, traçar tais delimitações se mostrou uma tarefa um tanto quanto desafiadora.

1.2.1 Violência

Os esforços em busca da compreensão da violência no âmbito da ciência geográfica no Brasil são relativamente recentes quando comparados a estudos voltados a outras problemáticas. Segundo Oliveira (2017), a produção de trabalhos sobre o tema só veio a se intensificar no final dos anos 1990, ganhando, de fato, volume apenas nos anos 2000. Ainda segundo Oliveira, o interesse tardio pela violência por parte dos geógrafos pode ser atribuído à renovação epistemológica pela qual a disciplina passou no País no último terço do século XX. Concordamos com tal afirmação, afinal, como já fora estabelecido anteriormente, é o resgate do espaço geográfico como objeto da geografia que torna possível que sejam tecidas, em seu seio, análises a respeito da violência. Todavia, adicionamos aqui, outra variável importante: o aumento da violência homicida no mesmo período.

Entre as diversas obras dedicadas a compreensão da violência, num modo geral, dentro da geografia, duas (ambas já citadas no presente trabalho) se destacam em relevância para o presente trabalho por se enquadrarem dentro da proposta de analisar a violência a partir dos usos do território. A primeira se trata da tese de doutoramento de Lucas Melgaço, defendida no ano de 2010, onde o autor estabelece uma rica contribuição no que diz respeito à aplicação da teoria e do método *Miltoniano*, o que configura o trabalho, ao nosso ver, como um divisor de águas em se tratando da aludida abordagem. Em conjunto com a forma de análise empreendida, o texto ainda apresenta uma robusta discussão acerca do conceito de violência. O segundo trabalho refere-se à dissertação de mestrado de Luã Karll de Oliveira (defendida em 2017) onde o autor também constrói um minucioso estado da arte dos principais estudos voltados à temática. Todavia, para o presente trabalho, a contribuição mais importante produzida por Oliveira concerne a análise da formação do território Alagoano. Entendemos que a produção contida em tais obras oferece um fértil *substrato* onde fora possível *cultivar* nossas próprias análises acerca do fenômeno.

Conforme citado na seção anterior, à compreensão acerca da violência, é que essa se trata de um conceito plurívoco, abrangendo diversas manifestações que por muitas vezes não são excludentes, mas sim complementares. Dessa maneira, seguimos, a princípio um caminho diferente, ao de Melgaço (2010), ao delimitarmos como objeto da pesquisa a violência homicida⁷. Todavia, tal escolha de abordagem não significa uma discordância quanto ao que o

⁷ Lucas Melgaço, em seu trabalho, escolhe por não definir apenas uma manifestação da violência como objeto da pesquisa, adotando uma abordagem mais abrangente para com o conceito.

autor, após extensa revisão bibliográfica, estabelece como violência⁸. O que buscamos ao utilizar a violência homicida como centro de nossa análise é partir da, talvez, forma mais aguda com que a violência se manifesta, buscar decifrar as condições que permitem o acontecimento epidêmico de tal ato. É evidente que foge totalmente ao escopo do trabalho a compreensão do fenômeno em toda a sua complexidade e possibilidades de interpretações. Ainda sobre a complexidade da violência, Ianni (2004, p. 168) pontua:

Vista em toda a sua complexidade, em suas múltiplas manifestações coletivas e individuais, históricas e psicológicas, objetivas e subjetivas, é evidente que a violência é um acontecimento excepcional que transborda através das várias ciências sociais; revela dimensões insuspeitadas da realidade social, ou da história, em suas implicações político-econômicas, socioculturais, objetivas e subjetivas (2004, p. 168).

Compreendemos que a violência homicida se trata de uma destas expressões, geralmente constituindo-se produto do acúmulo de uma série de outras manifestações mais “discretas”. Aqui insistimos em esclarecer que por mais que não seja o foco do atual trabalho compreender a violência numa perspectiva ampla, não é possível isolar certo tipo de violência de seus pares, uma vez que, por exemplo, a violência homicida se manifesta de forma mais contundente entre as camadas mais desfavorecidas da sociedade, não é difícil estabelecer que a mesma se trata de um produto da conjunção de diversas outras violências. Retomamos, então, ao conceito de *Violência estrutural* trazido por Santos (2008, p. 55):

Fala-se, hoje, muito em violência e é geralmente admitido que é quase um estado, uma situação característica do nosso tempo, todavia, dentre as violências de se fala, a maior parte é sobretudo de violências funcionais derivadas, enquanto a atenção é menos voltada para o que preferimos chamar de violência estrutural, que está na base da produção das outras e constitui a violência central original.

Um dos maiores desafios ao trabalhar um tema caro a diversas áreas do conhecimento é a tarefa de interpreta-lo de maneira que sejam consideradas as contribuições externas, ao passo que não se perca de vista as balizas da disciplina cujo o autor elegeu como base de sua pesquisa. Se tratando de um tema com essas características, é natural que a violência apresente uma robusta produção em diversas disciplinas.

Dentro da Sociologia, a crítica estabelecida por Nascimento (2017) às interpretações da violência empreendida no estado de Alagoas se mostra pertinente. O autor pondera para o caráter tentador de reduzir o cenário de violência vivido hoje ao histórico de violência no estado, correlacionando diretamente as práticas violentas de diferentes tempos, numa percepção quase linear que não considera as transformações sociais e a sua influência na constituição do quadro

⁸ Vide Melgaço (2010, p.47, p.56)

recente de violência em Alagoas. O autor é feliz em rechaçar a ideia da violência como marca registrada do povo alagoano, uma inclinação inerente. Mesmo que, de fato, se trata de uma abordagem reducionista a atribuição de todos os problemas do presente ao passado monocultor e escravagista do estado, a não consideração desse passado pode representar um caminho ainda mais perigoso a ser seguido, onde o risco de interpretar a realidade atual por ela mesma, e ainda de forma com que o espaço, e suas configurações, sejam completamente ignorados, é eminente. É necessário compreender o papel ativo território e as marcas nele deixadas. Marcas que ascendem em relevância em consonância com a força que os agentes que as fixaram representavam. Essa interpretação não significa, de forma alguma, indicar uma imobilidade do espaço, mas sim, como deixaremos claro ao longo do trabalho, a consideração do mesmo como agente fundamental na compreensão dos rumos da sociedade. Tendo isso em vista, é necessário reforçar que, o que é aqui, por nós, pretendido, não se trata de uma análise pautada puramente no presente ou apenas no passado, mas sim na relação de ambos.

Nesse sentido, Nascimento (2017), enrobustece sua contribuição ao considerar o espaço em sua análise, compreendendo a existência de diferenciações que só podem ser interpretados a partir do entendimento das configurações e arranjos territoriais, a exemplo da complexidade da cidade e da vida urbana e suas implicações na violência, assim como o fluxo populacional do campo para cidade.

Com as contribuições sobreditas, em conjunto com as que serão adicionadas no decorrer do texto, buscaremos compreender a violência homicida no estado de Alagoas, tendo particular atenção à disparidade registrada entre as parcelas negra e não negra da população. Essa compreensão se dará com o afastamento da ideia de que o território alagoano se trata de um lugar onde a violência é algo *a priori* de sua sociedade, ao passo que o passado pautado na monocultura canavieira e mão de obra escravizada será considerado na medida em que cristalizou formas por sobre o território e moldou a sociedade para a divisão do trabalho e desigualdade que presenciamos nos dias atuais. Todavia, tal consideração será feita de modo a rechaçar o reducionismo que desconsidera as dinâmicas recentes.

1.2.2 Raça e racismo.

A questão da raça no Brasil e no mundo perpassa por discussões que vão além da mera diferenciação fenotípica. Ao se debruçar nessa discussão, Almeida (2021) demonstra como tais diferenças foram usadas, ao longo dos séculos, como uma forma de legitimação do colonialismo europeu. Como exemplo desse uso, o autor cita as revoluções iluministas que acabaram por trazer à tona um novo modelo de civilização que à época, por terem destituído do poder

monarcas absolutistas, se colocava como o exemplo de liberdade a ser propagado para o restante do mundo.

“Ora, é nesse contexto que a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea. Assim, a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania” (ALMEIDA, 2021, p. 28).

Corroborando com o que já fora ressaltado, a operacionalização do conceito de raça ao longo da história se deu, basicamente, por meio de dois registros principais, onde o primeiro se refere às características físicas, que foram relacionadas a supostas diferenças biológicas dos indivíduos. Já o segundo pode ser associado às identidades étnico-culturais dos povos que, por sua vez, seriam determinadas por condições climáticas e ambientais, assim como a origem geográfica e características como religião, língua e costumes. Mais recentemente, a partir do século XX, através dos avanços da ciência, as correntes de pensamento que buscavam associar o conceito de raça, e todas as implicações a ele comumente imputadas, às determinações naturais e diferenças morfológicas passíveis de classificações científicas, foram rechaçadas no campo acadêmico, tanto de um ponto de vista biológico como antropológico. Tendo isso em vista, o autor chega à conclusão que “*a raça se trata de elemento essencialmente político e é dessa maneira que esse vem sendo utilizado ao longo da história*” Almeida (2021).

O espírito positivista surgido no século XIX transformou as indagações sobre as diferenças humanas em indagações científicas, de tal sorte que de *objeto filosófico*, o homem passou a ser *objeto científico*. A biologia e a física serviriam como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes *raças*. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de *comportamentos imorais, lascivos e violentos*, além de indicarem *pouca inteligência* (ALMEIDA, 2021, p. 29).

Vale ressaltar que essa distorção da realidade, especificamente a classificação de seres humanos em raças superiores e inferiores foi o que permitiu, no Brasil e no mundo, o florescimento e principalmente a manutenção de todo um mercado de pessoas escravizadas vindas do continente africano, além da infrutífera escravização das populações nativas subjugadas nas campanhas de colonização das américas, assim como também “legitimou” os genocídios perpetrados contra essas populações nativas ao redor do globo.

No plano racial, o *ethos* colonialista se configura como uma justificativa da hierarquização racial, pela introjeção no índio, no negro e no mestiço de uma consciência mistificada de sua subjugação. Por ela se explica o destino das camadas subalternas por seus caracteres raciais, e não pela exploração de que são vítimas. Desse modo, o colonialista não só impera mas também se autodignifica, ao mesmo

tempo que subjuga o negro, o índio e seus mestiços e degrada suas autoimagens étnicas (RIBEIRO, 2021, p. 78).

Tendo em vista o caráter sobretudo político do conceito, em nosso país a discussão racial vem historicamente sendo cerceada. Num movimento que buscara tornar invisível as marcas deixadas pelos séculos de escravidão, a estratégia hora adotada consistia em inibir o uso político da identificação racial como ferramenta de empoderamento dessa parcela da população. Nascimento (2016) lança luz a tal prática, empreendida de maneira sistemática pelo governo militar com o pretexto de manter a unidade do povo Brasileiro. Tal ação acabou por ser endossada pela sociedade da época, dopada por seus dirigentes hegemônicos que por sua vez temiam a conscientização do povo negro quanto sua identidade e as condições sociais injustas a eles impostas.

O objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. Embora na realidade social o negro seja discriminado exatamente por causa da sua condição racial e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal da autodefesa. A constituição do país não reconhece entidades raciais; todo mundo é simplesmente brasileiro. Mas o preceito, ao se tornar operativo, ganha uma dupla qualidade – de ferramenta usada convenientemente no interesse da estrutura do poder, e de arma imobilizadora apontada na direção das massas afro-brasileiras. Nenhum meio legal de protesto, de busca de alívio contra a injustiça racial, existe para o grupo discriminado e oprimido, desde que a lei – formal e distante – recolhe a todos em seu seio “democrático” (NASCIMENTO, 2016, p.94).

Mais recentemente, principalmente a partir dos anos 2000, a realidade denunciada por Nascimento (2016) começa a alterar-se. foi registrada pelos censos demográficos uma retomada da autodefinição da população negra no país. Em especial, o censo demográfico realizado em 2022 revela que pela primeira vez a população autodeclarada parda ultrapassou a branca em número total. Além disso, a população autodeclarada preta também registrou aumento, frente a derrocada dos que se auto declaram brancos.

Tal discussão remete à complexa questão da raça como fenótipo de classificação. Em linhas gerais, por muito tempo foi estabelecido que o Brasil se tratava de uma democracia racial, onde a questão da cor e da raça não são tão explícitas quanto em outros países, uma vez que a miscigenação seria o que concebera o país como conhecemos atualmente. Todavia, a atribuição da dita democracia racial como resultado natural do processo de miscigenação vem sofrendo forte oposição, desde do século passado, por autores que se fundamentam na realidade posta, onde a inexistência de diferenciação social, econômica e também cultural entre as raças só faz sentido quando empregada de forma política (NUNES, 2017).

Quando se volta à população descendente das pessoas trazidas do continente africano para o trabalho escravo no Brasil, a adoção de subterfúgios como a miscigenação e a falácia da

democracia racial corroboram para o discurso de negação da existência de uma estratificação fundamentada na raça, o que acaba por contribuir para a perpetuação das claras desigualdades encontradas no país.

Já sobre a questão do racismo propriamente dito, Souza (2021), chama a atenção para a ausência de estudos que verdadeiramente se propõem a entender o racismo a partir de sua gênese, afirmando que no Brasil e no mundo o mais comum é encontrar trabalhos que se limitam, pelo modo como abordam o assunto, a atestar a existência do racismo. A cerca do racismo no país, o autor pontua: “No Brasil, a gramática do racismo racial funciona como a linguagem cifrada, posto que se disfarça de outras linguagens para continuar ativa, que comanda a sociedade por inteiro.” (SOUZA, 2021, p. 14).

Nessa perspectiva, buscamos estabelecer a noção de racismo que será tomada como norte no prosseguimento da pesquisa. Para isso, elencamos o pensamento de dois autores como principais fios condutores, a saber Almeida (2021) e Souza (2021). A definição construída por Almeida (2021) onde o autor delimita que “[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertençam.” (ALMEIDA, 2021, p. 32), nos oferece um caminho de entendimento claro, ainda mais quando é aliada à sua concepção de racismo estrutural que, para o autor, deveria ser o cerne das discussões sobre racismo.

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, de modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo o racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2021, p. 50).

Esse entendimento de racismo permite uma compreensão mais ampla tanto das suas possíveis origens quanto das suas consequências para os indivíduos e para a sociedade, todavia Souza (2021) insiste na necessidade de uma abordagem que privilegie a noção de classes sociais na busca pela compreensão do racismo. Para tanto, o autor trata de afastar o que ele entende por classe do conceito amplamente usado do termo, que normalmente apresenta um caráter estritamente produtivo e econômico. Para Souza, as relações familiares, onde o indivíduo tem contato com o que fora construído (ou não) ao longo das gerações é o ponto chave para essa diferenciação. Para o autor, o capital cultural, educacional e financeiro desse estágio da vida é o que, de fato, diferencia, mais a frente os estratos de rendimento individual e contribui para a

perpetuação do fosso de desigualdade hoje existente no Brasil. Ainda sobre a importância do ambiente familiar, o autor introduz o papel da moralidade, que por sua vez, também é construída majoritariamente neste meio e se constitui como peça central no entendimento do racismo.

Tais considerações se mostram fundamentais para o entendimento da disparidade da ocorrência da violência homicida em Alagoas. Ao passo que o racismo estrutural nos ajuda a compreender a perpetuação das condições adversas enfrentadas pela população negra, o entendimento do racismo a partir da diferenciação de classes no sentido proposto por Souza (2021) oferece uma alternativa de compreensão que coaduna com o caráter espacial caro a geografia, uma vez que a configuração territorial imposta pelos agentes hegemônicos contribui para o acirramento das desigualdades, legando aos grupos familiares historicamente mais desfavorecidos os piores locais dentro da estrutura urbana.

2. Conjuntura da violência homicida no Brasil

O estado de Alagoas é cercado de certa mística a respeito da violência que aqui é praticada. Desde a morte do Bispo Sardinha, as campanhas de Lampião na era do cangaço, passando pelo coronelismo das oligarquias, os grupos de extermínio, a pistolagem... chegando ao novo cangaço e as facções do narcotráfico. É correto afirmar que todos esses fenômenos advêm de uma mesma origem? Seria a violência inerente ao povo alagoano? A honra dos “cabra macho” para qual o único e derradeiro remédio à mácula é o sangue? Ao tratar de tal tema é necessário o devido cuidado para que não sejam reforçados preconceitos, estigmas e a velha xenofobia que se mostra sempre presente.

Retomando o que já foi exposto anteriormente, não se trata de reduzir a violência do presente como produto das violências do passado, mas sim entender as condições territoriais que permitiram o surgimento de diversas manifestações desse fenômeno ao longo dos anos. Cada manifestação dotada de características próprias, mas também compartilhadas. A força motriz dessas diferentes dinâmicas varia de acordo com os tempos, porém as condicionantes territoriais, apesar de não permanecerem imóveis, podem se acumular, num processo de superposição que não necessariamente apaga as marcas do passado e onde as velhas e novas formas coexistem e/ou são resignificadas.

É que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional. Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função (SANTOS, 2006, p. 62).

2.1 Fatores e variações da violência homicida no Brasil

Do ponto de vista puramente estatístico, o estado de Alagoas, ao passo que detém seu próprio tempo e peculiaridades⁹, pode também ser visto como parte de um contexto nacional no âmbito da violência homicida. É possível aferir tal condição a partir da análise das estatísticas disponíveis, onde as taxas de homicídios no estado seguem, de um modo geral, à tendências que podem ser observadas tanto no contexto nacional quanto no regional. Nesse sentido, Vasconcelos (2004, p.20) reitera que “é importante que situemos Alagoas no cenário social e político nacional para não apresentarmos a realidade local como um caso destoante da cultura política nacional”.

Desse modo, abordar o contexto nacional da violência consiste em um passo necessário, dado que a assimilação do quadro recente da violência homicida no país, e por conseguinte no

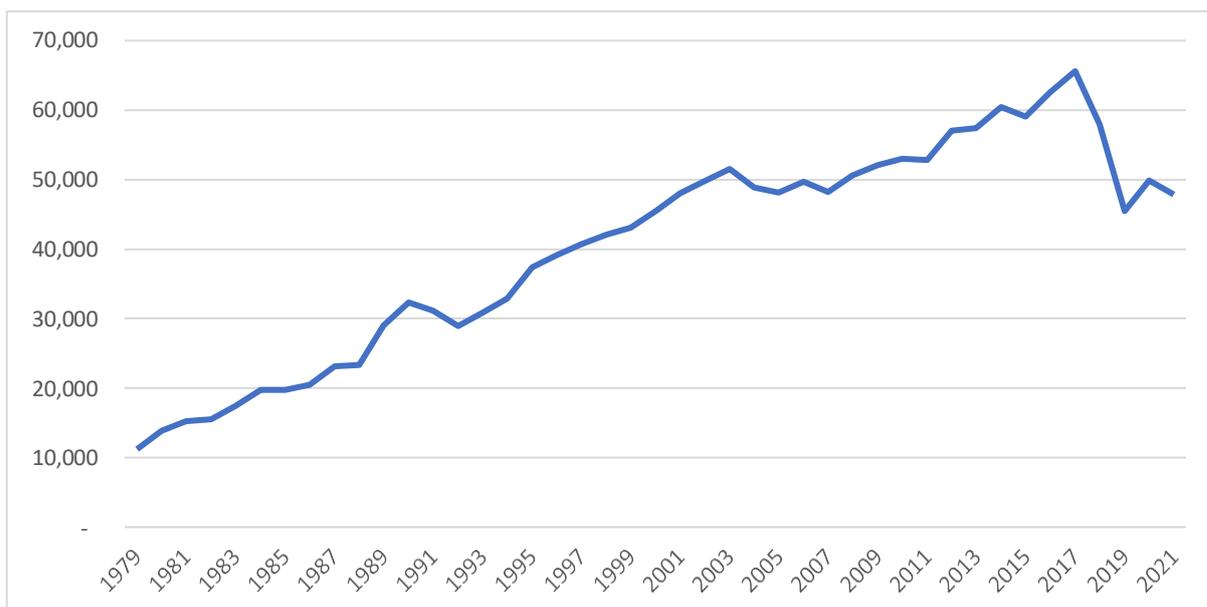
⁹ Sobre a diferenciação dos lugares, SANTOS (1996b p.14) esclarece: “Em cada lugar, as variáveis A, B, C... não têm a mesma posição no aparente contínuo, porque elas são marcadas por qualidades diversas. Isso resulta do fato de que cada lugar é uma combinação de técnicas qualitativamente diferentes, individualmente dotadas de um tempo específico – daí as diferenças entre os lugares”.

estado, se une à compreensão do passado através das *rugosidades e da formação socioespacial*, propiciando uma análise que ao mesmo tempo, não lega à conjuntura histórica toda a responsabilidade do quadro hoje posto, ao passo que também não se furta de interpretá-la como agente imprescindível à compreensão da dinâmica atual.

A partir do que é observado no gráfico 1, existem ao menos quatro momentos distintos no cenário da violência homicida no país: início dos dados disponíveis até meados de 2003; 2004 a 2011; 2012 a 2017 e a partir de 2018 até onde findam as estatísticas disponíveis. Desde o início dos anos 1980, o país enfrenta uma forte crescente no número de homicídios perpetrados. Entre os anos de 1979 e 2003, o número absoluto de homicídios saltou de 11.217 para 51.534. Um crescimento de 359% (40.317 homicídios). O novo século inicia com uma aparente continuação da tendência da década anterior, porém fica clara a quebra de ímpeto a partir de 2004, onde é registrada uma queda no número de homicídios em relação ao ano anterior, algo que acontecera pela última vez no ano de 1992. O que poderia ser um ponto fora da curva acaba por se consolidar nos anos seguintes, com o período compreendido entre 2004 e 2011 registrando números próximos aos registrados em 2003, demonstrando uma estagnação na tendência de crescimento observada anteriormente. A partir de 2012 inicia no país uma nova escalada das estatísticas que perdura até o ano de 2017 onde é atingido o número máximo de homicídios cometidos em território brasileiro quando 65.602 pessoas foram assassinadas naquele ano. Por fim, num contraponto ao avanço anterior, a partir de 2018 o país registra forte queda nesse tipo de crime, com 2019 indicando o maior recuo da série histórica e os anos seguintes demonstrando certa estabilidade.

Ao observar a coincidência entre a redemocratização do país e o aumento dos números de pessoas vítimas de homicídio, Melgaço (2010) ressalta a dificuldade de estabelecer uma relação de causa e efeito entre aumento da criminalidade em geral e a reabertura política. A ausência de estatísticas do período anterior junto à natural desconfiança que viria em seu rastro, caso essas existissem, impedem que uma melhor análise pautada em números seja tecida. Todavia, consideramos que outros fatores para além da reabertura política desempenham papel mais relevante numa possível explicação para o fenômeno.

Gráfico 1: Número total de Homicídios no Brasil (1979-2021)



Fonte: Ipea e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.
Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

Será buscado, a partir de agora, abordar os que foram elencados como os principais fatores da dinâmica que a violência homicida apresenta no país, não perdendo de vista que todos os processos não são excludentes, mas sim complementares, se acumulando numa superposição cujo seu despojo ajudará na elucidação do quadro analisado.

2.1.1 Urbanização

Apesar do aumento dos conflitos no campo registrado nos últimos anos¹⁰, é fato que, por diversos fatores, a violência homicida acontece principalmente na porção urbanizada do Brasil. O movimento de transição do campo para a cidade registrado principalmente no século XX (vide quadro 1), representou uma guinada intensa na dinâmica do país para além da registrada na mera localização da população. Na esteira dessa transferência demográfica, problemas comuns a essas configurações territoriais, no contexto da realidade brasileira, se intensificaram.

¹⁰Dados obtidos no documento “Conflitos no campo Brasil 2022”, organizado pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Quadro 1: Evolução da população urbana e rural do Brasil

	<i>População Total</i>	<i>População urbana absoluta</i>	<i>População urbana relativa %</i>	<i>População rural</i>	<i>População rural relativa %</i>
1970	93.134.846	52.097.260	55,94	41.037.586	44,06
1980	119.011.052	80.437.327	67,59	38.573.725	32,41
1991	146.825.475	110.990.990	75,59	35.834.485	24,41
2000	169.799.170	137.953.959	81,25	31.845.211	18,75
2010	190.755.799	160.925.804	84,36	29.829.995	15,64

Fonte: IBGE - Censo Demográfico – Séries Temporais
Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

Nos anos 1970, a população brasileira já se encontrava vivendo majoritariamente em centros urbanos, num movimento que se intensificara na década anterior. Entre os anos de 1970 e 1980 a população urbana cresce em cerca de 28 milhões de pessoas, superando os 2/3 da população total do País. O ritmo de crescimento absoluto¹¹ permanece na década seguinte com cerca de 30 milhões de moradores somados às zonas urbanas em 1991 em comparação a 1980. Nesse contexto, vale ressaltar a diversidade regional quanto à velocidade dessa transição.

Quadro 2: Taxas Regionais de Urbanização

	<i>Norte</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Centro-Oeste</i>
1970	45,13	41,82	72,70	44,29	48,08
1980	51,63	50,46	82,81	62,40	67,78
1991	59,05	60,65	88,02	74,12	81,28
2000	69,87	69,07	90,52	80,94	86,73
2010	73,53	73,13	92,95	84,93	88,80

Fonte: IBGE - Censo Demográfico – Séries Temporais
Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

Conforme os dados apresentados no quadro 2, constata-se a forma desconjunta com que o avanço da urbanização se deu nas diferentes regiões do País. Ainda na década de 1970, a região sudeste já apresentava mais de 4/5 da sua população total vivendo nas cidades. Santos (2005a) destaca a liderança histórica da região nas taxas de urbanização, contando, já na década de 1940, com um percentual de urbanização maior do que o registrado a nível nacional. Em contrapartida, as regiões Nordeste e Norte apresentam, consistentemente, ao longo dos anos, as menores taxas de urbanização no país. Sul e Centro-Oeste, antes com taxas similares as do

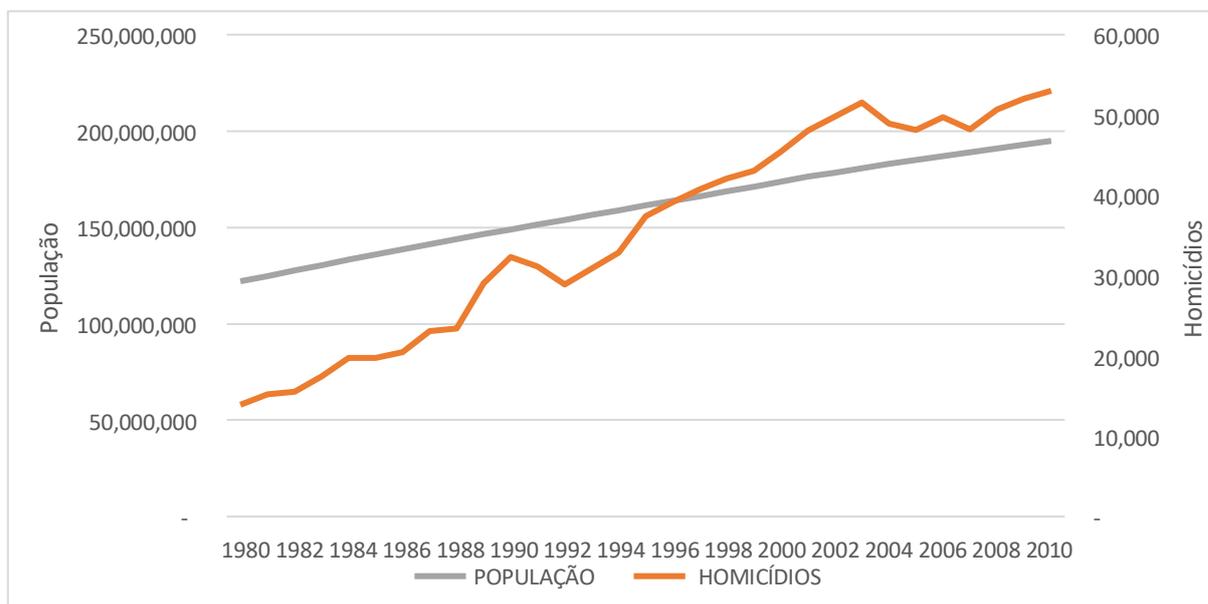
¹¹ Apesar do número absoluto ter registrado um acréscimo na ordem de 2,5 milhões, proporcionalmente o ritmo de crescimento arrefeceu, passando de um salto de 54,4% entre os anos 1970 e 1980 para cerca de 38% de crescimento na década seguinte.

Norte e do Nordeste, experimentam um rápido movimento de urbanização, saltando da casa dos 40% para mais de 60% de suas respectivas populações vivendo nas cidades no interstício dos anos 1970 a 1980. Segundo os dados do censo realizado em 2010, nesse ano, todas as regiões já apresentavam altos índices de urbanização.

Sobre a predisposição da região Sudeste à urbanização, Santos (2005^a, p.70) pondera “Há, no Sudeste, significativa mecanização do espaço, desde a segunda metade do século passado, ao serviço da expansão econômica, o que desde então contribui para uma divisão do trabalho mais acentuada e gera uma tendência à urbanização.”

Conforme o gráfico 2, em duas décadas (1980-2000) o país como um todo registrou um bônus populacional de cerca de 42,7%, iniciando o século XXI com praticamente 170 milhões de brasileiros. Em contrapartida, a população vivendo nas cidades cresceu de forma mais acelerada, adicionando cerca de 57 milhões de pessoas ao contingente, o que representou um acréscimo de 72% no mesmo período. O intervalo de tempo citado também registrou um forte aumento no número total de homicídios. Nos 20 anos de recorte, as ocorrências cresceram cerca de 227%.

Gráfico 2: Evolução da população Brasileira e do número absoluto de homicídios



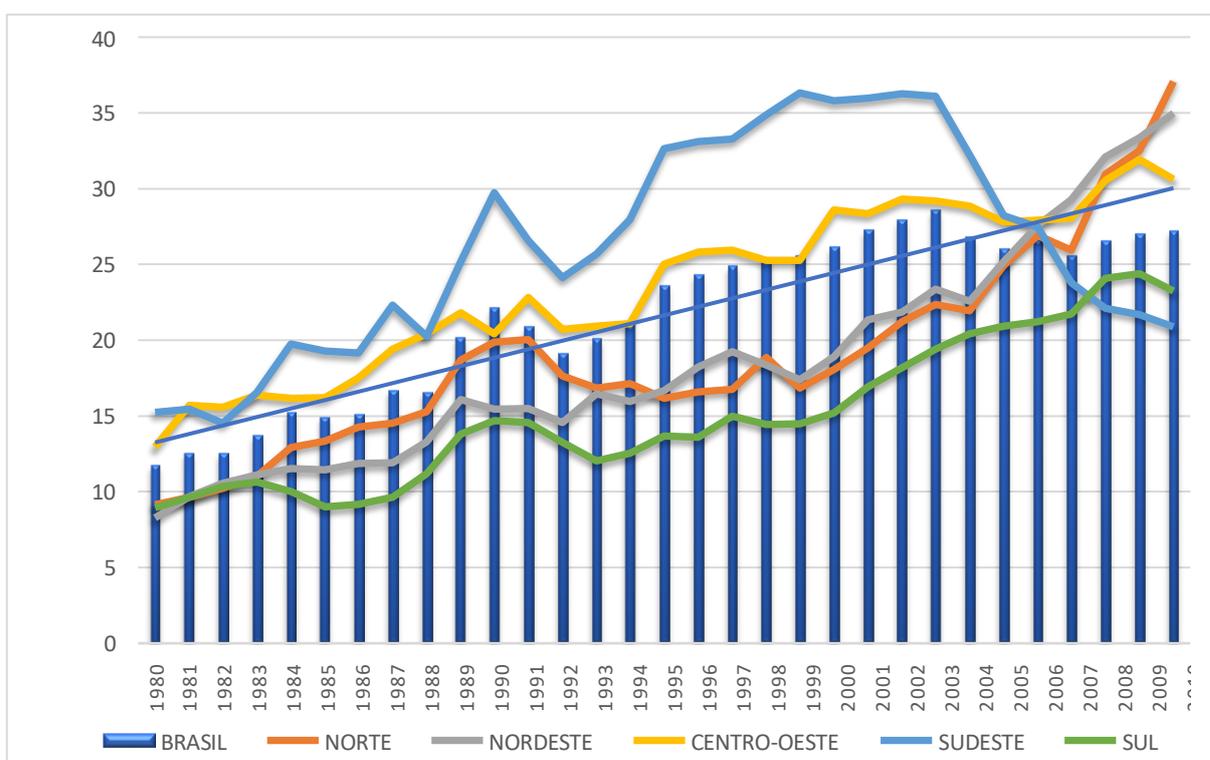
Fonte: Ipea e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. IBGE - Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais - Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

O movimento de crescimento da violência como um todo coincide com o período em que houve também a mudança da porção majoritária da população para o meio urbano. Retornando a questão da diversidade regional, essa correlação entre população urbana e

violência ganha tração ao compararmos os estágios de urbanização das grandes regiões do País com o avanço da violência nesse mesmo recorte. Mesmo que não seja o único fator contribuinte para tal ascensão, a urbanização do país, através da concentração da população nas cidades, mostra-se como uma influência positiva para a violência homicida. Ao observar o gráfico 3 em consonância com o quadro 2, podemos aferir a relação entre os movimentos de urbanização e violência homicida, tendo em vista que as regiões que primeiro registraram altos índices de urbanização (Sudeste e Centro-Oeste) apresentavam, de forma consistente, taxas mais altas de violência homicida quando comparadas com as demais regiões, sendo alcançadas posteriormente, conforme as demais regiões também avançaram nas taxas de urbanização.

Gráfico 3: Taxa de homicídios por 100.000 habitantes, Brasil e Grandes Regiões.



Fonte: Ipea e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

Além das estatísticas, a literatura também constata a sinergia entre o ambiente urbano e a violência homicida. Ferreira e Penna (2005), argumentam que a cidade tem a tendência de amplificar problemas sociais preexistentes. Exclusão social, pobreza, desassistência do estado e demais mazelas, comumente associados às origens da violência, passam a coexistir no mesmo território que a opulência das zonas mais ricas e assistidas da zona urbana, criando conflitos que podem vir a fomentar a violência.

A mudança nos padrões de vida e consumo, assim como o próprio modo de produção no qual a cidade está inserida, geraram uma série de modificações socioculturais, mas também socioterritoriais. A ausência de planejamento para o devido recebimento das massas que se deslocavam para essas novas porções adensadas e contíguas do território, resultou num déficit de políticas públicas capazes de mitigar o aumento exponencial das problemáticas apontadas (FERREIRA E PENNA, 2005). É nesse cenário que a população se vê desassistida em todos os âmbitos do convívio social, forçada a ocupar as piores localidades em termos de infraestrutura, transporte, e segurança geomorfológica, não sendo raro a habitação de encostas de morros e várzeas de rios.

Ainda é possível observar a não sincronia entre a volatilidade do que é entendido por sociedade e a aparente rigidez do território¹², que não acompanha, na mesma velocidade, as transformações. Não que isso signifique uma imobilidade do território, mas sim, dado seu caráter concreto, um tempo que lhe é particular na assimilação das mudanças. As diferenças entre os níveis de maleabilidade de sociedade e território faz com que o segundo se imponha por inércia (Ferreira e Penna (2005), o que conduz à compreensão de acumulação desigual de tempos, proposta por Santos (2004). É evidenciado pelas autoras que a violência fixa no espaço as condições que propiciaram seu surgimento, num processo denominado de territorialização. Esse, por sua vez, retroalimenta os processos que dão origem a tais condições. Portanto, a sociedade recebe e assimila as influências exógenas de maneira mais veloz, ao passo que o território não demonstra a mesma capacidade, uma vez que exige modificações materiais que, naturalmente, levam mais tempo. Dessa maneira, por inércia, as configurações territoriais acabam por afetar os próprios processos sociais (FERREIRA E PENNA, 2005). Tal descompasso ajuda-nos a entender como as transformações externas se propagam de maneira disforme, a depender das configurações territoriais preexistentes, gerando, dessa forma realidades próprias a cada lugar.

A partir disso, pode-se compreender como o processo de urbanização afetou de maneiras distintas os diferentes cantos do País. A configuração territorial preexistente condiciona a maneira como os processos serão absorvidos, ditando, dessa maneira, a forma, intensidade e a contribuição de determinado processo em determinada problemática. A urbanização, por conseguinte, influenciou o crescimento da violência homicida de acordo com a sua interação

¹² O conceito aqui empregado pelas autoras se trata da visão clássica da geografia política (vide em SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). Geografia: Conceitos e temas. – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Por esse motivo, no desenvolvimento dessa parte do texto, com fins explicativos, são utilizados os termos território e sociedade de forma separada.

com a configuração socioterritorial preexistente, assim como interagiu com outros processos que hora se assomaram, interferindo positivamente, hora fizeram frente, anulando ou superando tal influência. A diferente trajetória das taxas de homicídios no recorte regional explicita essa disparidade.

2.1.2 Globalização

Outro fator imprescindível na análise é o que conhecemos como globalização. Além da interconexão do globo através dos meios de transporte, os meios de comunicação, capitaneados pela internet, fizeram do planeta terra um lugar onde a informação é instantânea¹³. Esse processo se intensifica no final dos anos 80 e se consolida, primeiro nos países do centro do capitalismo, já nos anos 90. As implicações de algo, à primeira vista, tão magnífico podem ser interpretadas por diferentes óticas. A respeito desse processo, Milton Santos (2008) pontua:

Os últimos anos do século XX testemunharam grandes mudanças em toda a face da Terra. O mundo trona-se unificado — em virtude das novas condições técnicas, bases sólidas para uma ação humana mundializada. Esta, entretanto, impõem-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa.

A partir do centro do mundo capitalista, — concentrador das grandes corporações, principais beneficiadas em um mundo com essas características — a globalização, como está posta, representa a reafirmação do controle desses lugares sobre o restante do mundo, que se encontram abaixo na cadeia de comando estabelecida. Tal controle pode ser exercido através do capital das empresas transnacionais, fazendo uso do território da “Periferia”, atraídos por mão de obra barata, matéria prima ou isenções e incentivos fiscais generosos, adquiridas através do poderoso lobby corporativo. Partem, também, dessas locais de comando as ordens que visam acabar com possíveis multilateralismos. A “ameaça” emergente é sabotada de dentro para fora e o discurso de integração global é delimitado pela eminência de um nivelamento de qualquer setor do mercado caro a essas localidades¹⁴. O bônus de um mundo globalizado se impõe como privilégio de partes da população de poucos países.

A imposição também pode vir através da cultura, do controle da informação e conhecimento, num processo homogeneizador da cultura local em detrimento de uma pretensa cultura global. Aqui podemos trazer as noções de *Violência da Informação* (SANTOS, 2008) e *Cultura da Violência* (IANNI, 2004), onde a primeira atenta para a manipulação inerente aos

¹³ Santos (2008) assevera a contradição advinda dessa nova realidade, através do que chama de “violência da Informação”. Segundo ele, as vantagens de um mundo dotado de comunicação instantânea são distorcidas por alguns agentes conforme seus próprios interesses.

¹⁴ O Brasil experienciou interferências externas a partir do momento em que se impôs como real *player* do mercado energético global. A China surge como periferia capaz de resistir às tentativas de desmonte, a exemplo das sanções perpetradas contra a gigante tecnológica chinesa HUAWEI que não surtiram o efeito esperado.

meios de comunicação e informação, dado o controle dos mesmos pelos estados hegemônicos. Sobre a segunda “Simultaneamente, produz-se uma vasta complexa, difusa, pervasiva e ativa cultura de massa, permeando o imaginário de uns e outros, em todo o mundo. De par em par com outras produções culturais locais, nacionais e mundiais, bem como tendo-se em conta condições” (IANNI, 2004, p.

Do ponto de vista periférico, os ganhos não se mostram tão claros. Existe a falsa sensação de *fluidez* que, na prática, só pode ser usufruída por um seletivo grupo de pessoas (SANTOS, 2008). Nessa dinâmica surge também a ilusão de liberdade¹⁵, alimentada pelo discurso neoliberal que sequestra os anseios de populações desassistidas através da disseminação do seu discurso ideologizado. A competitividade desenfreada coloca indivíduos em uma constante busca por objetivos irreais, criando rivalidades intraclasse, corroendo, dessa forma, a empatia e eliminando a compaixão. Sobre, Santos (2008, p.42) pontua.

“Afirma-se, também, que a “morte dos Estados” melhoraria a vida dos homens e a saúde das empresas, na medida em que permitiria a ampliação da liberdade de produzir, de consumir e de viver. Tal neoliberalismo seria o fundamento da democracia. Observando o funcionamento concreto da sociedade econômica e da sociedade civil, não é difícil constatar que são cada vez em menor número as empresas que se beneficiam desse desmaio do Estado, enquanto a desigualdade entre os indivíduos aumenta.”

A inundação de mercados nacionais com produtos estrangeiros, além do enfraquecimento das indústrias locais, cria cultos às marcas e à consumíveis, não necessariamente por sua qualidade superior, mas pelo senso de exclusividade e poder advindo dos preços proibitivos praticados nesses mercados. No Brasil temos casos emblemáticos como a Apple¹⁶ e a Lacoste¹⁷.

No contexto brasileiro, os avanços sociais, logrados na primeira década do século XXI, não foram suficientes para frear a ascensão da violência homicida nas regiões mais carentes do País. O que poderia ser visto como contraintuitivo à primeira vista, passa a ganhar sentido quando passa a ser avaliado no mesmo quadro de relações em que estão inseridos os outros processos aqui considerados. O aumento do poder de compra (advindo do bem estar econômico

¹⁵ A popularização, por exemplo, do discurso de desregulação dos direitos trabalhistas se deu pela venda de uma liberdade ilusória advinda da possibilidade de uma falsa simetria entre empregador e empregado, em conjunto com a promessa de um mercado de trabalho aquecido, alijado do peso dos direitos trabalhistas. Byung-Shul Han em Topologia da Violência (2017) alerta para o processo onde o indivíduo é levado a acreditar que a troca da coerção externa por uma auto coerção o fará adquirir liberdade, quando na verdade tal processo resulta numa autoexploração, benéfica na lógica capitalista do mundo globalizado.

¹⁶ CARBONE, F. **Brasil tem iPhone 15 mais caro do mundo; veja onde comprar mais barato**. Disponível em: <<https://www.mundoconectado.com.br/apple/preco-iphone-15-brasil/>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

¹⁷ TECCHIO, M. **A peita da Lalá: como o funk introduziu a Lacoste na periferia do Brasil**. Disponível em: <<https://pipelinevalor.globo.com/negocios/noticia/a-peita-da-lala-como-o-funk-introduziu-a-lacoste-na-periferia-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

alcançado) em conjunto com o avanço tecnológico, criaram um cenário propício para a capilarização da cultura do consumo. A classe média pôde, em parte, atender aos anseios artificialmente fabricados, diferentemente das camadas com menor rendimento, que ainda se viram hostilizadas pelas conquistas alcançadas. Milton Santos (2008), novamente, antevê tal comportamento ao afirmar que, no Brasil, as classes médias querem privilégios e não direitos, o que levou ao incomodo quando parte desses privilégios passaram a serem usufruídos, também, por outros públicos. A respeito do poder do consumo:

O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente. Por isso, o entendimento do que é o mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema e ideologia. SANTOS, 2008, p. 49)

Toda essa discussão desagua no que é conceituado por Milton Santos (2008) como Violência Estrutural, conceito por nós já discutido, mas que sintetiza a questão da Globalização como um dos condicionantes da violência em suas mais amplas manifestações, mas também no seu culminar, a violência homicida.

2.1.3 Facções e o narcotráfico

Um dos aspectos vitais para a compreensão do fenômeno é o desenvolvimento e disseminação das facções criminosas no país. Primeiramente é importante esclarecer que traçar uma análise aprofundada dessas organizações e do narcotráfico, não se trata do objetivo principal da presente pesquisa. Portanto, o foco dessa porção do trabalho se limitou aos elementos que podem contribuir para a pesquisa na busca por uma melhor interpretação do objeto que essa se propõe a investigar.

Logo, partimos do entendimento de que a disseminação de drogas ilícitas no território, através do narcotráfico, vem desempenhando um importante papel no contexto das variações nos índices de violência homicida. Tal afirmação se pauta na posição fundamental que essa atividade ostenta para grande parte das organizações criminosas do país. Nesse sentido, Cerqueira (2013, p. 230)

A renda econômica gerada constitui o incentivo para que "empresas" e traficantes rivais disputem o mercado, utilizando como instrumento a violência. Além dos homicídios que podem resultar das guerras entre as gangues e os grupos rivais, a ausência de contratos executáveis judicialmente faz com que a violência e o medo funcionem como o principal instrumento para disciplinar comportamentos desviantes e fraudes levadas a cabo pelos próprios participantes de um mesmo grupo; para retaliar; para garantir a punição de devedores; e, de modo geral, para alinhar os interesses e garantir os "direitos de propriedade" das "empresas" instaladas.

Por seu turno, compreendemos, a partir de estudos realizados sobre o tema¹⁸, que as facções e grupos criminosos desempenham uma função basilar no cenário da violência homicida no Brasil. Esse potencial se consolida no ambiente urbano não apenas por questões quantitativas:

A importância da violência em nossas cidades não se resume a uma questão quantitativa pelo número de pessoas atingidas - é a abrangência e a complexidade do fenômeno, na atualidade, o que mais preocupa. É a nova faceta da criminalidade ligada ao crime organizado que gera insegurança nos cidadãos, interfere no território e se torna um poder paralelo ao do Estado. (FERREIRA, I. C. B. & PENNA, N. A., 2005, p.16)

Todavia, baseando-se em dados estatísticos¹⁹, compreendemos que, apesar da indubitável influência exercida pelas grandes facções, grupos e organizações menores e locais, também são importantes peças do quebra cabeça, ajudando a explicar, por exemplo, diferenciações locais nas variações apresentadas nos índices de violência homicida, considerando ainda o caráter intrinsecamente violento desse mercado é muitas vezes potencializado por disputas entre indivíduos e grupos menores, ou ainda na própria relação entre quem comercializa e quem consome.

Todo o processo que envolve a chegada da droga ilícita em seu consumidor final pode ser tanto operado por apenas uma organização criminosa, como também pode ser fragmentado, com diferentes agentes atuando em diferentes etapas (Manso e Dias 2018). A título de exemplo, na cadeia da pasta base de cocaína, uma dada organização criminosa pode se especializar em atravessar a mercadoria, das regiões produtoras, para dentro do território nacional, onde tal carregamento seria vendido a diversos clientes que, por sua vez podem, ou não, serem responsáveis pelo beneficiamento da pasta base no produto final, a cocaína em pó e seus derivados. O processo exposto acima pode se desdobrar em outras etapas que, por sua vez, também podem ser assumidas por outras organizações ou clientes, assim como a venda pode ser efetuada no varejo ou no atacado. Outro cenário possível é a realização de todos os elos da corrente por apenas uma organização, todavia tal cenário não implica, necessariamente, na exclusão dos outros, uma vez que em qualquer altura do processo, parte do produto pode ser comercializada com outros agentes, dando início a uma nova ramificação. O exemplo acima pode ser aplicado a outras mercadorias, salvaguardando processos particulares, tais como beneficiamento e especificidades quando ao modo de transporte.

¹⁸ Trabalhos como os Atlas da Violência do IPEIA e o Anuário da Violência do FBSP, juntamente de obras como a de Dias e Manso (2018) demonstram o impacto que os movimentos das facções podem causar no cenário da violência homicida.

¹⁹ A partir dos dados compilados, existe uma variedade de movimentos das estatísticas atrelados à escala de análise. Estados, regiões e o país como um todo podem apresentar tendências distintas, o que implica numa óbvia diversidade de fatores contribuintes aos índices de violência homicida.

Essa complexidade encontrada na cadeia de comércio e distribuição de drogas ilícitas contribui ao esforço de explicar as diferenciações regionais no impacto causado aos índices de violência homicida, além de reforçar o papel ativo que o território exercesse, onde características fisicoterritoriais, a exemplo das rotas e modais de transporte escolhidos, assim como a presença ou não de cidades e fiscalização. Salientamos que, segundo Machado (2009), num arranjo não muito distante do comportamento das empresas do campo legal, determinações logísticas e socioeconômicas (territoriais) impactam diretamente nas atividades dessas organizações. Outro ponto a ser destacado é o papel do Brasil como país de trânsito e consumo da cocaína e seus derivados, em conjunto com a posição de país produtor e consumidor de maconha e suas variações (Machado, 2009). Portanto, a variedade de cenários e agentes envolvidos implica numa grande diversidade de conflitos possíveis, onde muitos desses podem vir a incrementar as estatísticas de violência homicida. Vale ressaltar que tal complexidade também dificulta as ações de fiscalização de órgãos competentes.

Segundo Manso e Dias (2018), é possível identificar uma mudança na dinâmica do tráfico de drogas no Brasil a partir do final dos anos 1990. As relações entre os elos da cadeia de produção e distribuição das principais drogas ficaram mais intrincadas, permitindo um maior controle e articulação, por parte das organizações criminosas, sobre as etapas do tráfico, aumentando, dessa forma, a eficiência da operação. Com o advento do aparelho celular, a comunicação entre diversos pontos do país se tornou possível, viabilizando que criminosos se organizassem de diferentes presídios, assim como estabelecessem contato com fornecedores e receptadores em outros estados.

Diversas organizações criminosas atuaram nesse lucrativo mercado ao longo dos anos, algumas com décadas de existência e abrangência Nacional. Dentre todas, indiscutivelmente, as com maior importância e penetração a nível nacional são o Primeiro Comando da Capital – PCC e o Comando Vermelho - CV, tendo como estados de origem São Paulo e Rio de Janeiro respectivamente. Apesar de que fora um dos líderes do CV que primeiro compreendeu o potencial emergente dessa nova configuração²⁰, foi O PCC —com sua política interna que se diferenciava da praticada pela CV²¹, uma vez que adotava em seu lema ideais de igualdade²² e

²⁰ Segundo Manso e Dias (2018, p. 11), foi o notório traficante conhecido como Fernandinho Beira Mar quem primeiro teve sucesso na articulação com os produtores, cortando da engrenagem os intermediários entre o atacado das fronteiras e o varejo da periferia.

²¹ Segundo Manso e Dias (2018, p. 11), o CV surge no Rio de Janeiro com uma “estrutura vertical e hierarquizada”.

²² Biondi (2018 p. 32) ressalta a transição entre um sistema hierárquico piramidal que fora empregado nos primórdios do PCC para outro que se baseava no princípio da igualdade onde “Mais do que uma mera palavra adicionada ao seu lema, a Igualdade estava muito presente na vida dos prisioneiros. Ela instaurou tensões que infiltraram e percorreram as capilaridades do PCC, implicando formações e supressões simultâneas de focos de poder, ao lado de construções e dissoluções simultâneas de hierarquias.”

por todo o território Brasileiro, dado o caráter dessas investidas, muitas vezes culminando em conflitos com grupos locais e entre si²⁴, se constituiu como um dos fatores chave para entender a ascensão das taxas de homicídios. As ações das duas facções são responsabilizadas diretamente pelo forte aumento nas taxas de homicídios do país na segunda metade da década de 2010.

As causas para a explosão de violência verificada a partir de 2016 [...] em linhas gerais, tem relação direta com o racha entre as duas maiores organizações criminosas do país, o PCC e o Comando Vermelho. Ambas têm origem no Sudeste, mas ao longo dos anos 2000 foram expandindo seus domínios para outras regiões e buscando parcerias com organizações criminosas locais que também atuavam com o narcotráfico. O PCC, especificamente, acelerou este projeto entre 2012 e 2018, com cerca de 18 mil novos batismos no período, a maioria fora de São Paulo, o que desencadeou o racha com o Comando Vermelho (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022 p.25)

Em consonância com o movimento de expansão dessas facções, também pôde ser observada, desde o início do século, uma mudança na dinâmica da violência homicida no país. A região Sudeste, berço de PCC e CV, costumava concentrar, tanto em números absolutos, como em taxas relativas, grande parte dos homicídios cometidos no território brasileiro, tendo Rio de Janeiro e São Paulo, e suas respectivas capitais, como principais cenários. Entretanto, no período apontado, houve uma clara transferência desses números, e outros estados e regiões do país passaram a despontar como principais espaços de violência.

O quadro que se engendrou no estado paulista foi decisivo para que os patamares de violência homicida registrados na região sudeste como um todo sofressem uma forte redução, dada a significância populacional daquele estado (responsável por mais de 50% da população total da região)²⁵. Todavia, mesmo sendo uma linha de pensamento bem difundida e apesar da influência comprovada dessas organizações criminosas no crescimento da violência homicida em diversos estados, não é possível afirmar a atuação direta do PCC em função da diminuição da criminalidade e da violência homicida observada no estado de São Paulo como um todo. Conforme argumentam Justus, Kahn e Cerqueira (2016).

2.1.4 Encarceramento Em Massa

Outro fator que não pode ser perdido de vista é a explosão da população carcerária do país. Com o subterfúgio de combate às mazelas causadas pela criminalidade, pelo consumo de drogas ilícitas e sobretudo o tráfico de drogas, o estado lança mão de seu aparato de repressão,

²⁴ Desde de sua fundação, o PCC mantinha um acordo de não agressão com a CV. (Manso e Dias, 2021, p.08) Tal acordo viria a ser quebrado em meados de 2016, resultado numa onda de homicídios claramente registrada pelo recorde alcançado em 2017

²⁵ Censo demográfico 2022.

ao passo que acaba por penalizar a parcela mais vulnerável da população. Esse recorte populacional é o principal alvo do encarceramento em massa em curso no país, além de, não por coincidência, compor a imensa maioria das vítimas de homicídios, ou seja, a população negra.

Melgaço (2010) pondera o crescimento do número de pessoas nos presídios país a fora. É observado pelo autor a aceleração do ritmo com que a população carcerária se multiplicou ao longo dos anos, ultrapassando o crescimento das taxas de homicídio, passando de uma população carcerária de cerca de 88 mil pessoas em 1988, para mais de 649.592 em 2023²⁶. Segundo a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), o Brasil conta, em 2023, com apenas 482.875 vagas prisionais, ocasionado um déficit de 166.177 vagas, o que, por consequência, resulta em unidades prisionais operando muito acima de sua capacidade instalada. As análises a respeito do encarceramento em massa em curso no Brasil e em outras partes do globo, tendem a concordar no caráter nocivo de tal política de estado. Minhoto (2020) constata uma série de problemas derivados da explosão de pessoas presas:

[...]alguns dos principais efeitos do encarceramento em massa são: o agravamento do déficit público; a realocação progressiva do fundo público da área social (saúde, educação, habitação) para o sistema de justiça criminal; a rotinização da experiência prisional e a centralidade dessa experiência na organização da vida em distintas comunidades; o efeito criminogênico do cárcere, tendo em vista as altas taxas de reincidência a ele associadas; a destituição do direito de voto de parcelas significativas da população; o reforço e agravamento das divisões sociais tendo em vista o viés de classe, gênero e étnico-racial das práticas punitivas, constelação de que faz parte a elaboração ideológica da underclass.(MINHOTO, 2020, p.167)

Além de não sanar a problemática da criminalidade, o encarceramento em massa provoca o surgimento e aprofundamento de problemas diversos, muitos desses diretamente relacionados com a violência homicida. A taxa de reincidência revela a ineficiência do estado em recuperar essas pessoas para a vida em sociedade, assim como expõe os problemas estruturais que acabam por redirecionar os indivíduos às mesmas práticas que os levaram ao cárcere originalmente. Os efeitos negativos dessa política de estado assomam-se aos já relatados, contribuindo para o entendimento da violência homicida como a manifestação de uma sociedade disfuncional.

2.1.5 Estatuto do desarmamento e CACs

No Brasil, o principal instrumento utilizado nos homicídios é a arma de fogo. Segundo dados do SIM/MS, cerca de 69% dos homicídios no país entre os anos de 1996 e 2021²⁷ foram

²⁶ Dado obtido através da Secretaria Nacional de Políticas Penais.

²⁷ 913.081 dos 1.325.976 homicídios cometidos no país entre 1996 e 2021 tiveram como instrumento armas de fogo.

cometidos utilizando uma arma de fogo. Tendo isso em vista, Cerqueira (2021) escreveu que “Há consenso na literatura especializada do campo da segurança pública de que quanto mais armas disponíveis e em circulação, maior a probabilidade de crimes.” É importante pontuar que além de representar a maioria dos crimes do tipo, os homicídios por armas de fogo cresceram exponencialmente a partir dos anos 1980, num ritmo que superou o crescimento geral dos homicídios. Segundo Waiselfisz (2005), os homicídios por arma de fogo tiveram um acréscimo de 542,7% entre os anos de 1979 e 2003, taxa de crescimento essa que não fora acompanhada pelas outras modalidades de mortes causadas pelo mesmo instrumento, revelando, dessa forma, a especialização do uso da arma de fogo como ferramenta para o cometimento de crimes.

Como resposta ao vertiginoso crescimento de homicídios como um todo, mas principalmente os perpetrados com armas de fogo, é aprovada, ainda em 2003, a lei 10.826, que viria a ser conhecida como o estatuto do desarmamento, versando sobre a posse e comercialização de armas de fogo e munição, além de estabelecer o Sistema Nacional de Armas, o SINARM. A lei entra em vigor em 22 de dezembro de 2003, tendo efeito prático apenas no ano de 2004.

Estudos realizados sobre o real efeito do estatuto do desarmamento²⁸ são categóricos ao afirmar a influência que o mecanismo teve na contenção da violência homicida no País. A partir do ano de 2004, já é possível observar a queda no número total de homicídios²⁹, mas principalmente da taxa por 100 mil habitantes³⁰, uma vez que a população continuou a crescer em contra partida à queda registrada na violência homicida. Ao tentar mensurar o impacto advindo da implementação do estatuto, Waiselfisz (2015) utilizou a tendência de crescimento dos homicídios por armas de fogo observada nos anos anteriores à aprovação da lei e comparou com os números reais registrados no país nos anos posteriores à implementação.

²⁸ Mapa da Violência 2015 e Atlas da violência 2016.

²⁹ Vide gráfico 1

³⁰ Vide gráfico 3

Gráfico 4: Homicídios previstos (2004/2012) e registrados (1993/2012). População Total.



Fonte: Adaptado do Mapa da Violência 2015.

Ainda sobre a contribuição do estatuto, Cerqueira (2016) atesta que, mesmo num cenário conservador, o controle e diminuição da circulação de armas de fogo no País resultou numa redução na violência homicida, ou seja, vidas foram poupadas. Para chegar nas estimativas de homicídios evitados, o autor correlacionou dois indicadores referentes à diminuição da circulação de armas de fogo e a interdependência entre essa diminuição e queda dos homicídios. Nas duas variáveis, foram escolhidos parâmetros pessimistas. Todavia, como é possível observar na tabela xx, a redução estimada no período selecionado é muito relevante.

Quadro 3: Número observado de homicídios e cenário contrafactual (caso não tivesse havido o ED), média entre 2011 e 2013

	Cenário Contrafactual (média entre 2011 e 2013)	Dados Observados (média entre 2011 e 2013)
Rondônia	482	482
Acre	343	206
Amazonas	1.902	1.263
Roraima	292	158
Pará	3.259	3.260
Amapá	398	226
Tocantins	548	357
Maranhão	1.817	1.819
Piauí	778	538
Ceará	6.260	3.698
Rio Grande do Norte	1.743	1.205
Paraíba	2.402	1.566
Pernambuco	4.996	3.299
Alagoas	3.348	2.159
Sergipe	1.436	860
Bahia	6.976	5.643
Minas Gerais	6.564	4.487
Espírito Santo	1.967	1.667
Rio de Janeiro	6.514	4.684
São Paulo	8.592	5.931
Paraná	4.597	3.241
Santa Catarina	1.177	795
Rio Grande do Sul	3.152	2.243
Mato Grosso do Sul	983	656
Mato Grosso	1.466	1.079
Goiás	4.319	2.616
Distrito Federal	1.576	976
Brasil	77.889	55.113

Fonte: Adaptado do Atlas da Violência 2016.

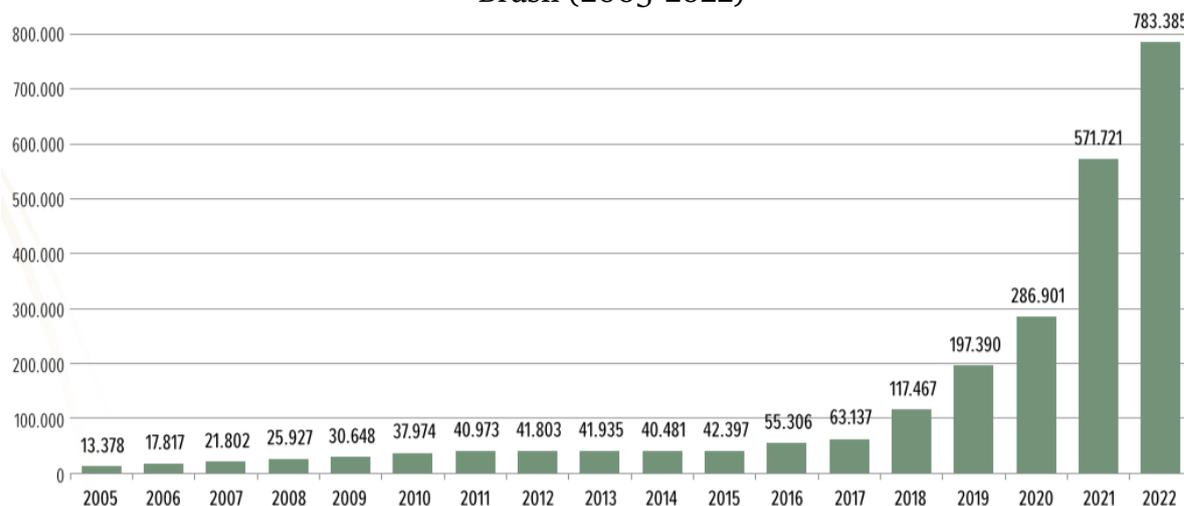
O período de estagnação dos homicídios no Brasil, quando considerados os números absolutos, dura até meados de 2011. Apesar de não ser possível determinar exatamente as causas para o retorno da escalada das estatísticas, as questões tratadas anteriormente, como a guerra deflagrada entre as duas maiores facções do País, nos dão o caminho do que pode ter causado essa mudança. Essa retomada do crescimento da violência homicida no Brasil acabou por lançar dúvidas a respeito da efetividade do estatuto do desarmamento. Sobre essa questão, Cerqueira (2016, p.32) argumenta que:

Uma crítica ingênua dos que defendem a revogação do ED é que esta lei não teria sido capaz de fazer diminuir a criminalidade no Brasil, especialmente nos estados do Norte e do Nordeste, onde a taxa de homicídio aumentou vigorosamente nos anos 2000.

Obviamente, tal crítica é simplória porque a questão das armas de fogo é apenas um dos muitos elementos que concorrem para condicionar o crime e, em particular, os homicídios. Nesse sentido, uma lei ou uma política pode ser efetiva para diminuir crimes, ainda que observacionalmente se constate um aumento das taxas criminais. Basta que outros fatores concorram para determinar o aumento da dinâmica criminal (como expansão dos mercados de drogas ilícitas, entre outros), a despeito da efetividade da lei.

Mais recentemente a figura do Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC) se tornou central para as discussões sobre segurança pública. Segundo o ABSP de 2023, a partir de 2017, ano em que a violência homicida atinge seu ápice no Brasil, é instituída uma portaria permitindo aos CAC o transporte de armas de fogo montadas e com munição, desde que estivessem a caminho de locais de caça e clubes de tiro. Ainda segundo os pesquisadores do FBSP, a medida se tratava de “Uma novidade que atraiu muita gente, principalmente pessoas que não conseguiam o porte de armas para defesa pessoal por meio da Polícia Federal e que viram nessa novidade a oportunidade de circularem armadas pelas ruas.” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023, p. 226). De fato, já no ano seguinte, o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA) do Exército Brasileiro registrou um aumento de 86% no número de CAC ativos.

Gráfico 5: Número de Certificados de Registros (CR) ativos de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CAC) no SIGMA/Exército Brasileiro no Brasil (2005-2022)



Fonte: Adaptado do Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2023.

O movimento iniciado ainda no governo de Michel Temer se intensifica no Governo de Jair Bolsonaro. Armamentista declarado, o então Presidente empenhou-se em fragilizar o estatuto do desarmamento através de medidas que visavam a facilitação do acesso a armas de fogo pela população, ampliando, inclusive, a gama de armamentos que podiam ser adquiridos

por civis, adicionando à lista armas de calibres antes de uso exclusivo das forças de segurança e militares. Grande parte das medidas entrara em vigor já no primeiro ano do então novo governo. Resultado natural de tal política de incentivo, o número de armas de fogo registradas no SINARM também apresentou forte aumento (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023).

O cenário imposto pelo vertiginoso crescimento do mercado de armas de fogo é marcado pela maior oferta de armamentos e munições para o mercado ilegal, fortalecendo dessa forma organizações criminosas. O “sumiço” de armas de calibre restrito já foi detectado pelo governo federal no processo de recadastramento, onde milhares de equipamentos do tipo não foram recadastradas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023).

“investigações policiais têm apontado para uma modernização de arsenais criminosos com aquisição de armas legais. Tendo em conta que um fuzil, tem preço estimado no mercado ilegal de R\$ 70.000,00, e que um fuzil chegou a ser vendido no mercado legal por R\$ 15.000,00, era evidente que isso atrairia o interesse de organizações criminosas.” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023, p. 230).

Segundo os pesquisadores do FBSP (2023), com a mudança de comando no governo federal em 2023, algumas decisões em direção ao fortalecimento do estatuto do desarmamento foram tomadas, sofrendo assim o ímpeto do mercado legal e, por consequência, do mercado ilegal. Apesar do esforço em obter o controle das armas de fogo que circulam de maneira legal no País, que agora passou a ser gerido pela polícia federal em vez do Exército Brasileiro, os reais efeitos dessa nova onda de difusão de armamentos só poderão ser avaliados propriamente no futuro. Mesmo assim, a quebra na forte tendência de queda no número de homicídios totais no País já representa um “sinal amarelo” quanto as consequências da política armamentista experienciada no Brasil por praticamente meia década.

2.1.6 Transição demográfica

Mesmo com apenas resultados parciais divulgados, o censo demográfico realizado no ano de 2022 revela uma realidade populacional diferente da que era esperada por projeções e estimativas oficiais do próprio IBGE³¹. O ritmo de crescimento da população do País se aproxima do seu platô com uma velocidade muito maior do que era antecipado. Dessa nova realidade, emanam diversas questões, a maioria relacionada com o envelhecimento precoce da população. A queda da fecundidade, em conjunto com outros fatores, vem fazendo com que o Brasil se aproxime rapidamente de uma pirâmide etária semelhante à de um País desenvolvido, no entanto, sem ter explorado todo o potencial do bônus populacional advindo da explosão

³¹ Entre os 214.828.540 de habitantes projetados para o ano de 2022 e a realidade dos 203.080.756 brasileiros recenseados reside uma disparidade maior que os 14 milhões de pessoas que não se materializaram.

demográfica registrada no século XX, que agora se esvai, deixando em seu lugar preocupações produtivas e previdenciárias.

A distribuição etária da população de determinado território consiste em um dos fatores a serem considerados quando se busca entender os índices de violência. É sobre essa relação que escrevem Cerqueira e Moura (2014) após uma revisão da literatura especializada. Também é estabelecido pelos autores, mediante a realização de uma análise conjunta entre dados demográficos e de violência homicida, a partir de um modelo que buscou isolar o efeito demográfico sobre a taxa de homicídios, que a proporção de jovens tem efeito positivo sobre o número de homicídios (CERQUEIRA e MOURA, 2014).

A proporção desigual de jovens na população dos estados e regiões contribui, em conjunto com outras variáveis, para o entendimento dos diferentes momentos da violência homicida no país. Mesmo com a população brasileira como um todo passando por um processo de envelhecimento, esse se dá de forma heterogênea, significando que, dentro do país, existem localidades em diferentes fases desse processo e, portanto, experienciando diferentes intensidades dos efeitos que a prevalência de jovens na população exerce nas taxas de violência homicida.

O entendimento da violência como um fenômeno multidimensional exige uma análise combinada, porém ao mesmo tempo compartimentada desses fatores. Ao passo que o país experienciava a transição demográfica do campo para a cidade, essa não se realizou da mesma maneira em todo o território. O mesmo aconteceu com basicamente todos os fatores apontados acima. Daí surge a necessidade de uma análise que considere o território como um *agente*, uma vez que são as condições socioterritoriais preestabelecidas, em conjunto com as intencionalidades quanto ao *uso* desses territórios que irão condicionar a maneira como esses processos se difundem.

Mesmo dentro da região concentrada do país³² é possível observar o descompasso imposto pelo território. Dentre todos os estados, São Paulo representou a vanguarda de diversos dos fatores apontados acima, a exemplo da urbanização, globalização e o tráfico de drogas. A soma dos fatores sobreditos se une a já mencionada configuração territorial dos lugares. A *Densidade e Rarefação* de certos objetos por sobre o território; a *Fluidez e Viscosidade* de determinado território e com quais agentes estas interagem, uma vez que o mesmo território pode ser fluido para as corporações e viscoso para a população, a *Opacidade ou Luminosidade*

³² SANTOS, Milton; RIBEIRO, Ana Clara Torres. O conceito de Região Concentrada. Universidade Federal do Rio de Janeiro/IPPUR, 1979. APUD pag 27 O BRASIL.

técnica, a *Lentidão ou Rapidez* dos espaços, assim como seu papel de *Comando ou de Obediência*, ajudarão a definir os rumos assumidos pelos processos expostos.

3. Formação territorial e violência homicida em Alagoas

Para quem se lança à tarefa de interpretar a realidade ante a ótica da ciência geográfica, principalmente aqueles que se utilizam do método Miltoniano, um passo fundamental a ser trilhado consiste em estabelecer os caminhos que o território, alvo de sua análise, percorreu até o recorte temporal pretendido. O caráter basilar dessa abordagem é reforçado quando se olha para produção acadêmica baseada na teoria Miltoniana. Apenas no recorte Alagoano, é possível citar alguns trabalhos que dedicam parte de suas obras a esta etapa (FIRMINO, 2023; OLIVEIRA, 2017; SILVA, 2015; SILVA, 2021), o que demonstra a pertinência da abordagem, além de oferecer uma base robusta para a construção de outros estudos com temáticas diferentes, como é o caso deste.

Essas contribuições permitem ao presente trabalho certa objetividade ao reconstituir a estrada percorrida pelo território, nessa perspectiva se destaca o trabalho escrito por de Oliveira (2014), uma vez que o autor também se propôs a analisar a violência no estado de Alagoas, o que torna o material especialmente proveitoso para a atual pesquisa.

Como já levantado anteriormente, a forma ideal de se abordar a formação do território sob a tutela do método erigido por Milton Santos, se daria a partir de uma periodização que, por sua vez teria a sucessão das técnicas como foco, com o objetivo de reconstruir o caminho dos meios geográficos, do meio “natural” ao técnico-científico-informacional. Nesse sentido:

É preciso então, pensar paralelamente as técnicas como formas de fazer e de regular a vida, mas ao mesmo tempo como cristalização em objetos geográficos, pois estes também têm um papel de controle devido ao seu tempo próprio, que modula os demais tempos. (SANTOS E SILVEIRA, 2006, p. 24)

É interessante pontuar que mesmo a periodização proposta por Santos e Silveira (2006) não se preocupava em delimitar cortes precisos, se interessando mais em compreender as “características que interagem e asseguram o movimento do todo” (SANTOS E SILVEIRA, 2006, p. 24) e que por sua vez acabavam por definir períodos. Dessa forma, retomando o que fora colocado no primeiro capítulo, propomos reconstituir o processo de formação territorial do estado de Alagoas através do uso da categoria de formação Socioespacial.

3.1 Modelos de colonização e a gênese do território alagoano

De antemão, se faz necessário, novamente, destacar que traçar as particularidades da formação socioespacial de Alagoas não significa conferir ao estado o status de anomalia perante a realidade Brasileira. Pelo contrário. As diferenças entre as unidades da federação e as regiões ajudam a ilustrar as semelhanças que dão forma para aquilo que entendemos como país, o que também pode ser estendido para a própria América Latina, o Sul Global e, por fim, todo o

planeta. Esse que segue sob a rege do modo de produção³³ capitalista. Dessa maneira, buscamos levar em consideração o contexto externo, posto que ele é essencial para um maior entendimento de qualquer realidade local, na medida em que, mais do que nunca, nos encontramos num planeta interconectado.

Se a geografia pretende interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. (SANTOS, 1977, p. 81)

Com isso, buscaremos desvelar os caminhos que levaram Alagoas à conjuntura do presente, conectando, por fim, com que fora pincelado anteriormente, procurando entender os processos que culminaram na atual distribuição das pessoas, objetos, capital, etc. por sobre este espaço geográfico que, por sua vez, nos auxiliará a desvelar a violência racial homicida aqui empreendida.

3.1.1 Usos do território e colonização

Iniciamos com a retomada da ideia de que não podemos partir do local por ele mesmo, sem considerar as dinâmicas que paralelamente ocorrem ao seu redor e que, invariavelmente, impactam sobre os rumos registrados nesse. Portanto, começaremos entendendo, de forma breve, o contexto externo à época em que se iniciava a constituição do território de Alagoas, a saber, a época das grandes navegações. A esse período, que se inicia a partir do século XVI e é liderado pela península ibérica, Darcy Ribeiro (2021) atribui a alcunha de Revolução Mercantil, levantando, também, o papel dos Russos em seus esforços expansionistas. O autor trata o período como uma revolução tecnológica que acabaria por abalar as estruturas da Europa e que num segundo momento faria com que Holandeses, Ingleses e Franceses também aderissem à corrida colonialista.

Nesse contexto, o autor argumenta sobre a posição dos países ibéricos em relação às outras potências mercantis, onde a vanguarda tecnológica (herdada dos árabes e decisiva para a revolução) não fora suficiente para manter Portugal e Espanha na ponta do capitalismo mercantil, uma vez que o foco de ambos os países (posteriormente um só, no advento da união ibérica) no embate religioso e no clientelismo ao clero e a nobreza - resquícios da guerra da reconquista - manteve a península à margem do verdadeiro bônus advindo do capitalismo mercantil, esse melhor gozado por Holandeses, Ingleses e Franceses que, por seu turno,

³³ “Aqui, a distinção entre modo de produção e formação social aparece como necessidade metodológica. O modo de produção seria o “gênero” cujas formações sociais seriam as “espécies”; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização, e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada.” (SANTOS, 1977, p. 85)

conseguiram transformar em impulso a farta injeção de recursos proveniente das colônias. Além disso, também fora observada a derrocada do setor produtivo da região. Ribeiro resume a situação da ibéria, assim como seus desdobramentos, da seguinte forma:

Essa Europa ibérica, retrógrada, porque atrasada em todo o seu setor produtivo, economicamente obsoleta em face da ascensão do capitalismo europeu e religiosamente, salvacionista e fanática, é que presidiu à transfiguração cultural da América Latina, marcando profundamente seu perfil e condenando-a também ao atraso. É provável, porém, que sem os conteúdos salvacionistas que motivaram a expansão ibérica e a russa não tivessem a potencialidade assimiladora que as capacitou a conviver e a atuar sobre os povos mais díspares, conseguindo impor a eles sua marca cultural e religiosa (RIBEIRO, 20221, p. 58).

A visão de Darcy Ribeiro para o desenvolvimento diferencial das Américas, em linhas gerais, elenca diferentes tipos de abordagens colonizadoras, que foram adotadas pelas nações ibéricas e por França, Holanda e Inglaterra, consistindo em compreender como se deu a evolução dos povos, e da população como um todo, ante a dessemelhança entre os empreendimentos colonizadores. É observada pelo autor uma clara distinção em como se deu o processo de colonização em vários pontos das Américas. De um lado, fora empreendida a estratégia onde contingentes populacionais relativamente coesos foram transferidos para as colônias. Tais grupos chegavam com o propósito de estabelecer suas vidas no novo mundo. Essa conduta contrastava fortemente da outra abordagem, focada na pura exploração das terras, onde não havia, a princípio, a intenção de extrair daquele chão nada mais do que os recursos que ele tinha a oferecer. Sobre os europeus que vieram ocupar o topo da hierarquia das colônias, o autor pontua:

Eram rudes empresários, senhores de suas terras e de seus escravos, forçados a viver junto a seu negócio e a dirigi-lo pessoalmente com a ajuda de uma pequena camada intermédia de técnicos, capatazes e sacerdotes. Onde a empresa prosperou muito, como nas zonas açucareiras e mineradoras do Brasil e das Antilhas, puderam dar-se ao luxo de residências senhoriais e tiveram de alargar a camada intermédia, tanto dos engenhos como das vilas costeiras, incumbidas do comércio com o exterior (RIBEIRO, 20221, p. 88).

Essa diferenciação implicou no surgimento de povos com características díspares, mesmo que, em sua gênese, guardassem semelhanças profundas quanto aos grupos étnicos que coabitavam seus respectivos territórios. A partir disso, a diferenciação das sociedades derivadas da proliferação desses povos por sob esses territórios também fica clara. Como já apontado, as terras hoje correspondentes ao Brasil receberam o segundo tratamento, o que acabara por resultar na forte dependência do trabalho escravo de populações trazidas forçadamente do continente africano, juntamente com a escravização e extermínio dos indígenas, com ambos tendo força de trabalho comandada pelos brancos portugueses. (RIBEIRO, 2021)

É preciso pontuar que os rumos tomados pela colonização na maioria dos países latino americanos não implica necessariamente num hipotético cenário onde o processo se daria de

maneira radicalmente diferente caso os algozes fossem franceses, holandeses ou ainda ingleses. É necessário compreender que o próprio território, por meio de suas configurações naturais, também se comportou como agente, influenciando as decisões tomadas quanto ao modelo de colonização empregado. Como exemplo podemos citar a Argentina e o Uruguai que, mesmo sendo colônias ibéricas, receberam modelo de colonização análogo ao empregado na América do Norte (RIBEIRO, 2021). A partir do que foi levantado, compreendemos que desde a chegada do colonizador europeu, o território Brasileiro fora considerado apenas como *recurso*, mera fonte de riqueza a ser extraída. Essa visão portuguesa acabou por condicionar os primeiros *usos* desse território de acordo com as necessidades dos que o exploravam. Nesse sentido:

Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma matenidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. Por outro lado, as situações resultantes nos possibilitam a cada momento, entender que se faz mister considerar o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a uma multiplicidade de ações fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados. Dessa combinação temos o arranjo singular dos lugares. [...] Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade (SANTOS, et al. 2000, p. 9).

Ao passo que para a metrópole colonizadora, em se tratando do modelo exploratório empregado no Brasil, o território deveria se adequar ou ser condicionado às necessidades de exploração, para a população que aqui já vivia e para a que, ao longo do tempo, surgiu nessas terras, o território constituía-se, basicamente, em seu meio de subsistência. Nesse sentido, ao falar do espaço, sinônimo de território usado, Milton Santos assevera:

O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem. (SANTOS, 2006, p. 67).

O Antagonismo entre a forma como cada grupo via o território gestou os diferentes usos que a ele seriam empregados, o que, juntamente com a disparidade de forças, explicam o surgimento e perpetuação das desigualdades. Essas, por sua vez, retroalimentam os grupos dominantes. Sobre as oligarquias, que viriam a surgir dessa dinâmica e desempenhariam importante papel na construção e manutenção do cenário alagoano, Darcy Ribeiro aponta:

[...] Como camada dominante eles eram, também, antes os gerentes de um empreendimento econômico do que a cúpula de uma sociedade autêntica. Só muito lentamente se capacitaram para assumir o papel de liderança nativa, e quando o fizeram foi para impor à sociedade inteira, transformada em nacionalidade, uma ordenação oligárquica fundada no monopólio da terra que asseguraria a preservação do seu papel reitor e a conscrição do povo com a força de trabalho, servil ou livre, posta a serviço de seus privilégios (RIBEIRO, 2021, p. 88).

3.1.2 Formação socioespacial: primeiros passos

Como já estabelecido no primeiro capítulo, entendemos a violência como uma prática socioespacial, passível de ser compreendida através da geografia. Nesse esforço, concordamos com Almeida (2018, p. 24) para quem “O fato é que Alagoas implica um terreno, uma construção e uma formação, o que nos leva à construção do Espaço”. Essa visão é tributária da geografia a medida em que expressa a importância da categoria Formação Socioespacial, onde Santos (1977, p. 81) estabelece que, “[...] a história não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social”, atestando a impossibilidade de compreender verdadeiramente um dado recorte territorial e a sociedade nele instalada desconsiderando o Espaço. Ainda nesse sentido, destaca:

Ao nosso ver, a questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. (SANTOS, 2006, p. 69)

Como já proposto, nossa análise da formação do território de Alagoas se dará através da categoria de formação socioespacial, com uma maior atenção aos principais agentes que atuaram e atuam por sobre esse território. Portanto, visamos não nos comprometer com a tarefa, já mostrada difícil, de uma verdadeira periodização do território de alagoas, o que nos permitirá prescindir da enumeração detalhada de eventos ou o estabelecimento de cortes temporais precisos. Temos a vantagem também de contar com trabalhos erigidos sob a mesma perspectiva miltoniana.

A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades “externas”, aquelas do modo de produção “puro”, quanto pelas necessidades “internas”, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita. (SANTOS, 1977, p. 81)

Dessa forma, ao considerarmos tais necessidades, internas e externas, e suas mudanças ao longo do tempo, poderemos chegar ao entendimento do porquê da configuração socioterritorial atual do estado de Alagoas. De um lado, num primeiro momento, temos as necessidades externas do modo de produção sendo representadas pelos lusitanos, pioneiros no capitalismo mercantil, condição que se manteria por um longo período, porém com modificações que fariam os próprios lusitanos e seus descendentes fazerem parte da estrutura que viria a condicionar as necessidades internas, essas que seriam fortemente influenciadas por como se deu a formação da população alagoana, extremamente hierarquizada e desigual.

Iniciamos então, com uma breve, mas necessária contextualização da gênese do empreendimento português nas terras ao sul da capitania de Pernambuco, atestando o caráter

das intencionalidades³⁴ lusitanas para com as terras recém desveladas, o insucesso em encontrar metais preciosos fez com que a região, que futuramente seria o território de Alagoas, passasse por vários anos basicamente “abandonada” pelos colonizadores da metrópole. A área recebia apenas a estrutura mínima necessária para subsidiar a incipiente extração de Pau-Brasil, que por sua vez apresentava seus próprios desafios e se tratava de uma atividade finita, devido ao modo que era realizada, sem o devido replantio (CARVALHO, 2016). Essa situação era bem verdade na maioria do recém descoberto litoral brasileiro, como aponta Firmino (2023, p. 90):

No entanto, vale ressaltar que os anseios dos colonizadores não eram nem o de povoar estas terras, nem praticar a agricultura, mas sim fazer-se realizar o comércio que buscavam na costa africana e nas Índias, sendo a América algo com que toparam durante seus percursos. Era, portanto, um obstáculo a ser superado.

Apesar do começo lento, sem a instalação de objetos fixos ou de grandes contingentes, a necessidade de estabelecer a soberania frente ao constante saqueio de pau-brasil perpetrado principalmente por franceses, que haviam conseguido estabelecer acordos com os indígenas da região, fez com que a coroa portuguesa tomasse medidas concretas para fazer valer o tratado de Tordesilhas. É empreendida, então, uma campanha para expulsão dos franceses e indígenas da parte sul da capitania de Pernambuco³⁵ que, ao obter sucesso, permitiu a distribuição das terras e a instalação dos primeiros engenhos. É a partir da segunda metade do século XVI que os primeiros núcleos de povoamento vão surgir, seguidos da compartimentação do território pelo sistema de sesmarias (CARVALHO, 2016).

A formação da sociedade alagoana, em sua mais importante base econômica, a atividade agrícola, foi inicialmente determinada pela distribuição das sesmarias. Esse processo iniciou em 1575, quando Cristóvão Lins recebeu, pelos seus feitos na bandeira dos irmão Albuquerque, uma sesmaria localizada entre o rio Santo Antônio e o Cabo de Santo Agostinho, abrangendo desde um pequeno pedaço do atual território sul pernambucano a São Luís do Quitunde, cobrindo as terras de doze municípios atuais (CARVALHO, 2016, p. 16).

3.2 Cana-de-açúcar e estado: agentes da formação sociespacial alagoana

É possível colocar os engenhos de açúcar como os objetos centrais de um vasto período da história do território Alagoano. A disposição desses objetos por sobre o território se traduz em formas que podem ser observadas até hoje, segundo Firmino (2023) “É perceptível que a economia, o povoamento e a formação do estado alagoano estão atreladas fortemente a cana,

³⁴ O uso do termo “intencionalidade” não é ao acaso. Esse traduz a via de mão dupla que é estabelecida entre objeto e sujeito, onde “A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território” (SANTOS, 2006, p. 60)

³⁵ Segundo Carvalho (2016, p. 14) “As capitanias eram espaços maiores que o próprio território português, áreas extensas e contínuas desde o litoral até os limites do tratado de Tordesilhas, onde cada divisão correspondia um capitão donatário.”

ao açúcar e a atividade industrial relacionada com os engenhos movidos à água e a animais.” Num primeiro momento, sua distribuição, em linhas gerais, foi condicionada por fatores naturais como a proximidade dos rios para o escoamento da produção e a qualidade e morfologia do terreno para facilitar o plantio e colheita, assim como a proximidade com a costa, que além de estar relacionada com a própria configuração dos rios que desaguam no atlântico, também se relacionando com o clima³⁶, mais propício para a cultura na região onde a mata atlântica predominava. Todavia, outros condicionantes vitais foram os fatores políticos a exemplo da divisão das sesmarias. E ressaltado por Almeida (2018) que a distribuição das terras em sesmarias, desde a sua gênese, representava um mecanismo para a colonização, além de que o caráter extenso das terras distribuídas já começava a fomentar dali o sinônimo entre a propriedade e o poder.

Ainda sobre a aptidão inerente à Região, vale pontuar que quase todo o litoral do nordeste apresentava vantagens naturais para o abastecimento do mercado europeu de açúcar, principalmente a proximidade com o velho mundo e a abundância de portos naturais propiciados pelos arrecifes próximos a costa (CARVALHO, 2016).

A cana-de-açúcar, através dos equipamentos necessários para o seu beneficiamento, os engenhos, foi o que de fato promoveu, partindo do interesse português nos lucros que poderiam ser auferidos por meio da exploração dessa cultura, a ocupação efetiva e sistemática do território que viria a ser Alagoas (SILVA, 2021). A necessidade do pronto processamento da planta e do seu caldo, logo após a colheita, impossibilitava o seu transporte em formas menos elaboradas para Portugal, forçando os colonizadores a despender esforços e estabelecer os objetos essenciais para transformar a gramínea em açúcar. Essa dinâmica acabou por possibilitar, à revelia dos lusitanos, a formação de um complexo industrial em solo ultramarino, exigindo, por conseguinte, todo um aparato técnico em conjunto com a mão de obra escravizada advinda do tráfico negreiro, fomentado por Portugal (CARVALHO, 2016). Os resquícios de riqueza deixados pela coroa portuguesa em terras brasileiras se concentravam nas mãos dos senhores de engenho que acabaram por originar uma casta especialmente privilegiada que viria a comandar os rumos dessas terras.

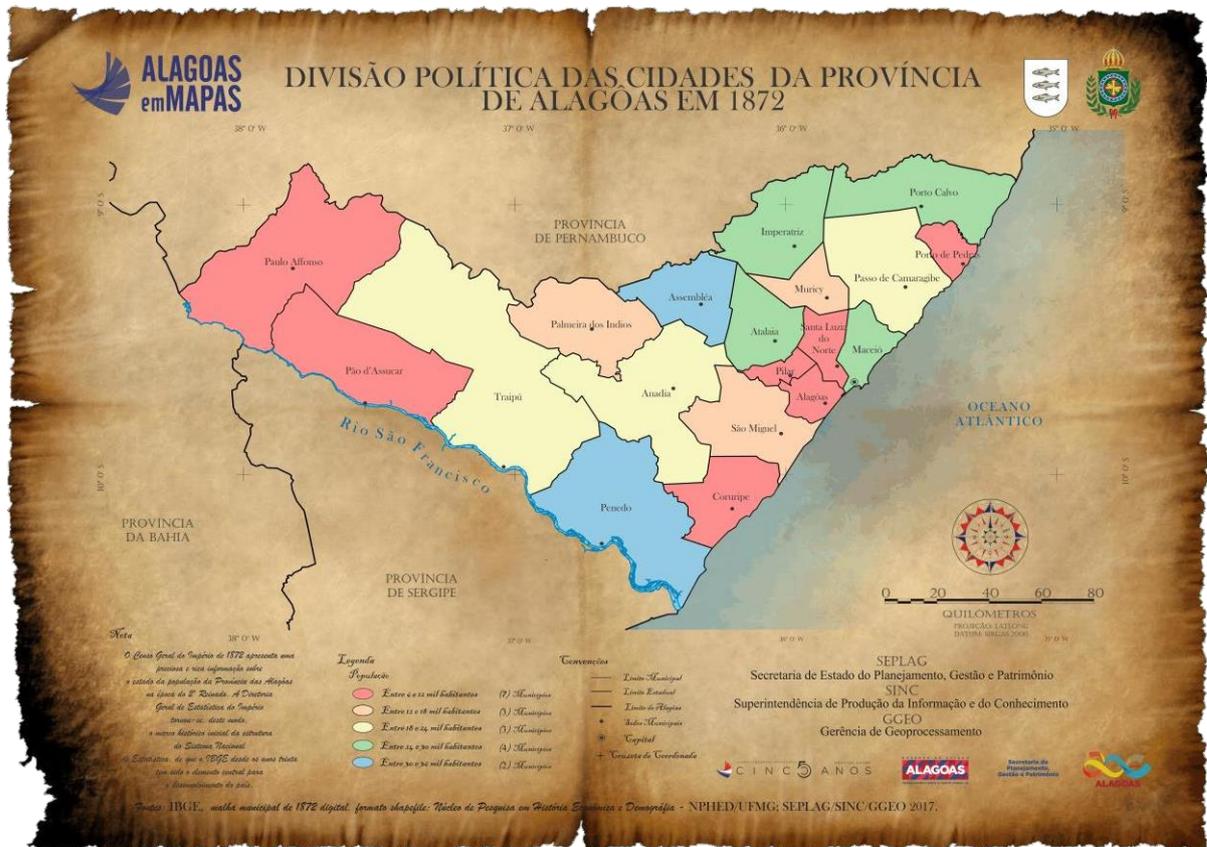
Apesar da presença, ao longo dos anos, de outras atividades, que também contribuíram para o processo de formação do território alagoano, a monocultura canavieira, e todo o aparato técnico, político e humano que demandava, foi o principal agente hegemônico da história da formação do território de Alagoas. Obviamente que não é possível ignorar o papel

³⁶ Sobre o clima do estado de Alagoas, ver: BARROS, A. H. C. et al. Climatologia do Estado de Alagoas. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, v. 211, p. 32, 2012.

desempenhado por outros elementos, como a criação de gado e o plantio de outros gêneros alimentícios, principalmente o algodão, todavia a longevidade e a dependência econômica advinda do cultivo da cana não encontram paralelos em seu caminho até o recente declínio do setor. Nesse sentido, Carvalho (2016) também ressalta o papel determinante que a cultura canavieira desempenhou moldando a distribuição da população através do extensivo uso de terras unicamente para esse fim, em conjunto com a convergência da força de trabalho nas zonas produtoras, fomentando a desigualdade econômica e social derivada da alta concentração de renda e hierarquização da sociedade pautada nos engenhos e seus senhores. Essa conjuntura acabou por promover o atraso político e econômico do estado, tornando sua economia dependente, ao passo que promovera a aglutinação das ações e o estabelecimento de normas em função da perpetuação da atividade, junto ao sufocamento de outras alternativas produtivas. A título de exemplo, no ano de 1854 registrava-se o seguinte cenário produtivo na jovem província de Alagoas:

A cana-de-açúcar era a principal fonte de riqueza econômica dos municípios de Alagoas (Marechal Deodoro), Atalaia, Imperatriz (União dos Palmares), Maceió, Passo de Camaragibe, Penedo, Pôrto Calvo, Pôrto de Pedras, Santa Luzia do Norte, São Miguel dos Campos e Vila Nova da Assembléia (Viçosa), sendo que a mandioca e o algodão eram cultivados com a cana-de-açúcar, em pé de igualdade, respectivamente na primeira e na última das localidades citadas (SANT'ANA, 2011, p. 110).

Mapa 8: Divisão política das cidades da província de Alagoas (1872)



Fonte: Alagoas em Dados

É desta característica centralizadora e predatória do empreendimento açucareiro no Nordeste que, em sua Geografia da fome, fala Josué de Castro (2001), a denominando de autofágica, se referindo à extrema capacidade da cultura em exaurir toda a potencialidade do território em que está instalada.

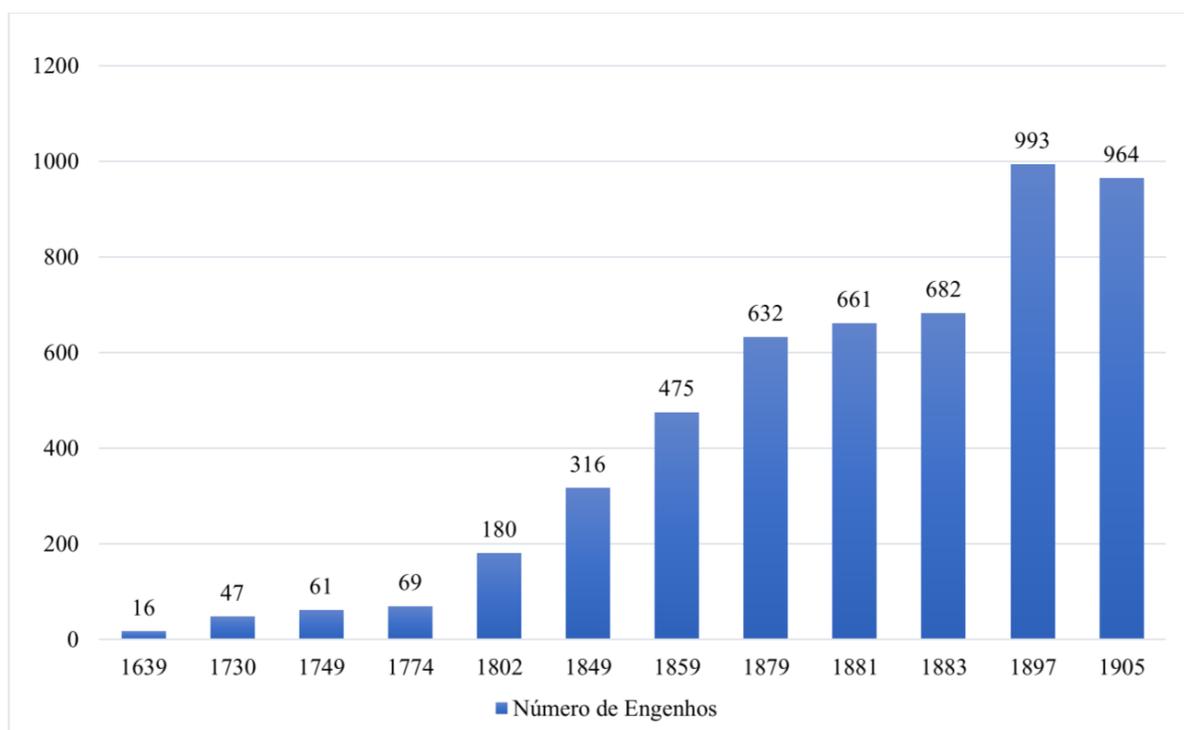
O início, de fato, da cultura canavieira nas terras da Alagoas por vir, se deu através do já mencionado compartimento das terras em sesmarias. Essas, por seu turno, eram distribuídas sem muito acanhamento quanto ao seu tamanho, assumindo, por vezes, dimensões exageradas. O objetivo primário atrelado a essas terras era a produção, essa sob o signo do açúcar, podendo, em teoria, retornar à coroa em caso de desuso (ALMEIDA, 2018). Nessas propriedades, a figura central seria o engenho, equipamento que se propagaria sob duas condições principais: as condições naturais da terra quanto a presença de rios, permitindo a existência de solos úmidos e férteis (massapês), assim como o escoamento da produção; condições políticas, representadas na própria distribuição das sesmarias e posteriormente a fragmentação da propriedade via conflitos internos (familiares) e externos (demarcação e venda de terras). No âmbito político, também deve-se considerar a existência dos *pactos* de poder. Esses, ao mesmo tempo,

demonstravam a hierarquização entre os engenhos, e a negação da ideia do engenho como entidade completamente autossuficiente. Sobre isso Almeida (2018, p. 49) argumenta:

Desse modo, na medida em que prossegue a construção do espaço colonial, o engenho jamais poderia ser considerado como unidade isolada de produção; estaria aninhado nos pactos e até mesmo os que buscavam independência teriam de se conformar às regras que confirmavam grupos: existência de um chefe e a clássica posição de vassalagem. Politicamente, é possível sair do atomismo do engenho autossuficiente, para o engenho em grupamento, a ser viabilizado pelos pactos.

Ainda sobre as sesmarias, é observado pelo autor como o sistema se mostrava particularmente cruel com os pobres, uma vez que não lhes cabia o direito de reivindicar as terras, mesmo que destas já fizessem uso e constituíssem morada, estando à mercê da demarcação das terras que poderia vir depois que já se houvesse estabelecido abrigo e o cultivo. Nos tempos primeiros o direito à propriedade era limitado, basicamente aos beneficiários das doações e aos que compravam quinhões ou propriedades já repartidas, o que implicava num volume de capital incompatível com a parcela pobre da população, legada, quando muito, à vassalagem. A fundação da sociedade pautada na grande propriedade de terra, em contrapartida aquelas onde a distribuição fora mais igualitária, constitui-se em um dos pilares da desigualdade socioeconômica.

Gráfico 14: Evolução do número de engenhos no território alagoano (1639 – 1905)



Fonte: Adaptado de Silva (2021)

Mesmo sendo a principal atividade econômica do estado desde a sua implantação, a presença dos engenhos em terras alagoanas ganharia verdadeiro impulso apenas no fim do século XVIII, nas cercanias da sua emancipação da antiga capitania de Pernambuco, já no século XIX (vide gráfico 14). A conquista da independência ante Pernambuco é vista por alguns como prêmio à postura assumida pela comarca de Alagoas, alinhada com o império, frente à revolução pernambucana, enquanto outros propõem que, apesar do efeito positivo advindo do apoio oferecido pela comarca, o império eventualmente elevaria o sul de Pernambuco à condição de capitania devido a sua opulência econômica, advinda em grande parte do setor açucareiro (CARVALHO, 2016).

As técnicas de cultivo e colheita da cana, assim como a própria confecção do açúcar, receberam poucos aportes técnicos aos longos dos três primeiros séculos em que a cana-de-açúcar se fez presente no que seria o território alagoano. Segundo Sant'ana (2011, p. 109) foi apenas no século XIX, na já emancipada província, que avanços tecnológicos importantes no setor de fato aconteceram, como a instalação do primeiro engenho movido a vapor, a máquina centrífuga para clarificar açúcar e, já no último quarto do século, o início do funcionamento da primeira usina de açúcar em território alagoano. Todavia, o autor elenca como a mais significativa guinada, a mudança das técnicas de preparo do solo e plantio da cana-de-açúcar. Essa mudança se deu, em grande medida, por meio da intervenção do estado que, na figura do presidente da província, instituiu lei no ano de 1855 visando a busca por melhorias para agricultura aqui praticada.

É destacado pelo autor, que o período anterior é marcado a predominância de técnicas obsoletas de preparo da terra e plantação das mudas, o que afetava consideravelmente a produtividade. Tal situação não era exclusividade da província alagoana, tratando-se de um problema generalizado. Ares de mudança só chegaram a partir do início da adoção de novo método, assimilado através do cumprimento da lei sobredita, estimulando o emprego de novas e melhores ferramentas agrícolas. Esse cenário de atraso técnico pode ser atribuído, segundo Carvalho (2016) ao conservadorismo das classes dominantes que por muito foram contrárias à adoção de medidas modernizadoras da produção. Ainda segundo o autor, esse comportamento originava-se na vasta oferta de terras, na mão de obra barata (escravizada), o que acabava por estimular a manutenção dessa abordagem, que contribuiu para perpetuar problemas sociais que ressonam até hoje. Em acordo com o que observa Carvalho, Sant'Ana (2011) ressalta que apesar dos esforços da província em estimular a modernização principalmente do cultivo da cana-de-açúcar, na virada pro século XX, as técnicas e equipamentos trazidos com o objetivo de melhorar a produtividade canavieira já não eram mais usados na maioria dos engenhos.

A perversidade do latifúndio garantia aos seus proprietários a soberba de senhores feudais. Em conjunto com a negligência para com o território³⁷, amparada pelo contraste entre a área total das propriedades e a que de fato produzia algo, sufocavam o surgimento da agricultura de subsistência e ainda do cultivo de gêneros alimentícios para o abastecimento local, fazendo com que alimentos fossem importados de outras províncias (ALMEIDA, 2018 e SANT'ANA, 2011).

A outra esfera que serviu para sustentar a inércia da casta foi a presença massiva da mão de obra escravizada. Abastecida pelas populações africanas atravessadas do outro lado do Atlântico pelos navios do tráfico, estas, além do cerceamento de sua liberdade, tinham sua integridade como povo destruída pela separação e pela mistura entre diferentes etnias, o que facilitava o domínio sobre eles exercido. Ao chegar em terras brasileiras, enfrentavam as implacáveis condições de vida e trabalho, onde a fome e a morte por doenças não estavam mais para regra do que exceção. O baixo custo de manutenção e de reposição da mão de obra escravizada permaneceu por quase 300 anos como forte motivador à imobilidade dos donos dos bangues. Já no século XIX, próximo à abolição da escravidão em terras brasileiras, Alagoas contava com significativa população negra que, quando somada com a população considerada mestiça, no ano de 1849, perfazia mais de 70% dos Alagoanos. Desses, a maioria dos considerados mestiços (92%) já gozavam de liberdade, todavia a maioria da população negra ainda estava cativa (CARVALHO, 2016 e SANT'ANA, 2011).

A transição entre os velhos bangues e as modernas usinas não representou uma guinada apenas em termos tecnológicos. A força de trabalho, hora escrava, também passaria por uma metamorfose que teria grande influência nos rumos da sociedade alagoana. Em termos da produção açucareira, a substituição do trabalho escravo fora benéfica pela melhora nas condições de vida dos trabalhadores

A revitalização do Brasil no mercado de açúcar mundial, graças a eclosão da revolução haitiana (CARVALHO, 2016), não foi o bastante para motivar a modernização do setor em terras alagoanas no início do século XIX. Aqui vale, novamente, destacar que, assim como a sobredita tentativa de melhora no manejo da terra e no cultivo do gênero, bem como a introdução de novas e melhores variedades, a modernização da produção do açúcar e dos próprios engenhos contou com a iniciativa estatal. Como marca da baixa produtividade da

³⁷ Cruz (2005) propõe, ao analisar o uso do território pelo turismo, a existência de um par dialético para o território usado: o território negligenciado. Segundo a autora, essa noção não remeteria exatamente a uma falta de intencionalidade, ou de uso, mas sim na decisão consciente pela negligência do território, que por sua vez implica no exercício de uma função, seja ela a da especulação, inibição de atividades indesejadas, etc.

época, é feita via incentivos governamentais a tentativa de implementação dos engenhos centrais, que se colocariam como uma verdadeira ameaça aos obsoletos bangues (FIRMINO, 2023). Todavia a empreitada viria a falhar por inanição, está fomentada pelos velhos senhores que se recusaram a abandonar o modo de produção arcaico (CARVALHO, 2016 e SANT'ANA, 2011).

Apesar do insucesso dos engenhos centrais, as usinas vieram e ocuparam o vácuo por eles deixado. Carvalho (2016) demonstra que o processo se deu através da implantação de avanços tecnológicos (que contou com a contribuição da política de implantação dos engenhos centrais), em conjunto com uma forte mudança na cadeia produtiva, derivada da própria relação com a terra que fora obrigada a mudar a fim de atender a capacidade de processamento de cana e produção de açúcar. As usinas demandavam quantidades enormes de insumos, forçando toda uma readequação da cadeia, com muitos proprietários se tornando apenas fornecedores de obra prima. Tais mudanças promovidas pelas usinas foram determinantes para o declínio dos velhos engenhos e se somaram com fatores externos que já pressionavam o setor a aumentar sua produtividade.

Como relatado, as primeiras usinas de Alagoas surgem da incorporação de novas técnicas aos antigos. A coexistência entre engenhos e usinas perdurou por considerável tempo. Sant'ana (2011) relata que, mesmo com a enorme disparidade em termos de produtividade, apenas na safra de 1922/23 que a produção somada das usinas veio a superar aquela registrada pelos antigos bangues. A resistência do antigo sistema de objetos (engenhos) pode ser explicada quando consideramos que um novo arranjo não necessariamente suplantará o outro instantaneamente, dado o caráter concreto do território e sua maleabilidade limitada quando comparada aquela das ações (normas), como vimos no capítulo 2. É necessário apreender também que os mesmos objetos podem passar por ressignificações com o objetivo de adequá-lo às novas demandas. Dessa forma, Carvalho (2016) observa que, apesar do conservadorismo, inovações técnicas foram incorporadas aos antigos bangues com o passar do tempo, o que, por um lado ajudou na sobrevivência desses arranjos e de outro preparou o terreno para os avanços técnicos vindos dos engenhos centrais e usinas, algumas delas antigos engenhos requalificados. Nesse sentido:

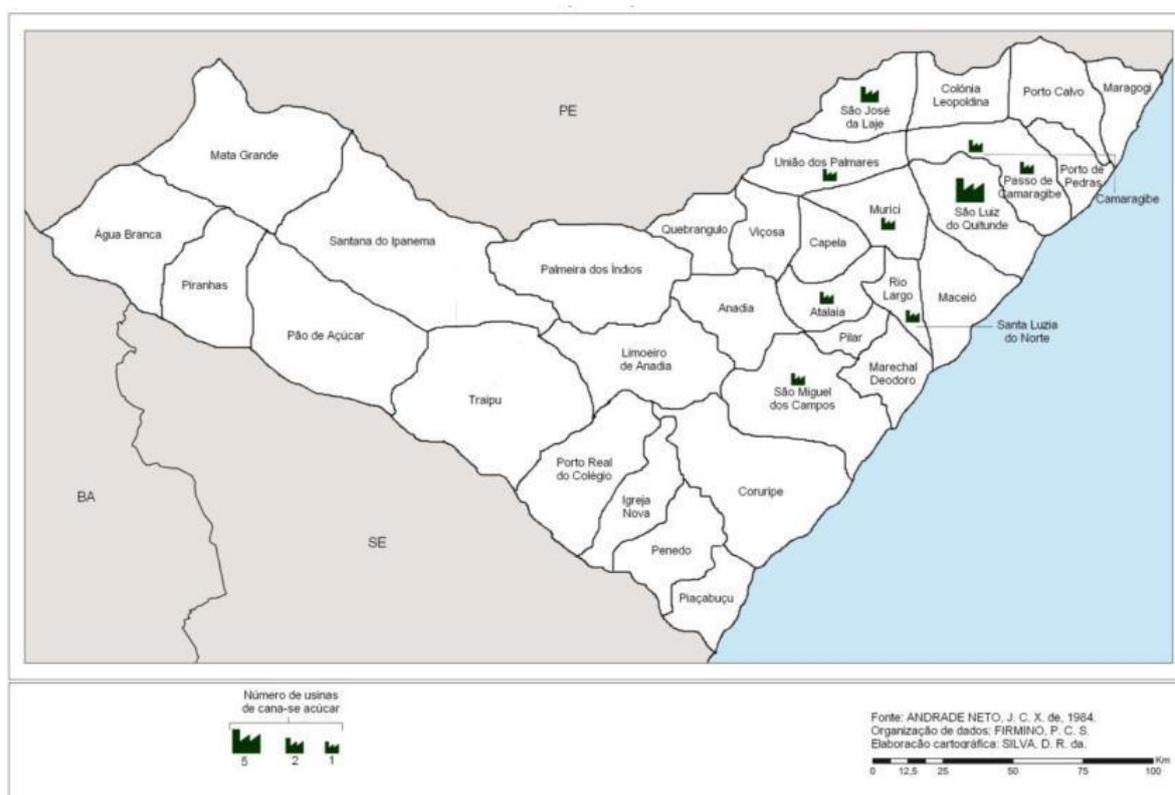
Os conjuntos formados por objetos novos e ações novas tendem a ser mais produtivos e constituem, num dado lugar, situações hegemônicas. Os novos sistemas de objetos põem-se à disposição das forças sociais mais poderosas, quando não são deliberadamente produzidos para o seu exercício. Ações novas podem dar -se sobre velhos objetos, mas sua eficácia é, assim, limitada (SANTOS, 2006, p. 62).

E especificamente sobre a indústria sucroalcooleira, Silva (2015) afirma:

[...] é possível também verificar as sucessões, como ocorreu com o engenho em detrimento da usina, e com os maquinários utilizados no trato com a terra e a referida lavoura, isto é, instrumentos que foram substituídos por outros totalmente diferentes e mais eficientes nas elaborações a que se propõem. De modo que as sucessões e coexistências acabam por permear as relações existentes no âmbito do circuito espacial de produção sucroalcooleira, trazendo no arcabouço dos eventos e dos objetos a real explicação dos fatos.

A ascensão das usinas, dada sua natureza industrial que tendia a integrar os processos de cultivo e manufatura, resultou numa retomada da superconcentração de terras nas mãos dos usineiros que passaram a desempenhar o papel outrora ocupado pelos senhores das sesmarias e que fora amenizado pela pulverização dos latifúndios e a multiplicação dos engenhos menores. Sobre tal concentração, Carvalho (2016) ressalta que em 1932, num processo de expansão de seu parque industrial, que por consequência exigia maior quantidade de cana-de-açúcar, a usina leão concentrava um total de 18 engenhos.

Mapa 9: Distribuição das usinas no território alagoano (1922)



Fonte: Adaptado de Firmino (2022)

A partir dos anos 1930, com a consolidação das usinas como as unidades principais de produção de açúcar no estado, entra em jogo, mais uma vez, a ação estatal. Em um primeiro momento, através da criação do IAA (Instituto do Açúcar e Álcool), fomentando o setor através de intervenções no mercado interno e na regulação das relações de produção (FIRMINO, 2023), (SILVA, 2015). Ao longo dos anos, a emergente indústria sucroalcooleira não mais poderia ser

pensada sem a presença constante do estado, amparando o setor e oferecendo o suporte normativo e econômico necessário para o seu desenvolvimento (SILVA, 2015). Como já demonstrado, o estado é um dos principais agentes hegemônicos que atuam por sobre o território. Nessa perspectiva, Silva (2015) aprofunda o debate sobre a sua atuação como garantidor da atividade sucroalcooleira através da normatização do território. O autor elenca uma série de dispositivos empregados pelos governos vigentes ao longo do século XX, com destaque ao sobredito IAA e ao Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL).

O fomento do estado para atividade contribuiu para que, a partir da segunda metade do século XX, as lavouras de cana-de-açúcar alcançassem os tabuleiros costeiros, previamente inapropriados para o cultivo em função da característica do solo dessas regiões. Uma vez superados os desafios técnicos, que envolviam, principalmente questões de fertilidade do solo, os tabuleiros se constituíram como a nova fronteira de expansão da cultura canavieira, trazendo em sua esteira uma série de vantagens em comparação as áreas tradicionais de cultivo, dada a sua característica plana que poupava esforços quanto a drenagem e a colheita (FIRMINO, 2023).

O avanço técnico que permitiu o uso dos tabuleiros para o cultivo da cana-de-açúcar, também permitiu o avanço da mecanização, que em conjunto com a maior oferta de terrenos planos e pouco acidentados, fazem com que a região mais ao sul do estado, onde predominam os tabuleiros, detenha um maior índice de mecanização frente ao registrado na região norte que conta com a forte presença de terrenos mais tortuosos que dificultam a operação das máquinas (FIRMINO, 2023). Com a pressão por maior produtividade, advinda da concorrência interna e externa no mercado açucareiro, o emprego de máquinas nos processos de plantio, adubação da terra, aplicação de defensivos e colheita se tornou fundamental para a manutenção da indústria sucroalcooleira como um negócio lucrativo em alagoas. O emprego dessas máquinas e a otimização obtida através do emprego de outras técnicas como o planejamento topográfico não substituiu por completo o trabalho manual, uma vez que, segundo Silva (2015) os produtores alagoanos julgaram existir vantagens produtivas advindas do processo de colheita através desse método. Todavia, mesmo com a permanência do trabalhador nos canaviais, o processo de mecanização e a exigência por maiores níveis de produtividade fez com que um grande contingente de trabalhadores perdesse seus empregos, assim como manteve ou piorou a precarização das condições de trabalho para aqueles que permaneceram (FIRMINO, 2023).

O foco na cultura canavieira como principal agente da formação socioespacial de Alagoas se dá não somente pelo papel decisivo que essa atividade econômica teve na formação e organização do território alagoano como conhecemos, mas também pela sua função

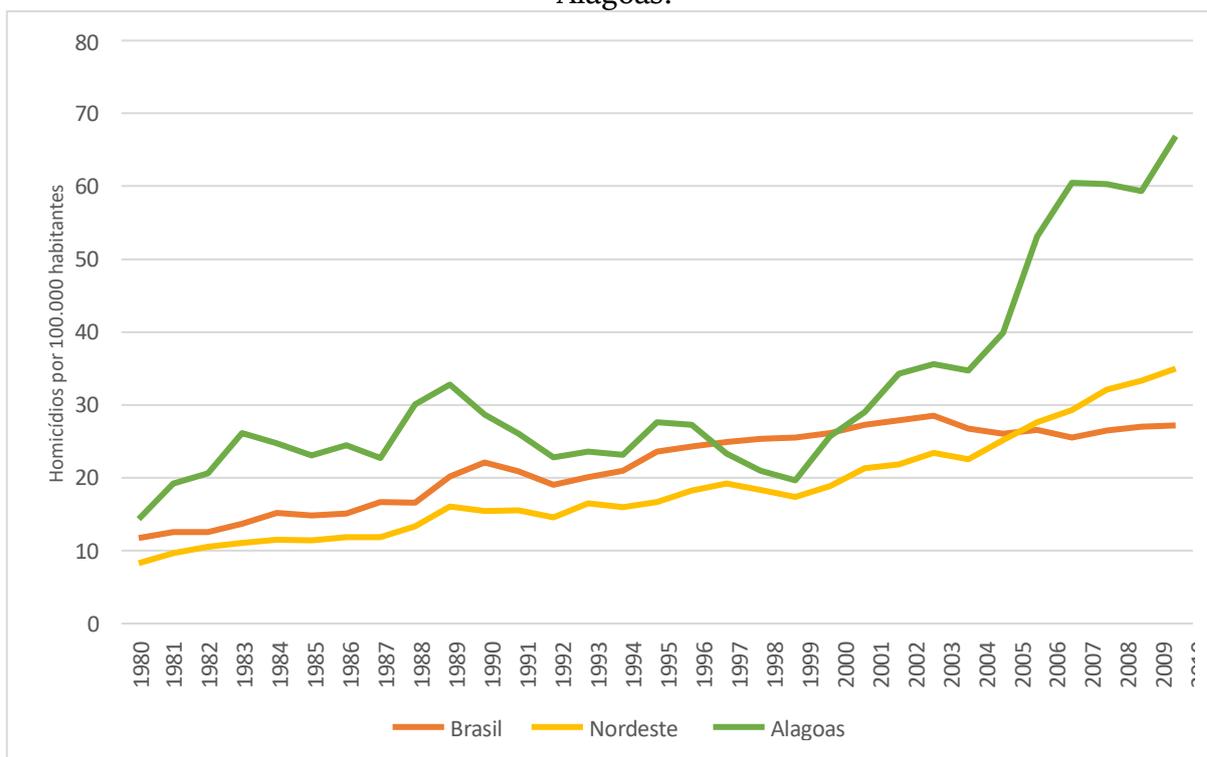
determinante no fomento de uma sociedade extremamente desigual, e economicamente atrasada, acabando por dispor as bases para o surgimento de ciclos de violência que, por forças geratrizes diferentes, encontram na frágil estrutura socioterritorial alagoana, terreno fértil para prosperar. Apesar de há muito não constituir o principal motor econômico do estado, a essa atividade e todos os seus desdobramentos, como a chegada das usinas e da mecanização, ainda exerce grande influência no cenário atual do estado, uma vez que fora responsável por consolidar a importância da região leste do estado, estruturando a distribuição da população assim como a disposição de infraestruturas, ou a carência delas. Inclusive pode-se atribuir a cana-de-açúcar forte influência na configuração socioterritorial até do sertão alagoano, visto que a não predisposição da região para o cultivo do gênero foi o que permitiu que outras atividades ali fossem desenvolvidas. A concentração de grande parte do empenho estatal no fomento e manutenção desse setor refletem-se na defasagem hoje apresentada no estado quanto a diversidade econômica, com a baixa presença industrial e a baixa relação entre concentração de mão de obra produtividade apresentada pelo setor agropecuário do estado (CARVALHO, 2012).

3.3 Violência homicida em Alagoas

Uma vez estabelecida a conjuntura nacional, podemos nos debruçar no recorte territorial da pesquisa: o estado de Alagoas. Nesta direção, é possível partir do princípio que todos os fatores levantados para o contexto nacional da violência homicida se aplicam também quando o recorte territorial é uma unidade da federação. Todavia, como já foi tratado anteriormente, a redução da escala não implica, necessariamente, numa facilitação do entendimento dos fenômenos. Dessa maneira, além de uma análise direcionada dos fatores, faz-se necessário compreender a dinâmica socioterritorial constituída.

Ao olhar a evolução das taxas de homicídios no estado de Alagoas é possível, com facilidade, observar o crescimento vertiginoso registrado a partir da virada do século. Assim como na conjuntura nacional, entende-se que essa explosão nas taxas de violência homicida dimana de uma amalgama de fatores, os considerados principais, já tratados aqui em seu escopo nacional, seriam a urbanização, a globalização, as facções e o narcotráfico, o encarceramento em massa, a política de armas de fogo vigente no país e, por fim, as diferentes fases demográficas. Quando comparadas às taxas regionais, em especial o Nordeste, e nacionais, afere-se que o ímpeto no crescimento das taxas Alagoanas se deu de forma mais abrupta que ambas, com uma elevação tardia em relação ao cenário nacional e em conformidade com o movimento registrado na região Nordeste.

Gráfico 6: Evolução das taxas de homicídios (1980 - 2010): Brasil x Nordeste x Alagoas.



Fonte: SIM/MS, IBGE - Censo Demográfico.

Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

No caso Alagoano, também é possível observar a instabilidade nas estatísticas³⁸ antes da explosão dos anos 2000, mesmo que sem uma tendência clara, como a estabelecida posteriormente, o estado apresenta na maior parte do período taxas ligeiramente maiores que as da região em que está inserido, assim como do próprio país³⁹. Mesmo em comparação com os demais estados da região Nordeste, Alagoas só é superada consistentemente por Pernambuco⁴⁰. De acordo com Nascimento (2017), esse cenário pode ser compreendido levando em consideração os grupos de extermínio atuantes à época no estado. Tais grupos tinham como alvos preferenciais as parcelas mais vulneráveis da população e ajudariam a fomentar o cenário vindouro de explosão da violência homicida. Ainda segundo Nascimento (2016, p. 480)

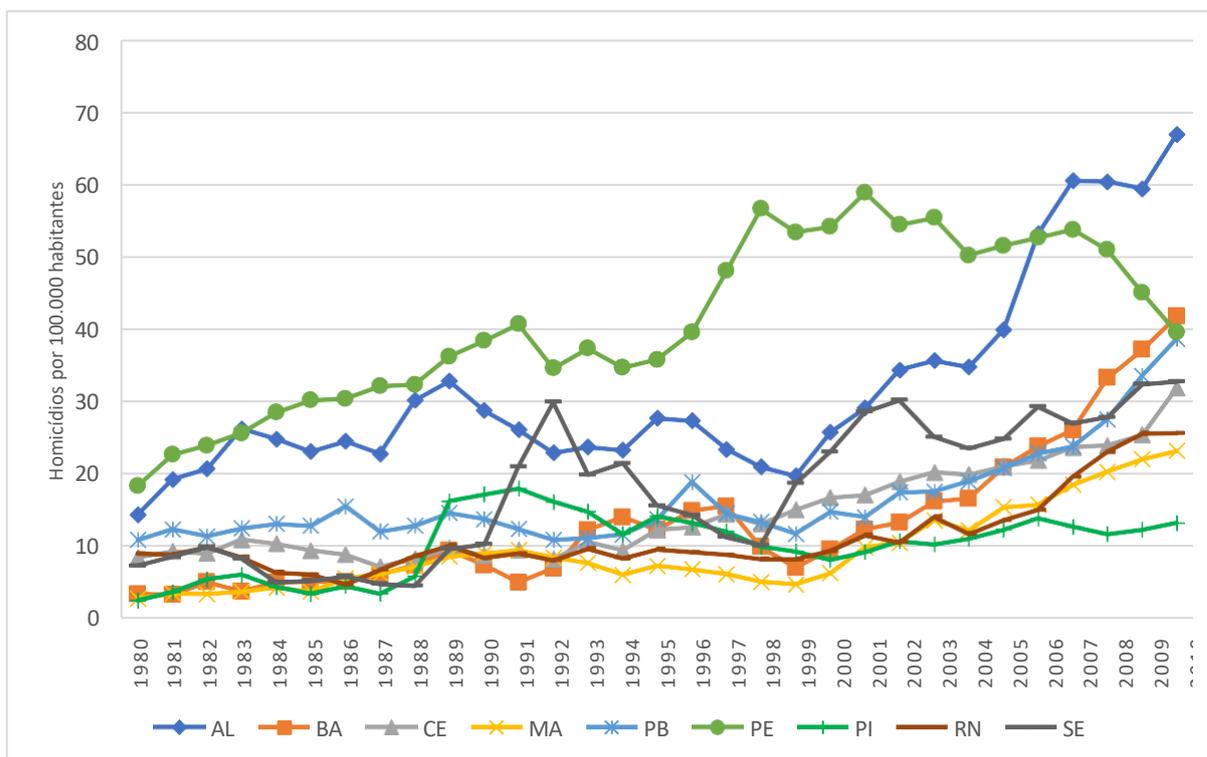
Para além da tese da ausência de Estado ou da corrupção de costumes, o que se desenvolveu em Alagoas, a partir da década de 1980, foi um sofisticado sistema territorializado de segregação e marginalização das camadas populares operado pelos próprios agentes do Estado: neste caso, as forças policiais.

³⁸ Nesse momento é importante ressaltar que a volatilidade das taxas é inversamente proporcional ao número total de habitantes de determinada unidade territorial., fazendo com que recortes com menor número habitantes sejam mais sensíveis a eventos extremos esporádicos (a exemplo de uma chacina).

³⁹ Vide Gráfico 6

⁴⁰ Vide Gráfico 7

Gráfico 7: Evolução das taxas de homicídios dos Estados do Nordeste (1980 - 2010).



Fonte: SIM/MS, IBGE - Censo Demográfico.

Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

3.3.1 Urbanização em Alagoas

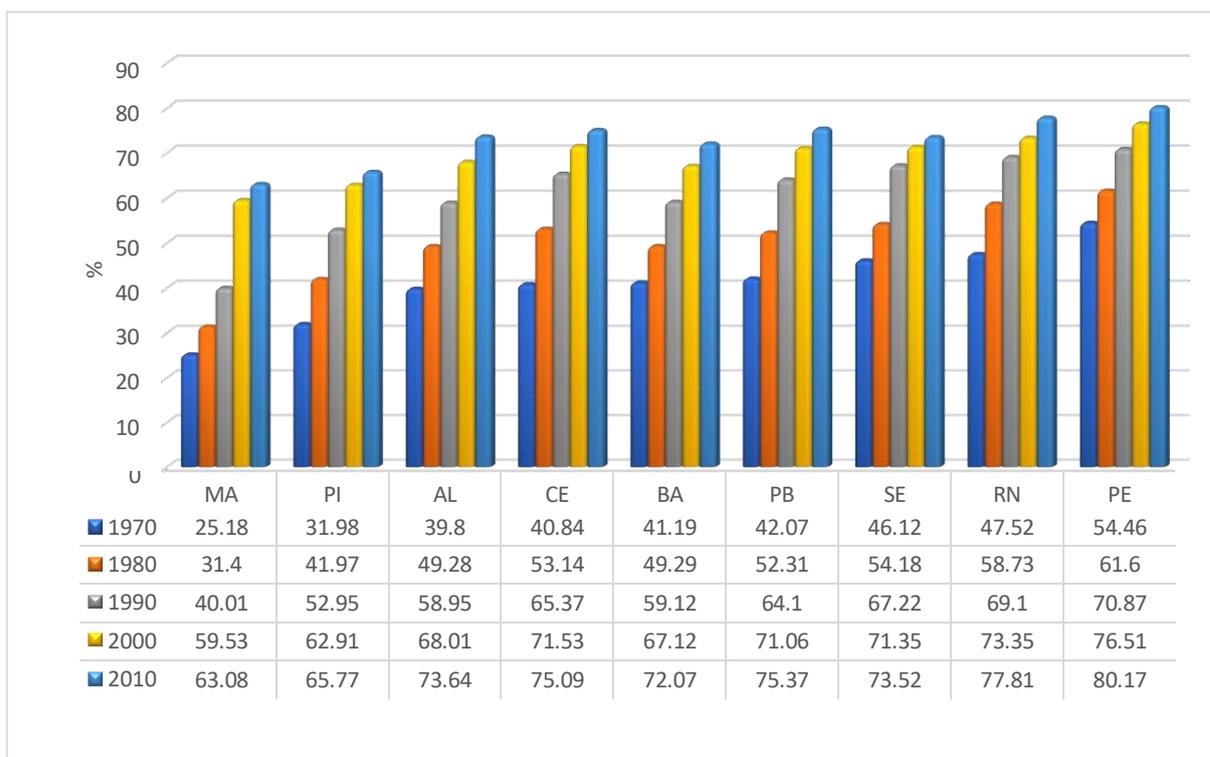
Como já visto, a urbanização da região Nordeste aconteceu mais tardiamente em comparação as demais regiões e em relação ao Brasil como um todo, apresentando uma evolução desse indicador similar a observada na região Norte. Até meados de 1970, apenas Pernambuco apresentava a maioria da população vivendo nas cidades e é interessante pontuar que nenhum dos estados nordestinos havia chegado no patamar dos 80% de urbanização. Pernambuco também é o primeiro estado da região a experimentar o crescimento da violência homicida de forma consistente. É notável também, a posição dos estados do Maranhão e Piauí nesse contexto de urbanização e violência homicida. Ambos, até 2010, apresentavam as menores taxas de urbanização e de violência homicida da região. A partir dos dados, percebe-se que vários estados demonstram a tendência de aumento das suas respectivas estatísticas conforme a aproximação dos 70% de população urbanizada.

Em Alagoas, a transição se dá mais tardiamente, inclusive no contexto regional, ficando à frente apenas de Maranhão e Piauí. Esse movimento campo cidade se dá de maneira acelerada, porém, relativamente uniforme, diminuindo paulatinamente o ritmo com o passar das décadas. O estado entra nos anos 2000 já bastante próximo dos 70% de taxa de urbanização e avança para 73,64%, apresentando o maior crescimento da região no período.

Como já destacado, as massas que se deslocaram rumo aos centros urbanos (no caso de Alagoas, Maceió fora o foco principal) encontraram cidades sem o mínimo de estrutura para receber tal contingente de maneira adequada, restando aos que chegavam as piores condições de trabalho e moradia.

As grandes cidades são propícias a receber e acolher gente pobre e lhes oferecer alguma espécie de ocupação (não propriamente empregos). Mas as grandes cidades também criam gente pobre: a extrema variedade de capitais nelas presentes, tanto fixos como variáveis, assegura a possibilidade de uma extrema variedade do trabalho. (SANTOS E SILVEIRA, 2006, p. 286)

Gráfico 8: Evolução das taxas de urbanização dos Estados do Nordeste (1970 - 2010)

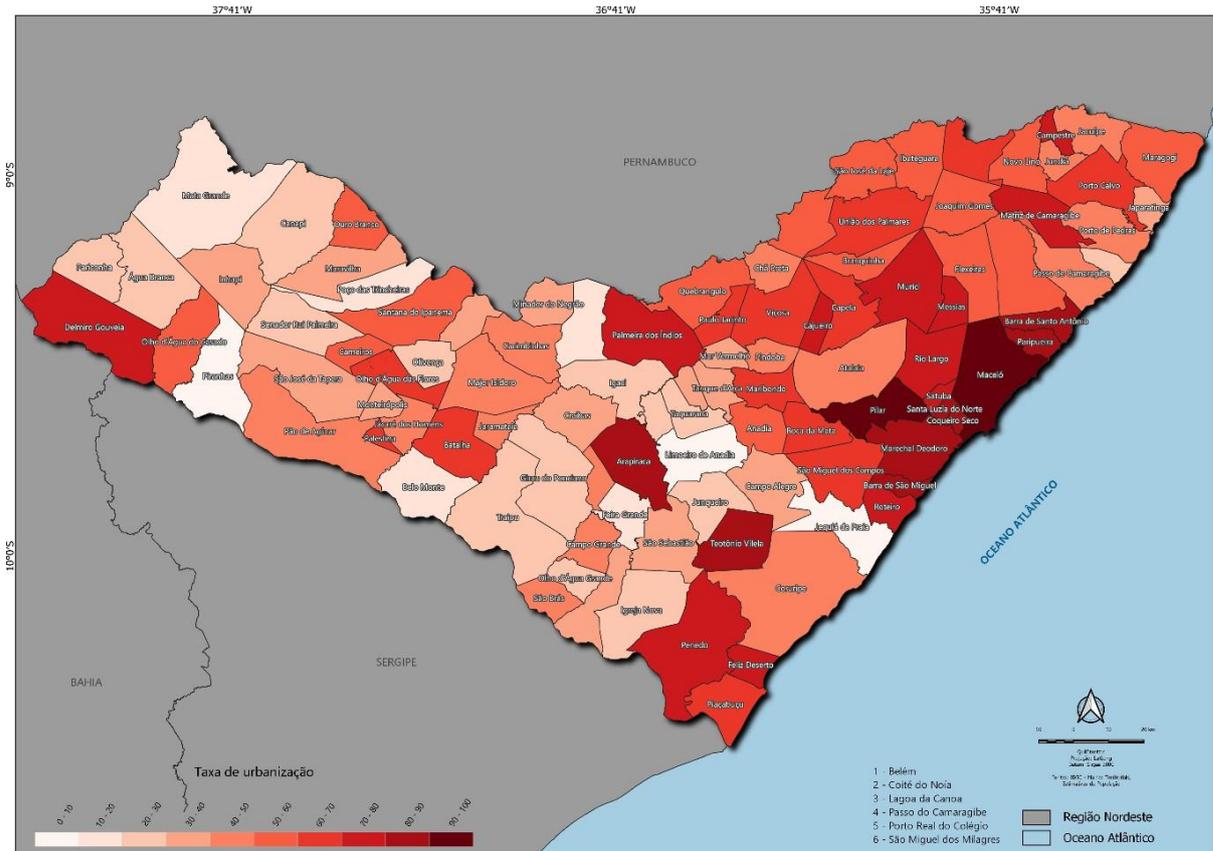


Fonte: IBGE - Censo Demográfico, Séries Temporais.

Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

Observa-se a tendência que irá permear toda a discussão: a disparidade entre o Leste e o restante do Estado. Essa inclinação se mostra clara com os municípios mais próximos à costa apresentando, em linhas, gerais maiores taxas de urbanização, conforme podemos observar no Mapa 1

Mapa 2: Taxa de Urbanização municipal do estado de Alagoas (2010)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, Malhas Territoriais.
Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

3.3.2 Transição demográfica em Alagoas

A partir da já estabelecida relação entre a proporção de jovens na população e os indicadores de violência torna-se viável, com o suporte dos dados referentes ao estado, ponderar sobre a contribuição da transição demográfica no cenário da violência homicida em Alagoas.

Quadro 4: Evolução da população de jovens entre 15 e 29 anos no estado de Alagoas (1970 – 2022)

	População Total	Jovens 15 -29 anos	% População de jovens 15 - 29
1970	1.588.068	424.904	26,76
1980	1.982.915	524.218	26,44
1991	2.514.100	718.987	28,60
1996	2.633.251	762.340	28,94
2000	2.827.856	826.830	29,24
2007	3.037.103	869.392	28,63
2010	3.120.494	875.068	28,04
2022	3.127.683	759.755	24,29

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – Contagem da População – Séries Temporais
Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

A partir do que é observado no quadro 3, o contingente populacional contido na faixa etária em questão apresentou crescimento em relação ao total da população entre as décadas de 1980 e 2000, iniciando o declínio a partir da década de 2010. Em outras palavras, no início do século, Alagoas contava com quase 1/3 de toda sua população nessa faixa de idade. No entanto, comparando a situação Alagoana com a registrada no Brasil como um todo e nas grandes regiões, percebe-se que em todos esses recortes, em algum momento a população nessa faixa etária atingiu os mesmos patamares, próximos aos 30%. Dessa forma, a diferença reside no momento em que esse patamar é atingido.

Quadro 5: Evolução da população de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil e grandes regiões (1970 - 2022)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1970	26,97	26,82	26,14	27,38	27,19	27,78
1980	29,02	27,8	26,6	30,27	30,11	29,84
1991	28,08	28,57	27,82	27,86	27,98	30,38
1996	28,05	29,59	28,38	27,66	26,78	30,15
2000	28,22	30,07	29,07	27,66	26,55	29,79
2007	27,57	29,47	28,82	26,44	25,33	27,62
2010	26,91	29,47	28,2	25,84	25,67	27,71
2022	22,32	25,92	23,27	21,14	21,32	23,17

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – Contagem da População – Séries Temporais

Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

Ao comparar os diferentes recortes territoriais é possível constatar a heterogeneidade com que a proporção da população de jovens evoluiu. Num arranjo similar aos movimentos registrados pela urbanização, as regiões Norte e Nordeste chegaram ao pico de forma mais tardia, enquanto as demais regiões, com destaque para as regiões Sudeste e Sul, atingiram o ápice em décadas anteriores.

A maior presença de jovens em Alagoas acontece ao mesmo tempo que as estatísticas da violência homicida iniciam sua ascensão, assim como o arrefecimento observado a partir da segunda metade da década de 2010 coincide com o envelhecimento da população e a diminuição da faixa etária de jovens entre 15 a 29 anos.

3.3.3 Globalização e os pares dialéticos em Alagoas

Por se tratar de um processo a nível mundial, abordar a globalização na escala de uma unidade da federação se torna uma tarefa desafiadora. Todavia, podemos buscar entender seus impactos, mesmo que de maneira breve, através de uma caracterização do território quanto

a sua compatibilidade com esse processo. Para tanto, utilizaremos os pares dialéticos existentes no método geográfico.

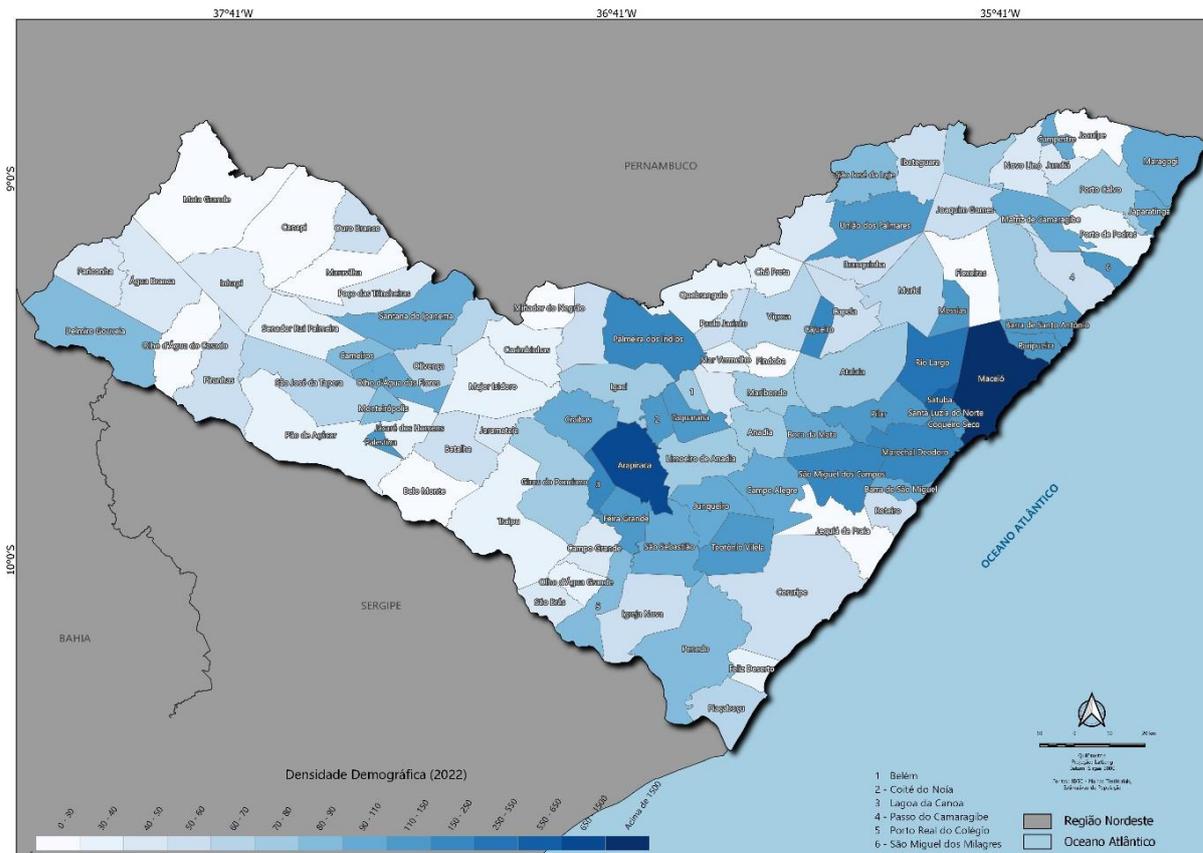
Com o devido cuidado, será buscado exibir a configuração recente do estado (a partir dos anos 2000), num esforço de descrição que possui propósito definido. Com isso em mente, objetiva-se estabelecer nexos entre as condições socioterritoriais vigentes e a globalização através dos pares dialéticos, uma vez que esses constituem-se como ferramentas de compreensão socioterritorial.

Quanto à *Densidade e Rarefação*, num ponto de vista objetivo, Alagoas detém indicadores de alta densidade populacional, sendo o estado com a terceira maior densidade demográfica do país, com cerca de 112,38 habitantes por km² no ano de 2022⁴¹, ficando atrás apenas de Rio de Janeiro e São Paulo respectivamente. Todavia, como já alertado, tal densidade demográfica não deve ser interpretada por si só, sendo necessário compreendê-la junto ao seu par dialético, a *rarefação*. Nessa direção, a análise da variável se torna mais efetiva conforme a unidade territorial diminui em extensão, o que torna bem mais indicada a utilização dos dados de densidade demográfica a partir dos municípios⁴², quando se busca exibir a realidade, em oposição à quando se toma como referência o estado por inteiro (o mesmo também é válido considerando distritos, bairros, setores censitários, etc.).

⁴¹ O cálculo da densidade demográfica se dá pela divisão da população total de determinada unidade territorial por sua extensão em Km², revelando a quantidade aproximada de pessoas por Km² caso a população fosse homogeneamente distribuída. Dados do censo de 2022.

⁴² Vide Mapa 3

Mapa 3: Densidade demográfica municipal do estado de Alagoas (2022)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, Malhas Territoriais.

Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

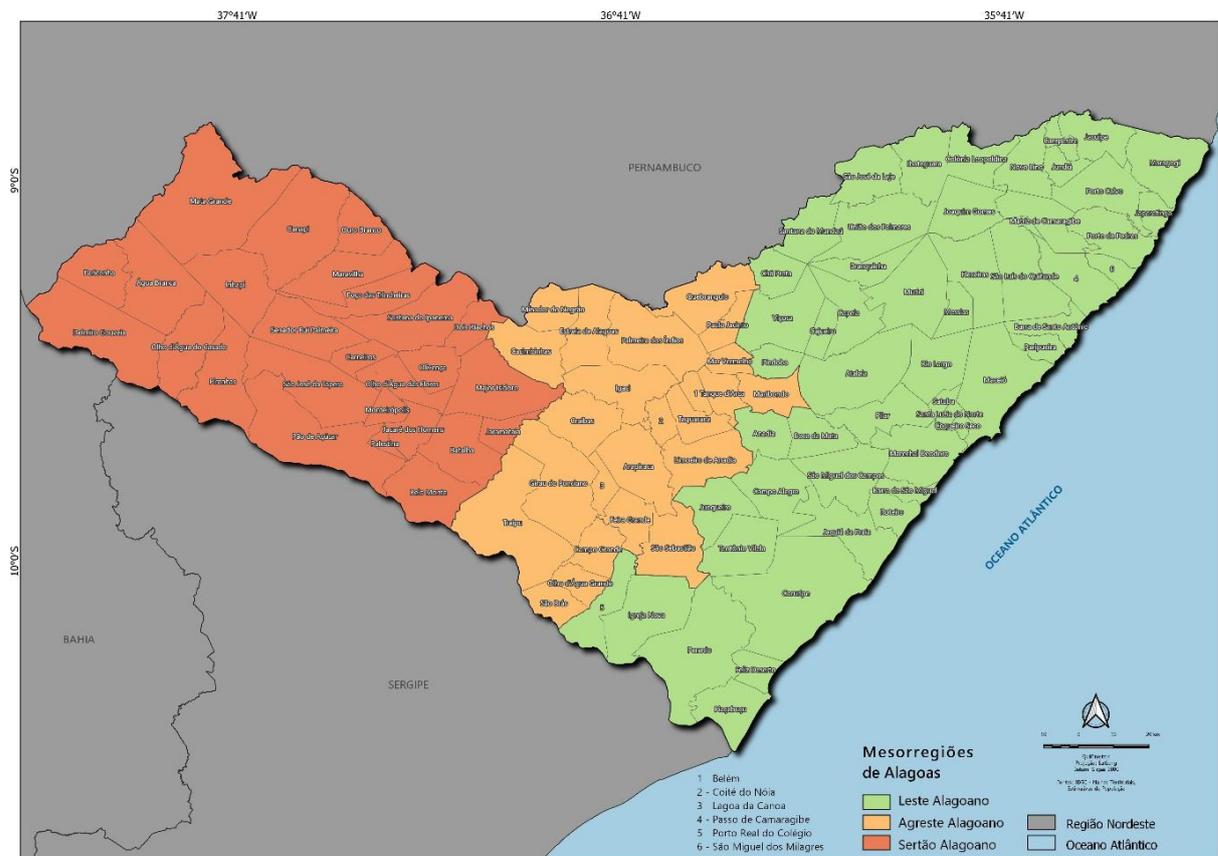
Nesse aspecto, Alagoas segue a tendência brasileira de concentrar a população nas áreas próximas ao litoral⁴³. Utilizando o recorte da Mesorregião do Leste Alagoano⁴⁴, correspondente à antiga Zona da Mata, em 2022, Alagoas apresentava dois terços (cerca de 66%) de sua população de 3.127.683 de habitantes vivendo nessa porção do estado que, por sua vez, representa cerca de 47,5% de sua extensão territorial, correspondendo a 52 municípios, incluindo a capital, Maceió. O restante da população (aproximadamente 34%), está distribuído entre as duas mesorregiões restantes (Agreste e Sertão), que concentram mais da metade do território do estado (52,5%). A Mesorregião do Agreste Alagoano é composta por 24 municípios e conta com população de 623.302 habitantes de acordo com o último censo demográfico, o que representa cerca de 20% da população total. Já a Mesorregião do Sertão Alagoano contém,

⁴³ Segundo o IBGE, em 2017, aproximadamente 58% da população brasileira vivia numa faixa de 200km de largura ao longo do litoral Brasileiro.

⁴⁴ Segundo o IBGE “Entende-se por Mesorregião uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta forma de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como Mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou.” Em 2017 foi lançada a nova regionalização do Brasil que representa a visão atual do Instituto quanto a regionalização do Brasil.

aproximadamente, os 14% restantes da população (432.667 habitantes), que estão distribuídos por 26 municípios, tratando-se da porção mais rarefeita do estado. Respectivamente, Agreste e Sertão abrangem 20,7% e 31,7% do território de Alagoas (27.831 Km² em 2022, segundo o IBGE), apresentando densidades demográficas inferiores à registrada no Leste Alagoano. Vale ainda observar a grande concentração populacional observada na capital. Contando cerca de 957 mil habitantes em 2022, o que representa cerca de 30% da população total do estado, Maceió detém a maior proporção populacional entre capital e estado da região Nordeste.

Mapa 4: Mesorregiões Geográficas do estado de Alagoas



Fonte: IBGE – Divisão Regional do Brasil (1990), Malhas Territoriais.

Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

Essa disparidade demográfica entre as mesorregiões geográficas do estado também se reflete quando são observados outros aspectos. Por exemplo, é notável a maior concentração de serviços e infraestrutura na região leste do estado. Tratando a respeito do mesmo assunto, porém focando no aspecto da concentração industrial, Silva (2021) elabora sobre a evolução da importância adquirida por cidades e suas redondezas ao longo do processo histórico de formação do estado, dando ênfase no papel fundamental que as redes viárias (outrora as ferrovias e atualmente as rodovias) exerceram na consolidação dessas localidades como pontos centrais da dinâmica socioeconômica local. O autor chama a atenção ao atual

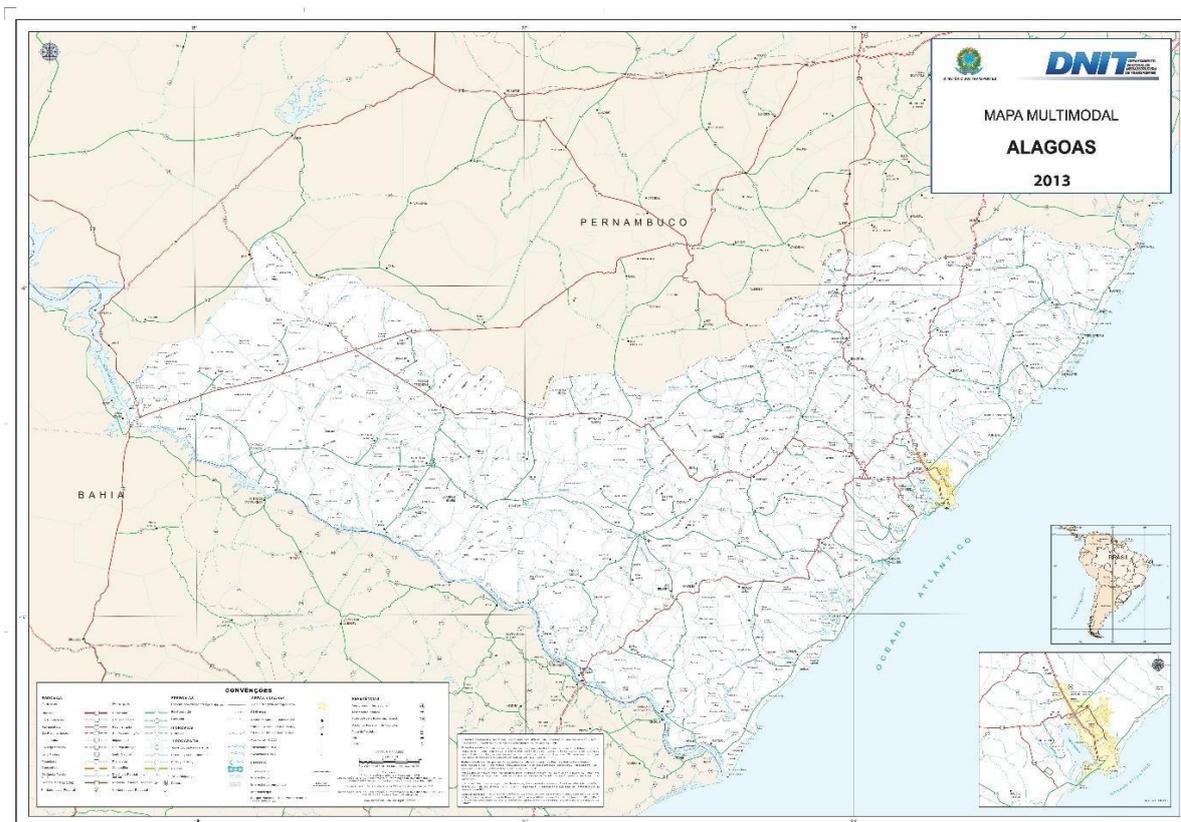
papel central das rodovias como principal modal viário que no caso de Alagoas concentra a grande maioria dos movimentos de circulação, seja de pessoas ou de carga. Essa relevância obtida, por exemplo, contribuiria, num passado recente, dentre outros fatores, para a ascensão da cidade de Arapiraca à condição de segundo centro urbano mais importante do estado, atrás apenas da capital, Maceió. (SILVA, 2021).

A *Densidade* da rede viária do estado nos leva a indagar sobre a condição de *fluidez* e/ou *viscosidade* do território de Alagoas. É possível argumentar para uma possível fluidez quando se contrapõe à realidade Alagoana, onde é possível atravessar toda sua extensão confortavelmente em poucas horas, a de outros estados, todavia essa sensação deriva em grande parte das dimensões diminutas de seu território (maior apenas do que o de Sergipe) e a relativa boa oferta de rodovias federais e estaduais, como se observa a partir do Mapa 3, combinados à qualidade das vias⁴⁵. Sobre a distribuição das vias de deslocamento, é clara a maior confluência de rodovias federais nas proximidades da capital, com alguns entroncamentos acontecendo na Região Metropolitana de Maceió, além do encontro de diversas rodovias estaduais em Arapiraca⁴⁶.

⁴⁵ <https://rankingdecompetitividade.org.br/analise?pillar=infraestrutura&indicador=qualidade-das-rodovias>

⁴⁶ Vide mapa 3

Mapa 5: Malha viária do estado de Alagoas (2013)



Fonte: Adaptado de DNIT (2013).

Todavia, devemos nos ater a diferença entre a *Fluidez* efetiva e a virtual, onde a primeira se concretiza através da qualidade de utilização da infraestrutura em conjunto com própria qualidade e disponibilidade dessa estrutura, sendo necessário considerar, por exemplo os serviços que fazem uso das vias, a disponibilidade e a qualidade dos transportes públicos e privados, dentre outros fatores (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 263). Ainda é necessário observar que parte da infraestrutura que o estado apresenta hoje fora constituída para dar vazão a produção de açúcar (a exemplo de ferrovias e a grande parte da estrutura do porto do Jaraguá).

Partindo dessa ótica torna-se difícil qualificar o estado como detentor de um território efetivamente fluido, tendo em vista que nem mesmo a capital, possuidora da maior frota de veículos⁴⁷, melhor infraestrutura viária, maior oferta de transporte público, etc., consegue se enquadrar de maneira convincente como um território efetivamente fluido. A respeito do fluxo de pessoas, segundo a ARSAL (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas) a conexão intermunicipal conta com um sistema de transporte público concedido à iniciativa privada e disposto em duas modalidades: complementar e convencional.

⁴⁷ De acordo com o IBGE, a partir dos dados obtidos no Ministério da Infraestrutura, SENATRAN - Secretaria Nacional de Trânsito, no ano de 2022, Maceió possuía uma frota de 392.177 veículos de um total de 1.034.187 veículos em todo o estado de Alagoas

O primeiro é o mais abrangente, cobrindo todo o estado e contando com 201 linhas, com horários e disponibilidade de veículos variadas. A segunda abrange basicamente a região Metropolitana de Maceió, com uma menor quantidade de linhas, atendendo, majoritariamente, aqueles que buscam na capital serviços educacionais e hospitalares, bem como os que fazem a migração pendular entre o trabalho e o lar.

Dada a baixa posição ocupada pelo estado de Alagoas na hierarquia nacional e até mesmo quando considerada a escala regional⁴⁸, em conjunto com o quadro acima posto, onde fica clara a dependência de apenas um modal viário, e a ausência de uma fluidez efetiva, podemos compreender o território Alagoano como um *Espaço que obedece*, assim como um *Espaço da Lentidão*, uma vez que esse não dispõe das condições políticas e territoriais necessárias para a condição de um *Espaço que manda* bem como se mostra incipiente nas características que o qualificariam como um *Espaço da rapidez*.

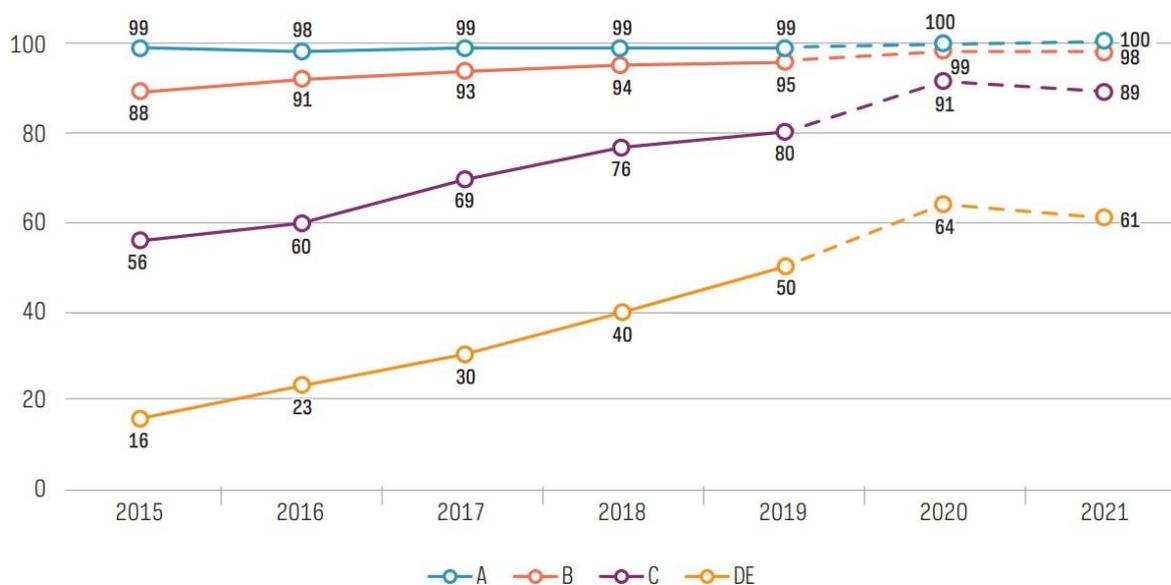
Apesar da popularização recente do acesso a bens tecnológicos e, a partir desses, à informação de maneira pulverizada, não é possível atribuir o status de *Espaço luminoso* ao estado de Alagoas. Tal afirmação se pauta no caráter da tecnologia e infraestrutura técnica presente no estado. Mesmo representando o contato direto da população com tecnologia de ponta, computadores pessoais, aparelhos celulares e demais ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que utilizam um microchip e mantém conexão com a internet, não exercem funções estruturantes e não contribuem suficientemente no adensamento informacional necessário para se considerar um espaço luminoso. Embora pressionem a implantação de infraestrutura necessária (torres de transmissão, cabos de fibra ótica, servidores locais, etc.) para seu pleno funcionamento, a configuração política e socioterritorial vigente não demanda um maior adensamento técnico e informacional característico dos espaços Luminosos. Portanto, apesar de deter objetos equivalentes aqueles existentes nos espaços verdadeiramente luminosos, Alagoas se aproxima mais da sua contraparte, a opacidade, uma vez que o que existe nesse sentido está voltado, em sua imensa maioria, ao consumidor final.

Retomando a discussão, todo o quadro descrito acima nos ajuda a entender como o fenômeno da globalização, dependente de várias das condições apresentadas, teve seu efeito moldado à realidade do estado. A rarefação técnica observada se dava de maneira muito mais intensa no início do século e, mesmo que não possa ser classificada como algo exclusivo do estado, deve-se observar a maior penetração das TICs entre os estratos mais abastados da

⁴⁸ (SILVA, 2021 p. 29)

população, ainda quando consideramos os dias atuais⁴⁹, o que torna o acesso nesse passado recente ainda mais restrito para as populações com menor renda no quadro nacional. Em Alagoas esse acesso se torna ainda mais seletivo dada a situação econômica da população, onde, no ano passado, a renda domiciliar per capita era de 935 reais (inferior a um salário mínimo) e colocando o estado em penúltimo nessa estática, melhor apenas do que o estado do Maranhão.

Gráfico 9: Domicílios com acesso à internet, por classe (2015–2021) Total de domicílios (%)



Fonte: Adaptado de CGI.br

Toda a conjuntura apresentada acima tece o quadro de um estado fundamentalmente frágil do ponto de vista socioterritorial, incapaz, até segunda ordem, de comportar as benesses advindas da difusão do meio técnico científico informacional ao passo que, a partir da luminosidade relativa (ou seria opacidade relativa?), voltada à difusão da informação, representa um prato cheio para a inserção de processos exógenos e demais processos perversos da globalização hoje posta.

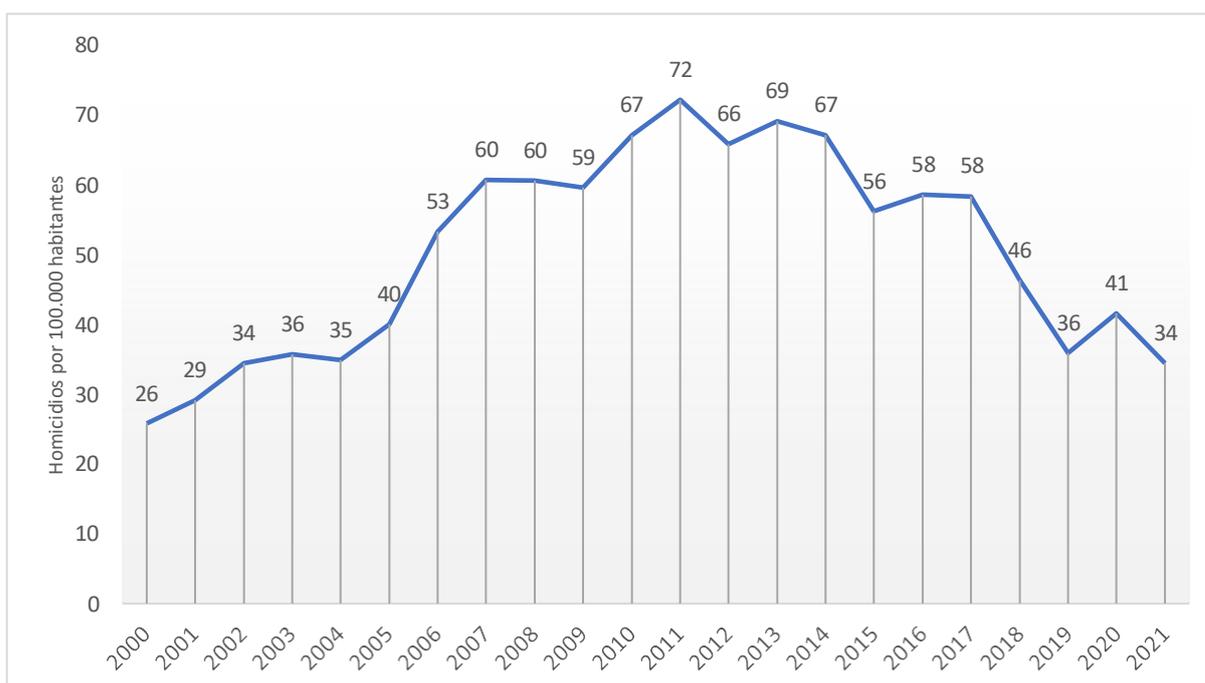
3.3.4 Papel das facções na violência homicida em Alagoas

Anteriormente foi apontado o papel de destaque das facções criminosas na conjuntura da violência homicida no Brasil. Para entender como Alagoas se insere nesse contexto, é fundamental compreender o escopo da atuação dessas organizações no estado. A partir dos dados disponíveis, é possível apreender que o recuo dos homicídios no estado se

⁴⁹ Para mais detalhes, consultar COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2021. 1. ed. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2022.

tronou mais significativo quando comparado ao pico registrado no início da década de 2010, todavia não foi suficiente para colocar Alagoas em um patamar completamente novo, tendo em vista que a diminuição se limitou a volta de níveis já registrados anteriormente e, ainda assim, acima da média das duas décadas anteriores⁵⁰ à explosão dos números. Essa contextualização implica em não perder de vista que, apesar do forte recuo, as taxas registradas no estado ainda se tratam de indicadores preocupantes e revelam a persistência dessa manifestação da violência em Alagoas.

Gráfico 10: Taxa de homicídios em Alagoas (2000-2021)



Fonte: SIM/MS, IBGE – Censo Demográfico.

Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

Em conjunto a essa perspectiva, e com o propósito de melhor dimensionar o papel das facções nessa trajetória, também é necessário considerar as conjunturas locais dos principais agentes quanto a violência homicida. Nesse sentido, vale ressaltar a atuação de varejistas do tráfico, tendo em vista a chegada e dispersão em maior quantidade de drogas ilícitas no território, proporcionadas pelas novas rotas atacadistas estabelecidas já na década de 1990 e início dos anos 2000. É ressaltado por Nascimento (2017) que a ausência de um monopólio da violência, outrora exercido pelas castas políticas e oligárquicas do estado “transformou o medo, a precaução e a autodefesa na tônica de uma explosão de violência autofágica, onde vítima e algoz muito se assemelham em termos de sexo, cor/raça, idade, renda e até mesmo anos de

⁵⁰ Ambas as décadas de 1980 e 1990 registraram uma taxa média anual de cerca de 24 homicídios.

escolaridade.” (NASCIMENTO, 2017, p. 476). Ainda sobre a importância das dinâmicas locais, em estudo sobre o quadro do estado do Ceará, é observado que:

Embora as redes nacionais e internacionais de tráfico de drogas tenham lá sua participação nessas dinâmicas, destaca-se nessas correlações o protagonismo local nos acordos (e desacordos). Ao afirmarem que as dinâmicas dos mercados de drogas compreendem uma complexa rede de relações que não é totalizada pela ação das “facções”. (RODRIGUES; CANDOTTI; PAIVA E BIONDI (2022)

Dessa maneira, uma vez que a atuação nas periferias e prisões tanto do CV quanto PCC se constituía em um fenômeno incipiente⁵¹ à época inicial do crescimento vertiginoso da violência homicida em Alagoas, a influência exercida por essas organizações nos acontecimentos torna-se difusa, voltada principalmente ao abastecimento do mercado de tráfico de drogas, todavia sem envolvimento direto de membros nas disputas locais e no banho de sangue presenciado na primeira década do século XXI. Como já citado, o crescimento da participação dessas organizações em todo o Brasil e principalmente no Nordeste, só seria realidade a partir da década de 2010 e viria a coincidir com um aparente arrefecimento das tensões no estado. No entanto, é importante observar que, apesar de inegável, a queda registrada na primeira metade da referida década não significou uma mudança de paradigma, uma vez que o estado ainda continuou a presenciar números altíssimos de violência homicida que o mantiveram entre as unidades da federação com maiores taxas.

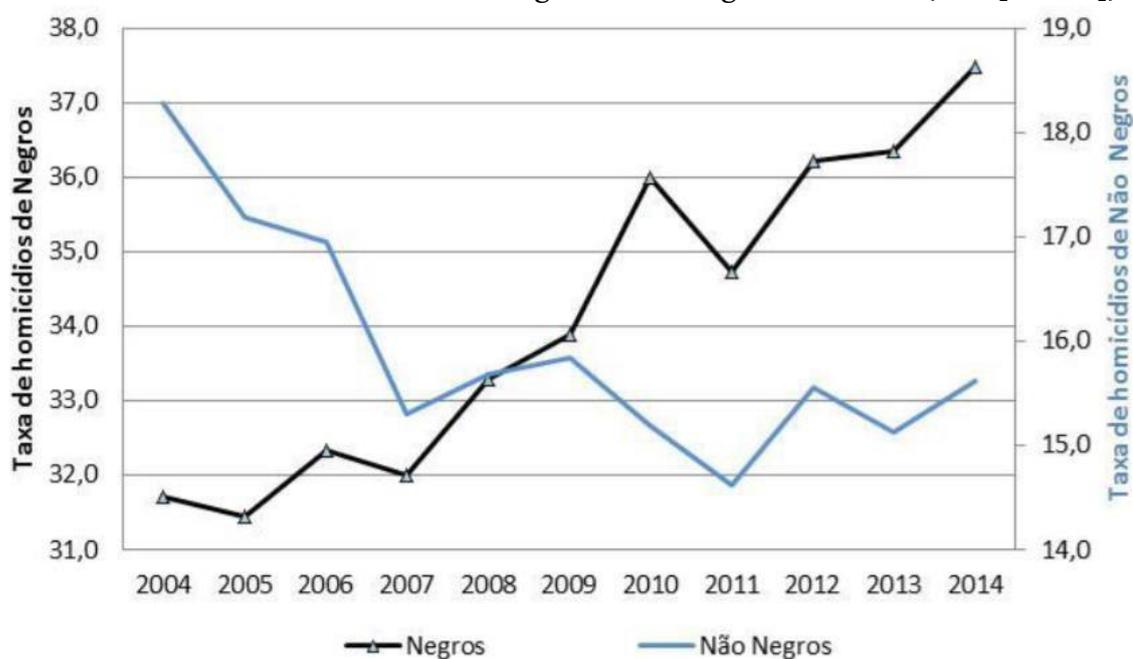
Quando considerada ainda a deflagração da guerra entre CV e PCC ocorrida em 2016, a aparente estabilidade apresentada nos dois anos de conflito, em relação a 2015, em conjunto com o recorde no número de homicídios no país em 2017, acompanhado por um crescimento expressivo em vários estados do Nordeste, implica na ação de outros fatores que fogem do alcance de uma explicação totalmente baseada nos movimentos das Facções nacionais, ou em qualquer outra variável de maneira isolada.

3.4 Violência homicida contra pessoas negras em Alagoas

Portanto, após as considerações feitas a respeito do fenômeno como um todo, chegamos, enfim, à problemática central da pesquisa: a violência homicida contra pessoas negras. No Atlas da violência do IPEA do ano de 2016, os pesquisadores chamam a atenção para persistente maior incidência de homicídios entre a população negra do país. A maior prevalência se revela tanto em números absolutos quanto quando são usadas as taxas.

⁵¹ Em estudo a respeito da participação de adolescentes do sistema socioeducativo do estado nas duas principais facções criminosas do país, Rodrigues (2019) observa que a autoidentificação desses adolescentes com o CV ou o PCC não se tratava de um problema para as autoridades, quanto a separação dos menores, até meados 2015, tendo rixas pessoais e territoriais como principal fator no momento da divisão dentro do sistema até aquele momento. A partir do ano seguinte, é observada uma mudança, que pode ser atribuída a dois fatores principais: o maior intento dessas facções em capilarizar seu poder Brasil a fora, e ao racha entre CV e PCC com estopim em meados de 2016.

Gráfico 11: Taxa de homicídios de negros e não negros no Brasil (2004 a 2014)



Fonte: Atlas da Violência 2016

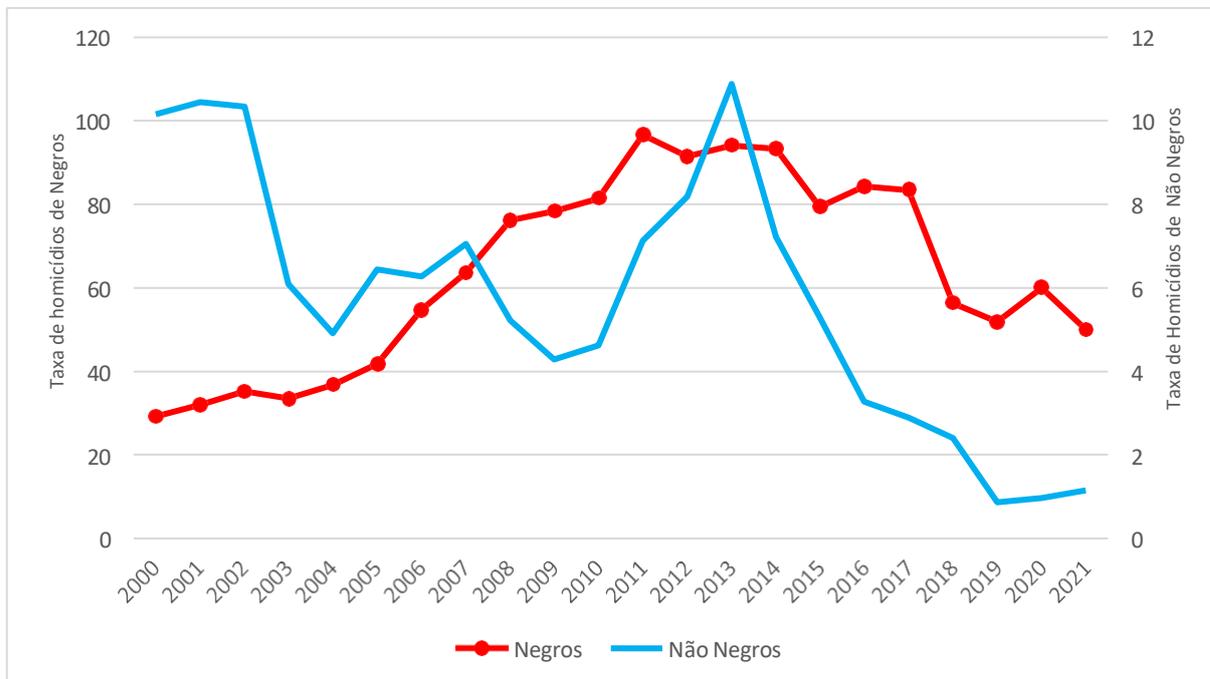
Adaptação: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

Como pode ser observado, as taxas de homicídios entre negros e não negros no Brasil se encontram em patamares completamente diferentes, com a população negra apresentando mais que o dobro da incidência de homicídios em comparação a parcela correspondente aos não negros. É possível apreender também um movimento quase que sincronizado entre o crescimento das taxas entre os negros e a derrocada das taxas entre os não negros. A respeito dessa tendência pode-se argumentar que:

Uma possível explicação para o movimento descrito no gráfico acima se relaciona ao fato de a taxa de homicídio ter diminuído mais nas unidades federativas onde há proporcionalmente menos negros (como no Sudeste e Paraná) e ter crescido nos estados com maior população afrodescendente (como em vários estados do Nordeste). (TALAS DA VIOLÊNCIA, 2016, p. 23)

De fato, como já fora exposto, principalmente a partir da segunda década dos anos 2000, os estados do Norte e Nordeste vêm liderando em termos de violência homicida, tendo essa ascensão, em partes, explicada por diversos fatores (já discutidos os principais). Todavia, deve-se observar que, mesmo sendo uma realidade a nível nacional e com uma, em Alagoas, estado com predominância da população negra, esse movimento também é registrado de forma mais severa.

Gráfico 12: Taxa de homicídios de negros e não negros em Alagoas (2000 a 2021)

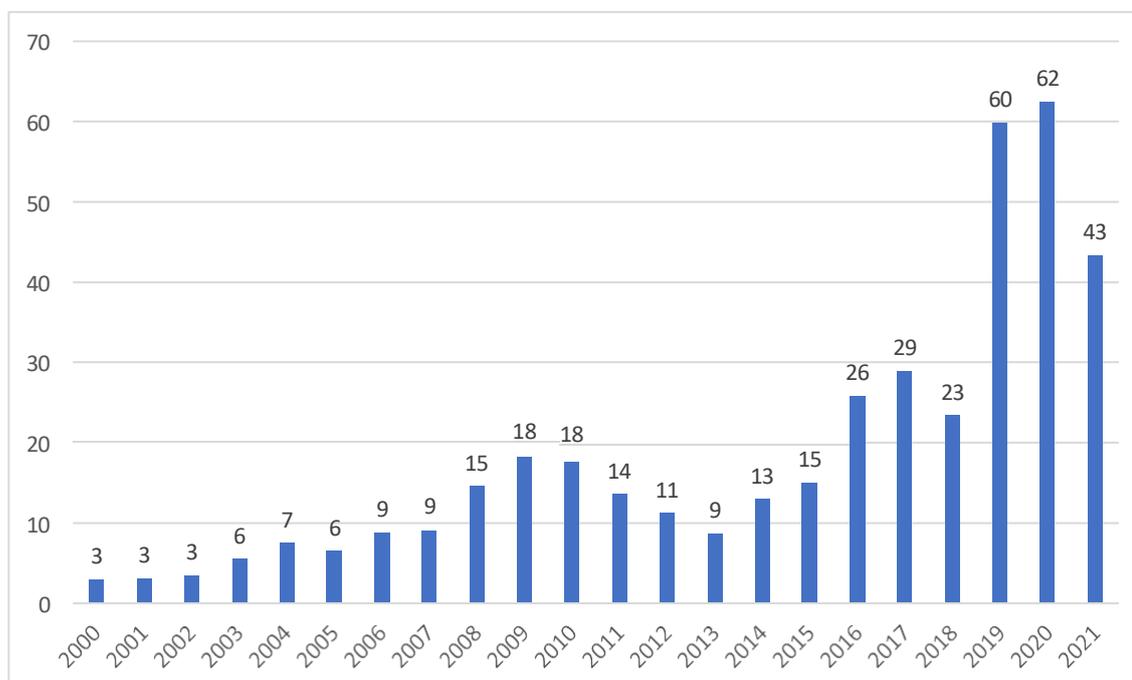


Fonte: SIM/MS. IBGE – Censo Demográfico

Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

Pode-se observar claramente a completa disparidade entre as taxas de violência homicida contra esses dois grupos populacionais. Entre as pessoas não negras, em pouquíssimas oportunidades a taxa ficou acima de 10, índice muito abaixo da taxa nacional geral registrada no mesmo período. Além disso, chama a atenção o fato que a diminuição da violência homicida, observada na segunda década do século, se deu de maneira mais forte entre esse grupo, o que acabou por acentuar a, já grande, diferença. Do outro lado, a população negra do estado apresenta, consistentemente, altíssimas taxas de violência homicida, com essa parcela dos alagoanos representando 97% das vítimas de homicídios no ano de 2021 e, ao longo dos anos, apresentando taxas várias vezes maiores que sua contraparte. Tal cenário se agravou na segunda metade dos anos 2010.

Gráfico 13: Risco Relativo de Homicídios por Raça/Cor em Alagoas (2000-2021)



Fonte: SIM/MS. IBGE – Censo Demográfico. O risco relativo foi obtido através da razão entre as taxas de homicídios de negros e não negros.

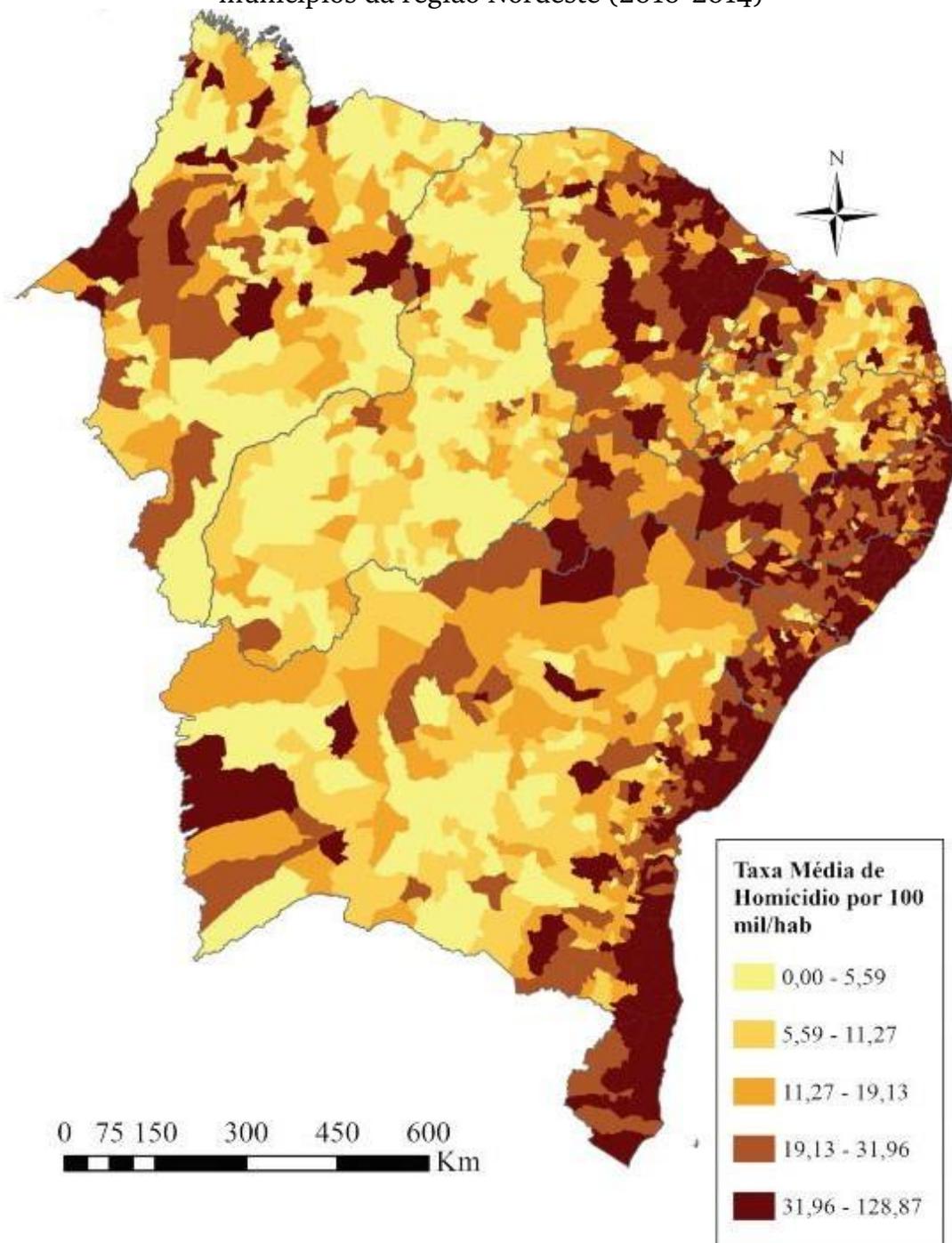
Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

Acompanhando as taxas e o número total de homicídios, no início dos anos 2000 a probabilidade de um homicídio vitimar uma pessoa negra em Alagoas já destoava dos registrado a nível nacional (vide gráfico 13). Mesmo com o aumento da diferença entre vítimas negras e não negras em todo o país, novamente, é possível observar um cenário ainda mais acentuado em Alagoas. Em um primeiro momento, a expansão da diferença acompanha o movimento de ascensão registrado nos homicídios como um todo no estado, todavia o fosso se intensifica ainda mais quando as taxas começam a registrar consecutivas quedas.

Dentro de todo o contexto socioterritorial conturbado no qual se insere o estado de Alagoas, é natural se esperar que a parcela da população mais carente seja a mais atingida por uma série de mazelas, desde desastres naturais à própria violência homicida. Buscando entender os limites dessa proposição, em um estudo que se comprometeu em traçar uma análise espacial dos fatores determinantes para as taxas de homicídios registradas no nordeste brasileiro, Plassa; Paschoalino e Santos (2019) encontraram fortes correlações entre desigualdade de renda, representada pelo coeficiente de Gini, e as altas taxas de violência homicida. Também foi constatado pelos autores que fatores como densidade populacional e urbanização também surtem efeito positivo nas taxas, assim como o baixo nível educacional também se mostrou

benéfico para o aumento das taxas de violência. Ao separar em quantis os dados referentes às taxas de violência homicida por município entre os anos de 2010 a 2014, foi observada a concentração, nas áreas próximas ao litoral nordestino, das maiores taxas.

Mapa 6: Distribuição das taxas médias de homicídio por 100 mil/habitantes - municípios da região Nordeste (2010-2014)



Fonte: Adaptado de Plassa, Paschoalino e Santos (2019)

Tais descobertas vão de encontro com alguns dos fatores elencados no item 2.1 e se somam para a construção territorial desigual e excludente. Todavia, mesmo entendendo a

importância da apreensão de tais fatores, as diferenças entre as taxas de homicídios registradas entre negros e não negros exigem um esforço que vai um pouco além dessas constatações.

Nesse sentido, para além da estratificação por renda, retomando à trama tecida no primeiro capítulo a partir da concepção de Racismo de Souza (2021), é necessário se ater às conjunturas que fazem com que as disparidades permaneçam. Para o autor, limitar a discussão apenas ao fator econômico tende ao reducionismo, por não se considerar o que, para ele, é vital na compreensão do problema: as heranças familiares. A concepção de classe social do autor é conjugada a essas heranças familiares, ou seja, às construções materiais e imateriais, desde de um teto para morar até às influências e modelos oferecidos. Essas heranças e sua construção, por sua vez, são afetadas por todo o entorno socioterritorial, onde a tendência é a permanência, com uma baixa mobilidade entre os estratos, territoriais, dentro do urbano, e socioeconômicos, mantendo-os em condições semelhantes à de seus antepassados. Corroborando com essa perspectiva:

Alguém poderia argumentar que essas diferenças de letalidade, em princípio, poderiam ser explicadas não pelo racismo estrutural, mas por diferenças das condições socioeconômicas entre negros e não negros, o que colocaria o primeiro grupo em situação de maior vulnerabilidade. [...] ainda que toda a diferença de letalidade fosse explicada meramente por diferenças socioeconômicas entre esses grupos sociais, a maior letalidade de negros já seria um efeito indireto do racismo estrutural que, historicamente, tem discriminado as pessoas negras no mercado de trabalho e no acesso educacional, obstruindo assim oportunidades e relegando-as aos estratos sociais menos favorecidos. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2023, p. 55)

Portanto, a população negra se insere num contexto onde é mais suscetível ao ímpeto das ondas de violência, ao passo que dificilmente será beneficiária de primeira hora do arrefecimento dessas. É isso que pode ser observado em Alagoas. Com a explosão de violência registrada na primeira década do século XXI, a população negra, já historicamente mais atingida pela violência homicida, registra uma aceleração das taxas bem mais acentuada do que a população de não negros. A partir da segunda década dos anos 2000, com o aparente arrefecimento dessa conjuntura por nós conceituada no capítulo 2, a derrocada das estatísticas se dá de maneira mais acentuada entre os não negros, com a participação desse grupo no total de homicídios caindo para patamares irrisórios. O abismo existente na taxa de homicídios entre a população Negra e não Negra exacerba o racismo estrutural construído através da negação a essa população de uma mínima reparação pelos 300 anos de crime cometidos contra seus antepassados. Esse racismo se manifesta no espaço através das periferias e favelas ocupadas, em sua maioria por esse estrato da sociedade que, ao ser conduzido ao urbano por não ter como fazer frente ao latifúndio, se deparou com uma espécie de condenação à precariedade.

Além da histórica exclusão da população negra, essa também se viu atingida em cheio pelo cenário conturbado do Brasil a partir da segunda metade da década de 2010. Assim como estabelecemos anteriormente aumento do desemprego e a instabilidade econômica instaurada no país serviram como pretexto para políticas de austeridade e contra o trabalhador, tendo como exemplo mais emblemático a reforma trabalhista passada no de 2017. Nesse período, os avanços sociais alcançados na década anterior praticamente foram dissolvidos, levando a população negra, sempre a mais atingida, a condições ainda piores.

3.4.1 Efetividade das políticas públicas de enfrentamento à violência homicida

Nesse contexto, são postas em xeque as políticas públicas de mitigação, principalmente no âmbito da segurança pública, uma vez que se mostraram inefetivas em frear a violência de forma igualitária. De fato, nesse âmbito, por alcançar o topo do ranking nacional de homicídios, Alagoas recebeu a atenção de esforços a nível nacional a exemplo do Programa Brasil Mais Seguro (BMS), no qual foi o primeiro estado a ter o programa implementado, ainda em 2012, e a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP)⁵², criada pelo governo federal em 2010 (MARCELO GUEDES NUNES, 2016). A nível estadual, o contexto da violência homicida direcionou as ações governamentais, tendo como principal marco o surgimento dos Centros Integrados de Segurança Pública (CISP), além da implantação da Ronda do Bairro. Tais ações compartilham do objetivo em comum de diminuir a ocorrência de homicídios.

A atenção derivada dos números extraordinários registrados a partir de 2006, ressalta a aparente inércia por parte dos governantes a respeito da violência homicida. Apesar de apresentar certo avanço através da inclusão dos municípios na cúpula de responsabilidade primária na prevenção e da participação comunitária nas ações de segurança pública, o plano nacional de segurança implantado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso não apresentou resultados palpáveis, falhando em conter o crescimento dos indicadores. Isso se aplicaria também a Alagoas que à época já registrava números superiores à média nacional, porém aparentemente não suficientes para despertar o interesse político na problemática. Dessa forma, como exemplo de ação no estado derivada das diretrizes estabelecidas no plano nacional de segurança do governo de Fernando Henrique Cardoso está a criação, apenas em 2009 Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Cidadania em Maceió (SANTOS, 2014).

Em 2008, já no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, é implantado em Alagoas o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Santos (2014)

⁵² Sobre os impactos do ENASP em Alagoas, vide “O Processamento de Homicídios no Brasil e a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública em três estados: Alagoas, Santa Catarina e São Paulo” (NUNES 2016.)

destaca a criação do Conselho Estadual de Segurança Pública de Alagoas – CONSEG/AL e a implantação das Bases Comunitárias de Segurança (BCs) como principais ações do programa no estado. Todavia, para o autor a implantação do CONSEG/AL não cumpriu com seu objetivo inicial (até o momento da realização de sua pesquisa), deixando a desejar quanto a integração da comunidade. Já a respeito das BCs, é destacado que a falta de integração entre as ações municipais e estaduais do programa geraram um descompasso que acabou por prejudicar o efeito esperado nas comunidades.

É nesse cenário que, mais adiante, é implantado em Alagoas o já citado BMS. Numa ação, novamente, motivada pelo quadro estarrecedor de violência homicida enfrentado pelo estado, a implantação do programa, segundo Santos (2014), pareceu não considerar o que já havia sido construído pelo PRONASCI, contando com ações que se sobrepunham.

O novo plano federal de segurança pública do governo da presidenta Dilma Rousseff, o Brasil mais seguro, lançado em Alagoas, serviu para confundir as poucas experiências do PRONASCI ainda em execução no Estado, pois os técnicos responsáveis pelo planejamento e execução do plano, tanto no nível estadual, quanto no municipal, não sabiam que plano federal seguir. (SANTOS, 2014, p. 64)

Ao analisar os possíveis impactos da instalação do BMS no estado de Alagoas, Souza (2022) percebe uma relação positiva entre o início da atuação do programa em terras alagoanas e o aumento do investimento em policiamento ostensivo, além do crescimento per capita dos investimentos na função segurança pública no estado. Segundo o autor, esses resultados são reflexo da própria natureza do programa que visa justamente o fortalecimento da parte ostensiva das forças de segurança, buscando dificultar as atividades criminosas.

Quanto a atuação municipal no estado de Alagoas, no ano de 2019 foi instituído o Conselho Comunitário Municipal de Segurança de Maceió (COMSEMA), fazendo com que o estado fosse o primeiro a ter todos os municípios cobertos por conselhos dessa natureza. A implantação se deu via Ministério Público do estado que promoveu uma ação conjunta com prefeituras e câmaras municipais⁵³.

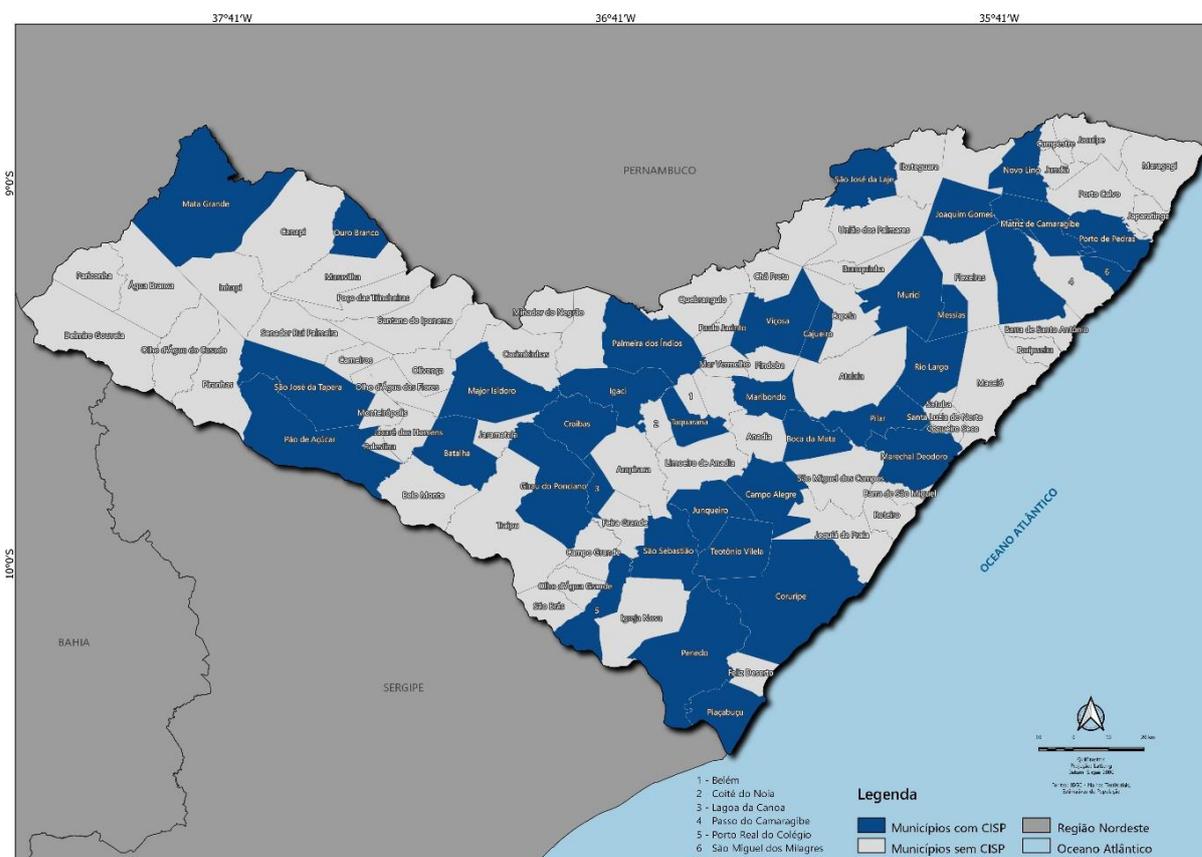
Talvez o mais notável investimento realizado em Alagoas visando a melhoria do quadro de violência instaurado tenham sido os Centros Integrados de Segurança Pública – CISPs. Como o próprio nome deixa claro, são unidades que buscam integrar o trabalho investigativo da polícia civil ao ostensivo da polícia militar. Notadamente um equipamento focado na

⁵³ Vide <https://www.alagoas24horas.com.br/1253618/vereadores-aprovam-criacao-do-conselho-comunitario-municipal-de-seguranca-de-maceio/>

repressão da criminalidade, são atribuídos a instalação dos CISPs reduções de cerca de 70% de crimes como assaltos⁵⁴.

Com esse investimento chegando a todas as regiões, a Segurança Pública consegue interiorizar as estratégias de enfrentamento ao crime, garantindo o fortalecimento das unidades policiais em todas as localidades e também a melhora na capacidade de resposta imediata ao crime em todo o estado. Além disso, os municípios que recebem os Centros Integrados também são contemplados com reforço das equipes que compõem o Programa Força Tarefa, que garante que o policiamento ostensivo consiga chegar a povoados e regiões de difícil acesso, já que os veículos utilizados são modernos e de grande porte. (ASCOM, SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020)

Mapa 7: Distribuição dos Centros Integrados de Segurança Pública (CISP) no estado de Alagoas



Fonte: Alagoas em dados; IBGE – Divisão Regional do Brasil (1990), Malhas Territoriais.

Elaboração: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo

Ações como a implantação de equipamentos como os CISPs são importantes na desarticulação de organizações criminosas bem como contribuem para a melhoria da prestação de serviços à população, todavia o grande investimento e atenção dados pelos governantes das esferas nacional e estadual e até municipal em políticas públicas voltadas à repressão de

⁵⁴ Vide Implantação de CISPs completa quatro anos e reduz crimes em cidades do interior de AL. Disponível em: <<http://seguranca.al.gov.br/noticia/2020/12/10/implantacao-de-cisps-completa-quatro-anos-e-reduz-crimes-em-cidades-do-interior-de-al/>>

atividades criminosas, tendem a criar falsas melhorias no quadro instaurado, uma vez que a outra ponta do problema acaba por ser negligenciada. Essa realidade se reflete na melhoria setorial observada nos índices de violência, o que acaba por penalizar a população negra, presa no fogo cruzado da repressão e da criminalidade.

Considerações finais

O aprofundamento na temática da violência homicida, para além das diferenças registradas nas estatísticas oficiais, evidencia a profunda desigualdade racial que o fenômeno apresenta, uma vez que além de se manifestar mais intensamente entre a população negra, esse também permanece por mais tempo afligindo esse recorte populacional, deixando claro que se trata de um problema com raízes profundas.

Desse modo, após a análise das disparidades raciais da violência homicida no estado de Alagoas à luz da geografia, compreendemos que o fenômeno está fortemente ligado a tendências conjunturais, podendo responder a insurgências locais, externas ou à conjunção de ambas, se mostrando consideravelmente responsivo aos movimentos perpetrados pelas principais organizações criminosas e até mesmo o estado. Todavia, podemos concluir, da mesma forma, que as condições socioterritoriais são determinantes em moldar como se dará a propagação do fenômeno, oferecendo vias ou barreiras para a consolidação ou não dessa prática socioespacial. Dessa maneira, consideramos benéfico o esforço em reconstruir a formação socioespacial uma vez que a mesma permitiu compreender as características socioterritoriais que, por sua vez, condicionaram o surgimento e a manutenção da violência homicida.

No esforço de sintetizar nosso pensamento a respeito do fenômeno da violência homicida, faremos uso de uma metáfora explicativa: como a relação entre a configuração socioterritorial (urbanização, transição demográfica, densidade, rarefação, etc.) e as conjunturas do presente (disseminação de drogas, narcotráfico, globalização) podem ser compreendidas como componentes de um processo de combustão, onde a primeira seria o comburente da reação e a segunda o combustível. Assim como na reação química, a quantidade e ou concentração de um ou de outro determinará a duração e a intensidade da chama e do calor por ela gerados, que, por sua vez poderiam ser classificados como a violência homicida resultante da combinação.

Através da análise do território foi possível apreender a configuração atual do estado de Alagoas. Ao utilizar os pares dialéticos, ficam claras as fragilidades territoriais que se manifestam em sua baixa capacidade produtiva, e na conjuntura de baixo desenvolvimento socioeconômico geral que permeia o estado, até em suas porções mais dinâmicas. Esse cenário corrobora com o papel das configurações socioterritoriais passadas, que são, ao mesmo tempo, configurações do presente, uma vez que continuam por moldar os rumos da sociedade através das rugosidades que permanecem e se confundem com as novas configurações sobrepostas. Apesar do entendimento da sociedade - aqui lembrando a separação para fins explicativos utilizada ao falar sobre a urbanização no capítulo 2 – como mais maleável do que o território em si, o que existe, na realidade é a inseparabilidade entre ambos, onde um determina o destino

do outro numa relação dialética. No cenário atual, as configurações territoriais cristalizadas nas rugosidades se impõem como uma espécie de ancora a qual o estado de Alagoas ainda não acumulou a energia suficiente para mover por completo, no sentido de superar a fragilidade histórica inscrita em seu território. Deriva dessa condição a ideia de imposição territorial por inércia, anteriormente levantada.

Dimana dessa realidade o próprio racismo estrutural que se retroalimenta tanto das determinações sociais hegemônicas, quanto das configurações territoriais, ambas servindo aos interessados em manter a população negra na situação de exclusão socioespacial vigente. Por sua vez, a população negra se vê como principal vítima das explosões de violência homicida ao mesmo tempo que é a última parcela da sociedade a experimentar as quedas nas estatísticas. As diminuições nos índices geralmente são provocadas por ações paliativas focadas na repressão, o que acaba por penalizar, novamente, a população negra com o aumento do encarceramento e da violência policial. A maioria das políticas, mesmo as que, em teoria, buscam englobar a comunidade em busca de ações condizentes com a realidade local, acabam por ignorar os problemas estruturais que permitem a concretização da violência homicida. Esse quadro permeia todo o Brasil, mas é especialmente grave em Alagoas dada a sua formação socioespacial, que resultou num território com usos voltados para setores específicos da sociedade.

Nesse sentido, além das políticas voltadas ao fortalecimento da repressão, deveriam ser postas em foco as políticas que visam prevenir a realização da violência homicida. Não se trata de uma tarefa fácil, e que estará fadada ao fracasso caso se concentrasse em soluções setoriais. A tomada dos usos do território como ponto de partida para criação de políticas públicas oferece uma saída, tendo em vista que, considerando tal categoria, é possível melhor compreender a efetividade das ações que podem ser tomadas. Não se trata, por exemplo, da mera distribuição de ações e infraestruturas conforme a incidência dos problemas, mas sim da visão integrada, contemplando as diversas escalas econômicas, físicas e sociais, proporcionada pela análise do território a partir do seu uso.

Referências

ALAGOAS EM DADOS E INFORMAÇÕES. **Centro Integrado de Segurança Pública (CISP)**. Disponível em: <<https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/centro-integrado-de-seguranca-publica-cisp>>. Acesso em: 5 dezem. 2023.

ALAGOAS EM DADOS E INFORMAÇÕES. **Mapas históricos do Estado de Alagoas**. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/en_AU/dataset/mapas-historicos-do-estado-de-alagoas>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ALMEIDA, L. S. **Formação Histórica de Alagoas (I)** - rotas de acumulação do açúcar. 1ed. Maceió: EDUFAL, 2018.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.

BARROS, A. H. C. *et al.* Climatologia do Estado de Alagoas. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, v. 211, p. 32, 2012.

BIONDI, K. **Proibido roubar na quebrada**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2018.

BRASIL. **Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS - DATASUS. Sistema de Informações sobre Mortalidade – **SIM. Mortalidade - Alagoas**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10al.def>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS - DATASUS. Sistema de Informações sobre Mortalidade – **SIM. Mortalidade - Brasil**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARBONE, F. **Brasil tem iPhone 15 mais caro do mundo; veja onde comprar mais barato**. Disponível em: <<https://www.mundoconectado.com.br/apple/preco-iphone-15-brasil/>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

CARVALHO, C. P. **Economia Popular** – uma via de modernização para Alagoas. 5 ed. Maceió: EDUFAL, 2012.

CARVALHO, C. P. **Formação Histórica de Alagoas**. 4 ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2022**. Goiânia: CPT Nacional, 2023.

CERQUEIRA, D. Por um plano integrado “Maceió é de paz!”. In: SILVA, A. M. A. da. (Org.). **Economia de Maceió: diagnóstico e proposta para construção de uma nova realidade**. Maceió: Edufal, 2013.

_____. **Atlas da violência 2016**. Rio de Janeiro/São Paulo: IPEA/FBSP, 2016

_____. **Atlas da violência 2019**. Rio de Janeiro/São Paulo: IPEA/FBSP, 2019

_____. **Atlas da violência 2021**. Rio de Janeiro/São Paulo: IPEA/FBSP, 2021

_____. **Atlas da violência 2023**. Rio de Janeiro/São Paulo: IPEA/FBSP, 2023

CERQUEIRA, D.; et al. **Atlas da violência 2015**. Rio de Janeiro/São Paulo: IPEA/FBSP, 2015

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. de. Demografia e homicídios no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014, p. 355-373.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2021**. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2023.

FERREIRA, I. C. B; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 18, p. 155 - 168, 2005.

FIRMINO, P. C. S. **Modernização Técnico-Científica-Informacional e os Espaços da Globalização: sistemas técnicos, estrutura fundiária e relações de trabalho na agroindústria canavieira de Alagoas (1990-2020)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/961c4757-345e-470d-a317-cd2224c9f9bc/content>> Acesso em: 23 maio. 2023.

_____. **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>> Acesso em: 23 junho. 2023.

____. **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>.> Acesso em: Acesso em: 17 maio. 2023.

____. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.> Acesso em: Acesso em: 14 maio. 2023.

_____. **Anuário brasileiro de segurança pública: 2014 a 2017.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: < <https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/3e4b0221-9458-4468-ae85-a4b7850c92f1/content>> Acesso em: Acesso em: 22 junho. 2023

GEORGE, P. **Os métodos da geografia.** Tradução Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GOV. **DNIT MAPA MULTIMODAL** Disponível em: <<https://www.gov.br/dnit/pt-br/download/mapas-multimodais/mapas-multimodais/al.pdf>>. Acesso em: 16, jun. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Retroprojeção da População.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9114-retroprojecao-da-populacao.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 23, set. 2023.

_____. **Atlas escolar** disponível em: <https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_distribuicao_populacao.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

_____. **Divisões Regionais do Brasil.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

____. **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 23 set. 2023.

_____. **IBGE.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/22/28120?localidade1=270430>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

_____. **Projeções da População.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 23, jul. 2023

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-caracteristicas-gerais-da-populacao-religiao-e-deficiencia>>. Acesso em: 6 out. 2023.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>>. Acesso em: 23 out. 2023.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>>. Acesso em: 01 out. 2023.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/projecao-da-populacao/tabelas>>. Acesso em: 30 out. 2023.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/amostra-trabalho-e-rendimento>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/amostra-caracteristicas-gerais-da-populacao>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-populacao-por-idade-e-sexo>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/contagem-2007/tabelas>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo. Todavia, 2018.

MELGAÇO, L. **Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança**. Teses (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MINHOTO, L. D. Encarceramento em massa, racketeering de estado e racionalidade neoliberal. **Lua nova**, n. 109, p. 161–191, 2020.

- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 2016.
- NASCIMENTO, E. O. Acumulação social da violência e sujeição criminal em Alagoas. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, p. 465–485, 2017.
- NUNES, M. G. **O Processamento de Homicídios no Brasil e a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública em três estados: Alagoas, Santa Catarina e São Paulo**. São Paulo. Associação Brasileira de Jurimetria, 2016.
- NUNES, R. B. Tentando entender a diferença: Por que afrodescendente e não negro, pardo, mulato, preto? **Revista África e Africanidades**, n. 24, 2017.
- OLIVEIRA, L. K. **Uso corporativo do território e produção da violência no estado de Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- PATRÍCIO, A, P. **O papel da violência interpessoal compreendida como a manifestação de uma endemia social: uma análise geográfica sobre o fenômeno no Brasil e Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- PLASSA, W.; TELATIN, P. A. P.; SANTOS, M. P. Determinantes socioeconômicos das taxas de homicídios no Nordeste brasileiro: uma análise espacial. **Planejamento E Políticas Públicas**, n. 53, 2021.
- RIBEIRO, D. **As américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. 7. ed. São Paulo: Global Editora, 2021.
- RODRIGUES, A. B.; MADEIRA, L. M. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro n. 49, 2015.
- RODRIGUES, F. J. “Corro com o PCC”, “corro com o CV”, “sou do crime”: facções, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 102, p. 1 – 21, 2019.
- SANTOS, A. B. **Segurança cidadã e polícia comunitária: o caso do conselho estadual de segurança de Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal De Alagoas, Maceió, 2014.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2006.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005a.

_____. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2014a.

_____. et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. **XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis**, jul. 2000. 15 p. Também disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-270.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado** Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia / Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2014b.

_____. O retorno do território. En: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, n.16, Buenos Aires: Clacso, 2005b.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004c. 5 ed.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16. ed. Rio De Janeiro. Editora Record, 2008.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**. nº 54, São Paulo, p. 81-100, 1977.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. - 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, M. V. A. L. **Homicídio e violência urbana em Alagoas: um estudo de suas bases sociais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

SANTOS, S. S. **As narrativas sobre as facções criminosas em Alagoas: polícias, juventudes, territorialidades, criminalidades e racismo institucional**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SECRETÁRIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Implantação de CISPs completa quatro anos e reduz crimes em cidades do interior de AL**. Disponível em: <<http://seguranca.al.gov.br/noticia/2020/12/10/implantacao-de-cisps-completa-quatro-anos-e-reduz-crimes-em-cidades-do-interior-de-al/>>. Acesso em: 2 dezembro. 2023.

SENADO. **Projeto altera Estatuto do Desarmamento e impõe novas restrições**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/04/05/projeto-altera-estatuto-do-desarmamento-e-impoe-novas-restricoes>>. Acesso em: 25 set. 2023.

SILVA, C. J. **Os usos do território no setor produtivo: por uma industrialização local do Estado de Alagoas.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

SILVA, D. C. **A configuração do circuito espacial de produção sucroalcooleira em Alagoas.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SISDEPEN. **Secretaria Nacional de Políticas Penais.** Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/servicos/sisdepen>>. Acesso em: 23 out. 2023.

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. V. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: Conceitos e temas. – 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, P. I. M. **Brasil mais seguro: avaliação de impacto do programa nos estados de Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do norte (2008 - 2018).** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal De Alagoas, Maceió, 2022.

TECCHIO, M. **A peita da Lalá: como o funk introduziu a Lacoste na periferia do Brasil.** Disponível em: <<https://pipelinevalor.globo.com/negocios/noticia/a-peita-da-lala-como-o-funk-introduziu-a-lacoste-na-periferia-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência: Mortes Matadas por Arma de Fogo.** Brasília-DF: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2015.

WASELFISZ, J. J. **Mortes matadas por armas de fogo: 1979/2003.** Brasília: UNESCO, 2005.